



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

CAMILA CARNEIRO LOBATO

AGRICULTURA FAMILIAR COMO PROTAGONISTA DO
COOPERATIVISMO EM CONTEXTO DE PANDEMIA: O CASO DA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO - COPERJUNHO

LARANJEIRAS DO SUL
2021

CAMILA CARNEIRO LOBATO

**AGRICULTURA FAMILIAR COMO PROTAGONISTA DO
COOPERATIVISMO EM CONTEXTO DE PANDEMIA: O CASO DA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO - COPERJUNHO**

Dissertação de mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Inácio Andrioli

**LARANJEIRAS DO SUL
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Lobato, Camila Carneiro

Agricultura Familiar como Protagonista do
Cooperativismo em Contexto de Pandemia: o caso da
Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho- COPERJUNHO /
Camila Carneiro Lobato. -- 2021.

155 f.:il.

Orientador: Doutor Antônio Inácio Andrioli
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,
Laranjeiras do Sul, PR, 2021.

I. Andrioli, Antônio Inácio, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela
UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAMILA CARNEIRO LOBATO

**AGRICULTURA FAMILIAR COMO PROTAGONISTA DO
COOPERATIVISMO EM CONTEXTO DE PANDEMIA: O CASO DA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO - COPERJUNHO**

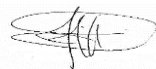
Dissertação de mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável- PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi deferido e aprovado pela banca em:
18/11/2021

BANCA EXAMINADORA¹



Prof. Dr. Antônio Inácio Andrioli (UFFS - Presidente/Orientador)



Prof. Dr. Walter Frantz (UNIJUÍ - 1º membro)



Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli (UFFS - 2º membro)

Suplente

¹ “Em função da Pandemia do Coronavírus e as medidas de afastamento tomadas pela UFFS, esta Ata foi assinada pelo Presidente da Banca, como representante dos demais membros”

DEDICATÓRIA

Aos meus pais/avós e minha mãe, Deocleciano e Marias, pelo amor e apoio incondicional. E a todos os agricultores familiares que lutam por equidade social.

AGRADECIMENTOS

Minha sincera gratidão a Deus e as forças universais pelo agir e direcionamento em todos os ciclos da vida. Por mostrar nesta fase o caminho e a manifestação dos processos e seus fluxos que me levaram ao crescimento e que ainda estão em construção.

Sou imensamente grata aos meus pais/avós e minha mãe que sempre me incentivaram ao longo da vida pela busca da educação, me apoiando e se orgulhando dos passos e conquistas que até aqui consegui e sigo buscando. Especialmente, meus avós e pais de criação, Maria Adalgisa e Deocleciano, e minha mãe Maria Josilene, que são minha tríade de amor e admiração. A minha irmã Mikaelly, que segue sendo meu espelho de superação e resistência a tantas lições da vida.

Aos meus amigos de longa data que dividiram grandes momentos da vida e me apoiaram e que, apesar da distância geográfica, estiveram me incentivando e acreditando nos meus caminhos. A todos esses que, de alguma forma, estão na minha vida e continuam a me impulsionar nessa jornada.

Gratidão aos amigos que conheci em Laranjeiras do Sul, em especial aos meus conterrâneos por termos formado uma grande família, a gaúcha e companheira Alana e Eloir. A Cíntia e Felipe que contribuíram durante a coleta de dados desta pesquisa. Além dos incríveis pedais que fizemos. Vocês me receberam nesta terra desconhecida e tornaram a caminhada mais leve.

Sou grata ao corpo docente do PPGADR e aos companheiros da turma de 2019 do mestrado pelas ricas discussões e contribuições em sala de aula, remotamente e conversas informais. Foi um encontro entusiasmante e produtivo.

Grata aos que participaram desta pesquisa, em especial aos agricultores familiares assentados do Assentamento 8 de Junho (grupo de orgânicos), que se disponibilizaram ao enriquecimento do trabalho. Além de mostrarem o valor e dificuldades que o contexto agroecológico possui, bem como seus anseios em estruturar uma sociedade mais justa e sustentável. Pelo tempo e trocas essenciais que me motivaram a evoluir como pessoa e pesquisadora no campo da Agroecologia, que já engrandece como filosofia de vida.

Sou grata ao meu orientador Antônio Andrioli pelas imensas contribuições neste trabalho, que apesar de poucos encontros presenciais, foram primordiais. Pela paciência e auxílio em momentos limitantes, pelas conversas, mediações e cobranças necessárias. Sua compreensão e cooperação foram fundamentais na construção desta pesquisa. Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente neste trabalho, minha eterna gratidão!

Para cuidar não é preciso usar veneno, pois o agrotóxico adoece o cidadão. O camponês aprendeu desde pequeno que o excedente da sua alimentação vai para a economia solidária. Sanar a fome de toda a nossa nação. (Chico Antônio)

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar como a agricultura familiar, dentro do âmbito agroecológico, fortalece e se faz protagonista para organizações como a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO) nos tempos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). O trabalho foi realizado junto ao grupo de orgânicos do Assentamento 8 de Junho, município de Laranjeiras do Sul - PR. A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso de natureza exploratório-descritiva. Como instrumento de pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas por meio de questionário, com auxílio de um gravador e identificados os participantes como: entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3 e assim sucessivamente, como forma de preservar as identidades dos mesmos. Além disso, elaborou-se um roteiro para aprofundar as reflexões durante o diálogo, fizeram-se observações *in loco* e pesquisas documentais por meio de documentos bibliográficos disponíveis. Os resultados apontaram que a organização contribuiu efetivamente para o desenvolvimento local, considerando as fundamentais dimensões do desenvolvimento endógeno. A organização social e a produção agrícola de base agroecológica, ou seja, a produção orgânica certificada observada no assentamento, comprova que o acesso a terra por estes agricultores possibilita o desenvolvimento social desses assentados, bem como, gera renda para as famílias protagonistas desse contexto. Para a concretização dos preceitos que representam as bases agroecológicas, surgem alguns limites e desafios à serem analisados, dentre eles: a dependência da organização em relação ao mercado institucional e o pouco investimento em políticas públicas, sobretudo, em relação a assistência técnica. Esses são alguns aspectos que dificultam a continuidade de produtores na perspectiva agroecológica. Os entraves das cadeias curtas e impasses em atingir mercados mais promissores limitaram a atuação da organização, visto que, em dias atuais, ela se encontra paralisada. O contexto pandêmico evidenciou a transferência, em caráter emergencial, de canais curtos de comercialização, para “feiras virtuais”, como forma de escoar a produção sem muitas perdas, por conta da paralisação das cadeias tradicionais de comercialização (feiras e mercados), que aos poucos estão retomando o seu funcionamento e com adaptações de logísticas para evitar aglomerações. Os agricultores analisados apontaram essa preocupação e mostraram um significativo aumento na escoação da produção nesse momento de crise, salientando que conseguiram manter-se relevantes nesse processo, baseando-se na relação de confiabilidade entre agricultor e consumidor, visto a consciência dos consumidores e a busca pela procedência

de alimentos adquiridos com base na produção agroecológica. Constatou-se que a mobilização de políticas públicas que auxiliam circuitos curtos de produção e comercialização, embasada no consumo de alimentos produzidos localmente, têm sido uma importante estratégia para assegurar a oferta de alimentos nas cidades, principalmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. As políticas públicas que mediam e apoiam as iniciativas da agroecologia impactam um avanço no desenvolvimento rural sustentável e precisam ser mantidas, fortalecidas e expandidas, pois elas estabelecem perspectivas determinantes na superação dos problemas que a sociedade vem enfrentando em razão dos grandes retrocessos atuais no país no que diz respeito às políticas estatais.

Palavras-chave: Produtor. Cooperativismo. Práticas agroecológicas.

ABSTRACT

This research aimed to analyze how family farming, within the agroecological scope, strengthens and plays a leading role for organizations such as the Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO) during the time of the new coronavirus pandemic (COVID-19). The work was carried out with the organic group from the Settlement 8 de Junho, municipality of Laranjeiras do Sul - PR. The research was characterized as an exploratory-descriptive case study. As a research instrument, semi-structured interviews were carried out through a questionnaire, with the aid of a recorder, and the participants were identified as: interviewee 1, interviewee 2, interviewee 3 and so on, in order to preserve their identities. In addition, a script was elaborated to deepen the reflections during the dialogue, in loco observations and documentary research were carried out through available bibliographic documents. The results showed that the organization effectively contributed to local development, considering the fundamental dimensions of endogenous development. The social organization and agroecologically based agricultural production, that is, the certified organic production observed in the settlement, proves that access to land by these farmers enables the social development of these settlers, as well as generating income for the protagonist families in this context. In order to implement the precepts that represent the agroecological bases, there are some limits and challenges to be analyzed, including: the organization's dependence on the institutional market and little investment in public policies, especially in relation to technical assistance. These are some aspects that make it difficult for producers to continue from an agroecological perspective. The obstacles of the short chains and impasses in reaching the most promising markets limited the organization's performance, since, nowadays, it finds itself paralyzed. The pandemic context showed the transfer, on an emergency basis, of short sales channels to "virtual fairs", as a way to transport production without much loss, due to the paralysis of traditional marketing chains (fairs and markets), which few are resuming their operation and with logistical adaptations to avoid agglomerations. The analyzed farmers pointed out this concern and showed a significant increase in the flow of production at this time of crisis, noting that they managed to remain relevant in this process, based on the relationship of reliability between farmer and consumer, given the awareness of consumers and the search by the origin of food acquired based on agroecological production. It was found that the mobilization of public policies that help short circuits of production and marketing, based on the consumption of locally produced food, has been an important strategy to ensure the supply of food in cities, especially for those who are in a vulnerable situation social. Public policies that mediate and support agroecology initiatives demand an advance in sustainable rural development and need to be maintained, strengthened and expanded. it concerns state policies.

Keywords: Producer. Cooperatives. Agroecological practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho - COPERJUNHO.

Figura 2 - Convite para o evento “Café Colonial” dentro da própria cooperativa, em celebração ao aniversário de 21 anos do assentamento.

Figura 3 - Dia de evento gastronômico.

Figura 4 - Logomarca da COPERJUNHO.

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CCA´s	Central Cooperativa dos Assentados
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNPO	Cadastro Nacional de Produtos Orgânicos
CPA´s	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPS´s	Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços
COPERJUNHO	Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional da Educação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MC	Ministério da Cidadania
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNERA	Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária
PNPA	Programa de Reforma Agrária
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SFN	Sistema Financeiro Nacional
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 ASSENTAMENTO E COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO – COPERJUNHO.....	23
2.1 ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO.....	23
2.2 COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO.....	28
2.3 RECONFIGURAÇÃO POR MEIO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ARTICULAÇÕES MERCADOLÓGICAS.....	36
2.4 DIMENSÕES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA CONCEPÇÃO AGROECOLÓGICA.....	40
2.5 A AGROECOLOGIA E SEU PAPEL SOCIOPOLÍTICO.....	45
3 A COOPERAÇÃO E O COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS.....	49
3.1 DINÂMICAS E CONTRADIÇÕES DA COOPERAÇÃO.....	49
3.2 OS SEM-TERRA: ARTICULAÇÃO E DIMENSÃO POLÍTICA.....	51
3.3 RELAÇÕES DO COOPERATIVISMO COMO ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA.....	56
3.4 OS REFLEXOS DA COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS.....	62
4 A AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPACTOS FRENTE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19).....	699
4.1 AGRICULTURA FAMILIAR E A AGROECOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE UMA NOVA REALIDADE NO MEIO RURAL: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR.....	69
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVAS DINÂMICAS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	74
4.3 A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS E REDES DE SOLIDARIEDADE.....	80
5 O PAPEL DO COOPERATIVISMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR..	86
5.1 O ELO ENTRE COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR NA REESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS.....	86
5.2 O COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL E OS CONTRASTES DOS EMPREENDIMENTOS DE AUTOGESTÃO.....	89
5.3 RELAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO E IMPLICAÇÕES DO COOPERATIVISMO PARA AGRICULTORES FAMILIARES.....	94

6 AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS VIAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	98
6.1 A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	98
6.2 AS IMPLICAÇÕES DA HEGEMONIA MODERNA AGRÍCOLA NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	1021
6.3 REALIDADE SOCIAL X REALIDADE AMBIENTAL (?).....	107
6.4 AGROECOLOGIA COMO IMPULSIONADORA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	1164
6.5 A IMPORTÂNCIA DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS <i>IN NATURA</i> COMO SUPORTE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	1176
6.6 A CONTRIBUIÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO MEIO RURAL.....	122
6.7 COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO (COPERJUNHO): UMA REFLEXÃO ENTRE COOPERATIVISMO E REFORMA AGRÁRIA.....	129
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

As transformações que a sociedade vem enfrentando e as mudanças que ocorrem em maior fluxo e escala, sobretudo as tecnológicas no âmbito rural, tomaram grandes proporções. Sendo assim, nesse processo de aprimoramento e potencialização das técnicas, o ritmo de aprendizagem se intensifica, gerando impactos nas relações de trabalho e produção e constituindo um contexto de novos desafios.

Percebemos então, que as mudanças configuradas nesse âmbito, estão provocando novas formas de interação e relação e, com isso, estão exigindo a resignificação dos modelos existentes e a busca por novos caminhos para se tornarem viáveis ao pequeno agricultor de base agroecológica. Desta forma, se não ocorrerem mudanças para este contexto, aumentará a degradação dos recursos naturais, que engloba desde a contaminação de solos e alimentos, prejudicando também a saúde das populações, além da perda da soberania alimentar e de costumes tradicionais.

O que se configura nesse contexto, é o crescimento gradativo dos grandes mercados, pela expansão de seus produtos e espaços territoriais, com a implantação de monoculturas. Assim, a agricultura familiar acaba sendo negligenciada por questões econômicas e sociais, com a ampla incorporação de políticas públicas aos setores industriais. Entre essas duas contrastantes formas de produção, as diferenças estão nas relações de propriedade e nas distintas formas em que a produção, distribuição e apropriação de valor são ordenados.

Nesse cenário, as mínimas políticas destinadas aos pequenos agricultores são evidenciadas em programas estatais, ressalvadas em garantias que o agricultor precisa oferecer ao poder público, em forma de obtenção de recursos para sua unidade produtiva e expansão de mercado dos seus produtos.

Desse modo, o atual modelo agrícola, gerou aumentos relevantes na produção dos cultivos, com “lucros rentáveis”, ou seja, lucros exorbitantes e que, conseqüentemente, geram questionamentos devido essa atividade se envolver com os problemas ecológicos e socioambientais. É possível observar que os lucros provenientes desses cultivos não são diversificados, agredindo os recursos naturais e os espaços sociais de pequenos agricultores, pois demandam grandes volumes de terras com a intensificação das monoculturas.

Nota-se que a agricultura familiar, em algum grau, perdeu sua relevância, dentro de um contexto que enaltece uma agricultura convencional, caracterizada por uma

modalidade dominante de manejo agrícola e com a introdução de novas tecnologias, variedades de grãos e agroquímicos no meio rural, que geram má distribuição de ordem econômica, social e política. Desta forma, esses sujeitos enfrentam entraves e instabilidades no mercado, devido as barreiras implementadas pelo agronegócio e suas implicações estruturais, as quais, acabam não abrindo espaço para o agricultor de base agroecológica.

Percebemos que a introdução de uma tecnologia direcionada a uma intensificação produtiva conquistou o lugar dos modos de intensificação fundamentadas no trabalho. Sendo assim, esses problemas vêm se intensificando com a modernização da agricultura, aprofundando as crises ambientais, alimentares, econômicas, climáticas e, sobretudo, as sociais, direcionadas para as desigualdades sociais. Essas nuances ocorrem em um processo de mercantilização brusco e multifacetado.

Isso nos mostra que o contexto atual é marcado pelas divergências entre a agricultura convencional e o agricultor familiar de base agroecológica. Com essas distinções vê-se que ambos os modelos de agricultura ainda continuam a se chocar, pois se distinguem em suas formas de atuação, processos produtivos e relações sociais.

Entre tantos entraves, a concentração de renda nas mãos de grandes produtores, reduzida à produção de monoculturas, acaba afetando a participação dos agricultores familiares. Esse impasse demonstra a pequena participação desses atores e seus familiares nos grandes mercados e políticas, reduzindo a captação de recursos e possibilidades, pois limita o acesso à educação, à assistência técnica e à diversificação produtiva, transcendendo os problemas sociais e relações comerciais, além dos próprios agroecossistemas.

Mediante esses entraves, a agricultura familiar passou por uma readaptação do modelo capitalista de produção, no qual, os empreendimentos se voltam muitas vezes ao sistema agroindustrial, visto que alguns podem ter possibilidades de se beneficiar ou não dos recursos estatais. Nesse sentido, o produtor enfrenta as complexidades do agronegócio, interferindo nos fatores econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e competitivos.

Como reflexo desse contexto, esses sujeitos estão submissos aos ajustes do atual modelo agrícola industrial, com grandes investimentos e políticas públicas, que favorecem esses segmentos, cujos impasses podem causar a exclusão de pequenos agricultores, além de dificultar o alcance de mercados que podem garantir a expansão de

sua produção e, de certo modo, podem manter sua autonomia como mantenedora de sua propriedade.

Na matriz de insumos da agricultura e reformulação do processo produtivo - lado a lado, se tornam o centro de uma nova forma empresarial de agricultura, na qual, esse modo não fez desaparecer o âmbito familiar de produção. Esse processo levou a categoria a uma adaptação, dada sua resistência, uma promessa de continuidade.

Com isso, notamos que o agricultor familiar precisa produzir tanto para a comercialização, quanto para seu consumo. Para que seu trabalho tenha valor durante o ano inteiro, o mesmo precisa se ocupar com outras tarefas, pois a monocultura exerce um entrave, visto que a indústria agrícola usa técnicas mais modernas, nas quais, o agricultor familiar possui dificuldade de adaptação, seja financeiramente ou logisticamente. Essa lógica não foi pensada na capacidade técnica dos agricultores, mas estrategicamente organizada para a agricultura hegemônica.

Nota-se, nesse contexto, que a agricultura familiar e suas formas de organização estão carentes no sentido de apoio político-social, econômico e ambiental, devido ao apoio institucional que é destinado ao agronegócio, em sua maioria. Sendo assim, esses fatores mostram o contraste dessa relação e dificuldades de inserção do agricultor familiar em políticas mais amplas.

Embora o agricultor familiar encontre diversos empecilhos socioeconômicos que corroboram para que ele tenha dificuldades na sua inserção no mercado, vem-se observando, diante desse cenário, alternativas sustentáveis capazes de não interferir no fluxo natural¹ do ambiente, aproximando esse sujeito dos recursos naturais alcançáveis, além de contribuir na solidariedade e cooperação entre a categoria dos agricultores familiares.

Podemos, nesse sentido, perceber que uma amplificação de base de recursos por meio das relações de dependência com o mercado de fatores de produção é evitada, isso foge da luta pela autonomia. A agricultura familiar nos mostra que para obter um maior resultado possível, com uma dada quantidade de recursos, é necessário que não haja uma degradação da qualidade destes, sendo o contínuo encontro e interação mútua entre ser humano e natureza, onde o social e o ambiental são mutuamente transformados.

¹ Fluxo natural é permitir aos ciclos de vida da natureza e outras formas de vida se completarem em todas as situações, assim como, ser resiliente em todos os aspectos, permitindo que todos os ciclos se renovem e se perpetuem, dando o andamento da vida e as suas transformações.

A categoria nesse aspecto, configura e reconfigura de maneira à se tornarem recursos úteis, apropriados e promissores, compondo um modelo coerente, sendo o modo de produção familiar, voltado primeiramente a sua subsistência e, posteriormente, articulada com mercados no processo de comercialização, fortalecendo as bases desses recursos, sobre a qual está fundamentada, contribuindo mais para a autonomia. As proporções desse processo são bastante variáveis para cada contexto, seja no tempo e/ou espaço, assim como nas estratégias empregadas.

Nesse sentido, as agriculturas sustentáveis sendo justas do ponto de vista socioeconômico e ambiental, apontam a garantia para as gerações futuras à capacidade de suprir as necessidades produtivas e a qualidade de vida e como alternativas ao modelo convencional são vistas como uma possibilidade para enfrentar esses desafios e contribuir em melhorias relacionadas à segurança alimentar e à preservação da biodiversidade, questionando o modelo implantado durante o século XX, sustentado em definições, paradigmas e princípios ecológicos. Além de fortalecer o desenvolvimento no âmbito local, trabalhando de forma organizada e configurada na maior flexibilização em relação ao mercado e na redução de custos de produção, podendo contribuir na maior capacidade produtiva.

Desse modo, as agriculturas sustentáveis utilizam os recursos naturais de forma equilibrada, respeitando a resiliência do ambiente e os seus ciclos e, sobretudo, os aspectos sociais do local, capazes de valorizar os conhecimentos que integram a agricultura familiar, visto que, ela se baseia em um âmbito voltado à Agroecologia, no qual, sua perspectiva econômica e social seria baseada na construção de novos conhecimentos e na mínima utilização de insumos externos.

Sendo assim, a Agroecologia segue princípios com componentes básicos para um agrossistema sustentável, como: o uso da cobertura vegetal, matéria orgânica, reciclagem de nutrientes, agricultura integrada, controle biológico e de inimigos naturais e biodiversidade. Além disso, traz componentes simples para uma agricultura mais rentável e sustentável, além de, através desses segmentos, reconfigurar a agricultura familiar, acrescida de incentivos governamentais.

Nesse sentido, notamos que a agricultura familiar se volta para um caminho que trilha ao desenvolvimento rural sustentável, além da procura pela equidade diante do sistema capitalista, como oportunidade de fortalecer sua unidade produtiva e expandir a comercialização.

Encaramos esse quadro como um processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, expansão e defesa de uma base de recursos autocontrolados, no qual, a terra e a natureza viva são elementos primordiais. Nesse desenho, a luta pela autonomia continua em um modelo de agricultura que condena a categoria à submissão, dependência, privação e as ameaças com a degradação dos seus meios de sobrevivência.

Portanto, trata-se da busca pelo desenvolvimento agrário, que visa promover o desenvolvimento sustentável sem ferir os recursos naturais, constituído por meio dos agricultores familiares, para que se tenha incremento na renda, maior capacidade produtiva e geração de emprego. Entretanto, as agriculturas alternativas ou ecológicas ainda são questionadas em aspectos técnicos e econômicos, como também nas suas discussões e práticas, devido ser um campo com discussões inflamadas, entre as relações e elementos socioeconômicos e ambientais.

Os aspectos políticos e sociais, os quais são escassos, estão interferindo nas dinâmicas da sustentabilidade nos sistemas produtivos, visto que deveriam impulsionar um desenvolvimento menos agressivo ao ambiente, agravado em dias atuais pela intensidade exploratória e mínimas interferências colaborativas à um sistema de base agroecológica.

Dessa forma, as questões político-sociais são conflitantes para essa discussão e na prática dificultam o desenvolvimento local, principalmente para os pequenos agricultores, pois os interesses econômicos causam, em sua maioria, atritos nessa conjuntura. O que de certa forma, recai nas formas de organização para esse contexto, demandando o apoio necessário para atuar em suas dinâmicas e inserção no mercado.

Para isso, a cooperação entre os agricultores familiares, sobretudo em assentamentos rurais como destaca-se nessa pesquisa, aponta uma estratégia viável para alcançar políticas públicas e outros recursos como forma de garantir seus direitos sociais, pois conseguem estreitar as convergências em torno de suas lutas e potencializam a construção de seus ideais, através de engajamento coletivo, luta e reconhecimento diante do Estado.

Apesar dos entraves que a modernização agrícola causou na agricultura familiar, a mesma segue em suas perspectivas de luta por seus direitos sociais, os quais devem ser respeitados e reconhecidos, tanto as formas de manejo agrícola, quanto território e a agrobiodiversidade nele existente, de maneira que sejam integrados em amplas participações nas políticas agrícolas, como forma de manter a relevância enquanto categoria social e política. Salientando que, nesse momento de crise, destaca-se o contexto

de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no qual, as políticas que acercam a categoria se estabeleceram distintas entre as regiões do país, pois as articulações desses atores se intensificaram devido as consequências de isolamento social, restrições de circulação de pessoas e a instabilidade no comércio e na economia como um todo.

Essas circunstâncias afetaram de maneira ampla muitos setores da sociedade, sobretudo a agricultura familiar, que se encarrega de grande parte do abastecimento alimentar da população. Embora esses entraves tenham afetado seu quadro socioeconômico, continuam assegurando sua fonte de renda e identidade social, mesmo sofrendo riscos de amparo estatal, frente as grandes corporações e instituições que mantêm sua estruturação baseada no agronegócio e nas políticas públicas que, de certa maneira, asseguram sua estabilidade, devido à riscos de queda na economia baseadas nas exportações.

A partir desse cenário, a pesquisa entra em um contexto no qual a agricultura familiar, sobretudo de base agroecológica, configura um papel essencial nesse momento, articulando-se dentro de sua categoria de forma organizada, através de cooperativas, buscando apoio institucional por meio de políticas públicas, para os alicerçar e continuar como protagonistas, mantendo sua relevância na sociedade.

Dessa maneira, o método empregado nesta pesquisa aborda um estudo de caso, de caráter qualitativo-descritivo, possibilitando ao pesquisador formas de buscar informações ou dados secundários, visto que, uma investigação empírica se volta para abordagens profundas acerca do tema, voltando-se ao contexto real do objeto de estudo. Esse método é comumente empregado em distintos campos científicos, onde, o motivo que emerge dessa circunstância é compreender os diferentes fenômenos sociais, além de permitir ao pesquisador analisar os sujeitos e as organizações nas quais estão inseridas.

O objeto de estudo é a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho - COPERJUNHO, onde realizou-se uma entrevista semiestruturada com alguns produtores, membros de um grupo de agricultores orgânicos, com auxílio de um gravador, identificando esses indivíduos como: Entrevistado 1, 2, 3 e assim por diante, como forma de preservar a identidade dos participantes, totalizando 6 entrevistas. Além disso, os dados primários se deram por meio de observações *in loco*, alçando e descrevendo um fato.

Deste modo, buscou-se entender a dinâmica histórica, social e ambiental do local, assim como a trajetória da cooperativa e os envolvidos até os dias atuais, passando por suas estratégias de inclusão no mercado, assim como foram identificadas as políticas

locais que os alicerçaram e ainda os impulsionam como via de fortalecimento do grupo, em interação com a comunidade.

Com a finalidade de conhecer a percepção desses agricultores em relação ao contexto de pandemia e suas articulações diante dos impactos gerados em sua categoria, que envolve desde a unidade produtiva até a comercialização, evidenciamos também a organização coletiva e a cooperação entre esses atores, mostrando seu potencial de se manter em estabilidade socioeconômica e política.

Para isso, foi necessário realizar uma pesquisa a campo em um local pré-estabelecido e acordado com os participantes, considerando a atual situação da pandemia do coronavírus (COVID-19). Conduziu-se a entrevista tomando as devidas medidas restritivas de distanciamento social. Deve ser retratado que a pesquisa necessitou ser redimensionada, por motivos alheios a pesquisadora, mas diretamente relacionados a pandemia. Os dados secundários foram obtidos de forma documental, com documentos bibliográficos permitindo a identificação e a caracterização do contexto desses agricultores, bem como, o histórico, os aspectos culturais e socioambientais.

O caminho percorrido é baseado na teoria, embora se entrelace com o lado social que contrasta ao longo do tempo, englobando as distintas visões acerca do tema e influenciando a autora em quais meios incorporar, para que a pesquisa seja de fato relevante. Nesse caso, os procedimentos de investigação têm uma importância, já que as limitações são um impasse na construção do trabalho, porém, deve-se superar os entraves científicos e seguir na direção de novas ações. Sendo assim, a abordagem científica condiciona a pesquisa mecanismos pelos quais deverá se basear, então servindo de um ponto inicial para explicar as questões norteadoras desse processo que é a ciência.

Os fenômenos sociais são compreendidos como movimento, dessa forma, possuem uma linha tênue até os dias atuais, como algo transformador registrado em cada momento, onde a notoriedade das relações na sociedade segue de forma construtiva e sujeita a alterações. Diante desse debate teórico-histórico vemos que é imprescindível notar as divergências que o desenvolvimento rural abriga, o que torna interessante estabelecer diretrizes para seguir, além de pilares em quais deve-se enquadrar, não esquecendo das contradições que existem nesse âmbito.

Desse modo, as categorias, através de organizações cooperativas, protagonizam nos seus processos produtivos e na comercialização quadros distintos, destacando-se impactos positivos e negativos em aspectos políticos, econômicos e sociais, que

influenciam o funcionamento e a continuação desse contexto em distintos graus e possibilidades.

Ainda, ressalta-se que as parcerias institucionais nesse momento são essenciais, como forma de impulsionar e apoiar seus empreendimentos e auxiliar a permanência de sua relevância com sua identidade e protagonismo no meio rural.

Assim, esses agricultores se destacam neste trabalho por seu protagonismo e fortalecimento através de organizações cooperativas, frisando a sua importância no abastecimento alimentar da sociedade, de maneira mais saudável e com base em ecossistemas sustentáveis. Logo, aponta-se os aspectos de solidariedade, cooperação e organização, dentre outras características abordadas na pesquisa, em prol do desenvolvimento rural sustentável e sua manutenção, para as gerações presentes e futuras, através de organização social e apoio estatal.

A pesquisa está organizada em 6 capítulos, onde o capítulo 1 aborda uma contextualização do trabalho e procedimentos realizados, bem como, traz conceitos teóricos como o desenvolvimento rural e suas transformações ao longo do tempo, com a notoriedade da agricultura convencional como entrave para a agricultura familiar. Nesse contexto, recorre-se a uma compreensão acerca dos fatores que desequilibram esse âmbito, analisando as mudanças paradigmáticas do desenvolvimento rural.

O capítulo 2 caracteriza a área estudada com informações do local e da organização pesquisada e seus atores, além de seus aspectos históricos, econômicos, sociais, enfatizando a conquista do espaço e os motivos que levaram à esse feito, identificando as atividades e estratégias desenvolvidas no âmbito econômico e suas formas de produção. Neste capítulo será abordada a influência da produção orgânica e agroecológica como via de sustentabilidade para os processos produtivos e sua contribuição no desenvolvimento local.

No capítulo 3, serão abordadas as relações de cooperação e cooperativismo, assim como, a análise dos processos de autogestão que levam a essa forma de organização e suas contradições de autonomia e os elos das políticas públicas com os agricultores familiares em assentamentos rurais. Além de evidenciar os aspectos de solidariedade dentro das relações de trabalho e, a partir disso, suas dificuldades no cenário histórico, as quais transitam até os dias atuais.

No capítulo 4, tratou-se como a agricultura familiar agiu frente aos impactos causados pelo novo coronavírus (COVID-19) e como as políticas públicas se voltaram para esses atores como suporte nesse momento, salientando também, como esses

indivíduos se articularam como categoria e estruturaram seus sistemas produtivos, bem como, conseguiram instituir estratégias de escoar a produção. Dessa maneira, discorreu os fatos em contexto nacional e, sobretudo os locais, enfatizando o grupo de orgânicos da COPERJUNHO, percebendo o trabalho sistêmico desses agricultores como mantenedores de suas propriedades e do abastecimento alimentar da sociedade.

No capítulo 5, discutiu-se sobre o cooperativismo e seu papel intrinsecamente ligado aos benefícios e interesses, levando em consideração as particularidades e necessidades inerentes aos produtores familiares, passando pelos encadeamentos de organização e dos ganhos amplamente associados à inserção em organizações cooperativas, bem como, uma conduta que cruza com as negligências estatais.

No capítulo 6, disserta-se sobre a agricultura familiar como fomentadora do desenvolvimento rural sustentável através de meios produtivos menos impactantes e resilientes com os recursos naturais, além de ressaltar os pontos socioculturais desses sujeitos e suas peculiaridades locais e seus delineamentos para minimizar o êxodo rural, apontando os fatores que conduzem e retraem esse contexto, salientando os entraves e perspectivas, assim como os passos para atingir a sustentabilidade, garantindo assim a manutenção das gerações atuais e vindouras. E, por seguinte, as políticas públicas atuais para esse cenário.

Nas considerações finais, uma síntese dos resultados e conclusões respondendo a problemática do tema, consolidando a questão da pesquisa, podendo contribuir ao desenvolvimento local e também ao aprofundamento e subsídios a outros estudos acerca da temática.

2 ASSENTAMENTO E COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO - COPERJUNHO

Neste capítulo será abordado o histórico do assentamento e da cooperativa, apontando o surgimento, funcionamento, problemas e dificuldades que esses agricultores já enfrentaram e ainda enfrentam até os dias atuais. Além de salientar as perspectivas e possíveis soluções frente à expansão do agronegócio no contexto atual, de modo à reinventar seus processos produtivos com produtos de base agroecológica, visando o alcance que isso tem atingido, seja pelas conquistas de políticas públicas, como também, pela própria organização como categoria e analisando a real conjuntura da cooperativa atualmente.

No dia 03 de Julho de 2021 realizou-se uma entrevista com um dos agricultores mais antigos do assentamento e também integrante do grupo de orgânicos com o auxílio de um gravador e, posteriormente, transcreveu-se para um questionário. O participante convidado disponibilizou-se a relatar sobre pontos cruciais sobre o assentamento e o funcionamento da cooperativa.

2.1 ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

O Assentamento 8 de Junho teve sua origem no dia 8 de Junho de 1997, quando duzentas famílias se uniram organizadas através do MST e acamparam no km 407 da BR-158 no município de Laranjeiras do Sul - PR. Essas famílias ocuparam a Fazenda Rio Leão, onde posteriormente tiveram que deixar o local e retornar para as margens da BR-158. Nessa movimentação ocorreu uma diminuição da quantidade de famílias, as quais, foram para outras áreas ou assentadas em outros acampamentos. Um ano após, em 18 de novembro de 1999, na referida fazenda com uma área de 1.477,44 ha, esses agricultores foram desapossados através do Incra para a instalação do assentamento 8 de Junho com 74 famílias assentadas (IPEA, 2016).

Como forma de elucidar a afirmação, um dos agricultores relata o início do acampamento apontando:

Então começou com 17 famílias que veio de lá, aqui começou dia 8 de Junho de 1997, dia 20 de Junho eu vim pra cá com a minha família e no curto tempo a gente chegou a ter 200 famílias, depois alguns desistiram, outros foram para outros assentamentos... e nós permanecemos, teve uma ajuda grande, mútua das famílias.

Dos 74 lotes que o assentamento possui, somente 71 são unidades produtivas dos agricultores, sendo três designados para a instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul - PR. Os assentados que viviam nesses lotes foram transferidos para o assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu - PR. A existência da universidade inserida no assentamento era um antigo projeto de lideranças políticas de Laranjeiras do Sul - PR e outros municípios vizinhos, sendo de grande importância nas reflexões de desenvolvimento regional (COCA, 2016).

O envolvimento da comunidade na conquista da UFFS foi essencial no processo de implantação da instituição. Logo, ele enfatiza essa relação em um dos trechos:

É, diretamente sim... o assentamento se envolveu desde o início... desde as primeiras conversas sobre a UFFS. As reuniões praticamente da conquista da universidade, foi dentro do assentamento... lá no pavilhão... as reuniões mais importantes... sobre a questão da nova universidade foi feita no salão do 8 de Junho... então, a comunidade se envolveu diretamente e também na questão da universidade vim aqui para o assentamento.

Foi levantado sobre a questão da disponibilidade dos lotes e os acordos feitos entre as famílias para a constituição da universidade como ele retrata:

A gente fez aqui uma discussão interna, três famílias disponibilizaram três lotes... então, a gente fez essa campanha interna... duas famílias foram realocadas para Quedas do Iguaçu e uma internamente a gente realocou... mas teve a participação aqui da comunidade na conquista da UFFS.

O produtor aponta uma indagação, na qual, sua fala mostra a importância da localização da instituição, além de abordar o nível de escolaridade de outros agricultores como uma dificuldade para discutir assuntos inerentes à instituição. Contudo, ele ressalta que foi um êxito a instalação da universidade para a comunidade:

A questão mais de localização... até porque essa questão mais legal... porque se tu pega o nível de conhecimento da gente... pra tá discutindo uma universidade, era muito pouco, então era mais localmente. Nós aqui quando tava acampando, 200 famílias... nós tinha dois só que tinha segundo grau... e a grande maioria tinha só o primeiro grau... uns o primário, da 1º a 4º série e tinha os analfabetos... então pra tá discutindo uma universidade, a gente não tinha muito claro, o que que é, o que vinha somar a universidade, mas foi uma grande conquista pra nós.

Assim, esse processo de implantação marcou uma fase de evolução e notoriedade do assentamento e de seus atores, bem como, a região em que está inserida nesse processo de desenvolvimento regional, pois a agregação de uma universidade traz o fomento para o direito à educação como um todo, assim como a expansão do alcance de políticas com foco agrícola.

Ainda, se discutiu sobre a relação da Agroecologia e a sua utilização nos seus processos produtivos e forma de vida no contexto inicial do assentamento, evidenciando aqueles que introduziram um delineamento de um meio de vida e de produção mais sustentáveis, além de salientar os que trabalhavam de forma convencional e os fatores de viabilidade econômica, os quais, são apontados como um desafio pelo agricultor, considerando o retorno imediato e a escala produtiva adotada pelos distintos produtores:

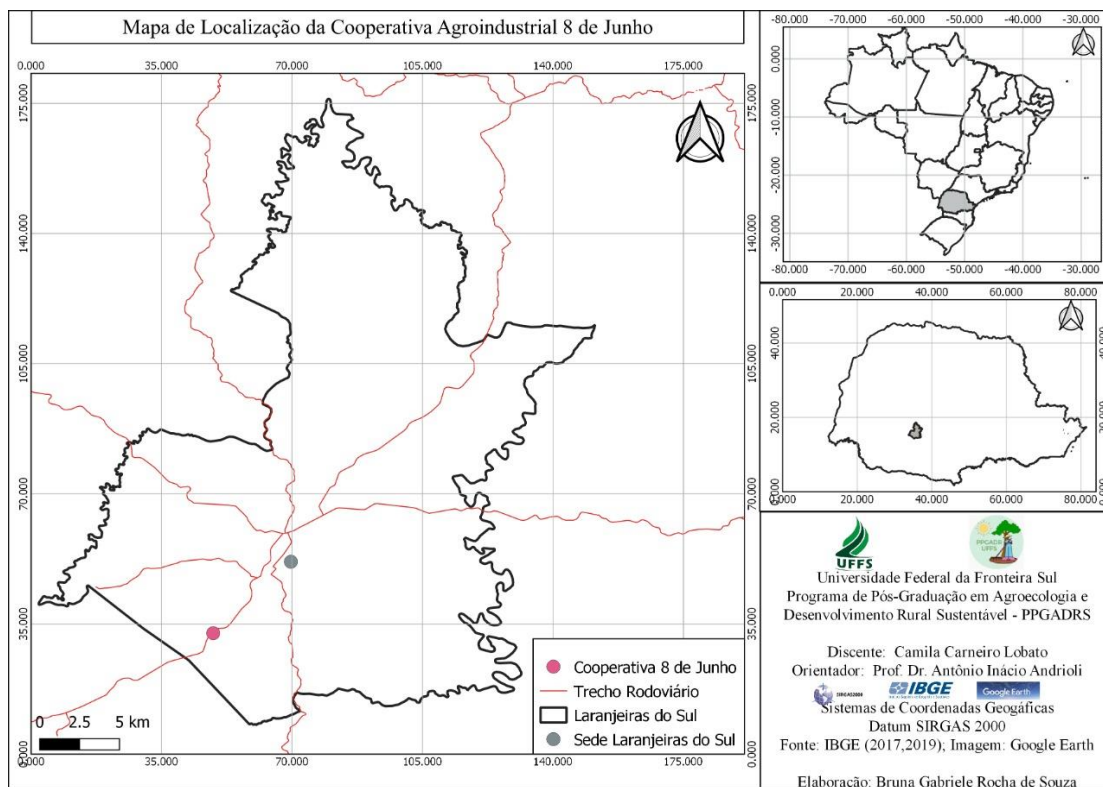
Na época teve alguns a mais... nós tinha um grupo de 10 a 15 famílias que trabalhava com a agroecologia, mas não durou muito tempo... foi ficando estes que tinha como meta de vida, que gosta mesmo... você é o que come né... quem trabalha com produto agroecológico, tem diversificação do produto... diferente de quem tá no assentamento e tem no lote... ou é vaca de leite ou é soja... não tem um pé de verdura... então, vai buscar tudo no mercado. Então é outra lógica, esse pessoal que trabalha com orgânico tem galinha, porco, gado, a horta... diversificado... O pessoal estava bastante preocupado com a questão do leite... sendo só a vaca... aí tem o milho... ração... essas coisas com esses preços (alto)... depois tem que vender as vacas... nós aqui temos as vacas, vendemos queijo orgânico, mas as vacas comem capim, não come ração.

Hoje, as 71 famílias assentadas levam em seu histórico uma grande luta, onde, em seu nome, levam o símbolo de perseverança e a luta pela educação. Uma educação que melhore a qualidade de vida e amplie a capacitação e formação, onde garanta a sobrevivência e permanência na terra, assim como, a geração de renda.

Pois, nessa luta pela Educação do Campo percebe-se um modelo de sociedade e produção agroecológica. Essa articulação levou os assentados a se organizarem em forma de cooperativa. Assim, a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO) foi fundada em 2007, configurando-se como referência no estado, oferecendo à seus cooperados qualidade de vida, além de alimentos de base ecológica para a região (AMORIN, 2017; IPEA, 2016^a).

A figura abaixo elucida a localização da cooperativa no município de Laranjeiras do Sul, estado do Paraná, com uma extensão de 672,1 km², contando com 30.777 habitantes no último censo realizado em 2017, possui as coordenadas geográficas latitude 25° 24' 40'' sul, longitude 52° 24' 42'' oeste (CIDADE BRASIL, 2018).

Figura 1 - Localização da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO).



Fonte: SOUZA, 2020.

Nesse contexto, fica evidente que a luta desses assentados foi essencial para se organizarem, tanto no contexto produtivo, como nas relações sociais, pois através dessa articulação e princípios, a cooperativa mostra como a ação coletiva pode garantir o desenvolvimento social e econômico de seus cooperados e, da região em geral, de forma sustentável.

Em quase dez anos de existência, o assentamento constituiu uma associação de agricultores agroecológicos e uma associação de mulheres que, posteriormente, iria se tornar cooperativa. Instituiu uma associação coletiva social, esportiva e cultural, além de criar outra para administrar os equipamentos usados conjuntamente. Nesse sentido, tem-se uma forte atuação no MST, sendo o primeiro assentamento a sediar uma universidade federal (PAIXÃO, 2014).

Em relação aos assentamentos, Medeiros e Fiorentin (2015, p.14) salientam que “[...] surgiram como uma nova alternativa, um conjunto de pequenos territórios, em espaços contínuos e/ou descontínuos, mas vistos como partes integrantes de um sistema maior [...]”. Logo, estabelecem projetos de desenvolvimento local, com as suas dinâmicas, modificando os espaços do território onde são instalados, como o caso do Assentamento 8 de Junho. Complementando essa afirmação, Fernandes (1998, p.22) aponta que:

A ideia de assentamento está diretamente relacionada a de pequena produção. Lugar e relação social se processam enquanto fonte de poder e resistência; integrados ou excluídos, os trabalhadores constroem, sempre, novas estratégias que garantam a manutenção de sua existência. Nesse sentido, a terra é também o espaço da luta, pois é onde se realizam os processos sociais. É nesse contexto que os espaços dos assentamentos e as diferentes dimensões das relações aí desenvolvidas pelos sujeitos emergentes nos interessam como processo socioespacial, onde se expressam as dimensões dos interesses da classe.

É nesse cenário que esses espaços são dinamizados pelas distintas relações desenvolvidas. Esses indivíduos se integram à um processo socioespacial, onde exprimem as dimensões da categoria. Dessa forma, a Reforma Agrária surge como uma via para assentar as famílias que não possuíam terra, como forma de garantir a produção e a reprodução social.

Os espaços onde os assentamentos estão inseridos, são permeados por transformações significativas em âmbito local, pois há a diversificação no sistema produtivo, a conquista de mercado e o fortalecimento político dos produtores. E, com a implantação dos assentamentos de Reforma Agrária, se evidencia uma nova organização socioeconômica e política, mostrando que a terra é caracterizada como mais que um elemento da produção agrícola. Ela é uma perspectiva que se concretiza na sobrevivência da família e na constituição de uma vida digna.

Segundo o Incra (2016), no contexto brasileiro, o número de famílias assentadas é de 972.289 divididos em 9.374 assentamentos, com uma área de 87.978.042,18 hectares.

Dessa forma, o entendimento da organização social da COPERJUNHO, instituída por assentados da Reforma Agrária, necessita de uma análise teórica que distingue a concepção de agricultor e acarrete na compreensão da lógica da organização interna do grupo de agricultores, tal como elucidar o conceito da classe agricultora que está representada no contexto do capitalismo.

Posto isto, nas estratégias entre a agricultura familiar e a Agroecologia, aponta-se a discussão essencial entre teoria e prática, pois nelas estão o elo de uma construção que pode facilitar o desenvolvimento de concepções e parâmetros, consolidando a ideia da expansão do movimento através desses sujeitos. Logo, a Agroecologia se expressa através desse diálogo entre esses dois aspectos, teórico e prático, onde inicia-se sua grandeza social, se consolidando nas ideias que são concretizadas nas ações sociais desses agricultores.

Se o diagnóstico do agroecossistema é mediado pelos segmentos sociais, o pesquisador necessita discutir de forma igualitária com o conhecimento local, produzido pelos agricultores familiares. A Agroecologia viabiliza-se neste processo de constituição de instrumentos de defesa do conhecimento local, mas, também, participando desses movimentos e colaborando com as demandas sociais e éticas desses sujeitos locais, que procuram o domínio dos recursos sobre sua identidade.

Portanto, o entendimento agroecológico dos agricultores nos assentamentos de Reforma Agrária pode ser compreendido no cenário dos espaços produtivos, da sua organização, englobando elementos técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e simbólicos que se movem e compartilham mutuamente. Nessa compreensão se situam as interações da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO) ligada ao Assentamento 8 de Junho, cujas particularidades se destacaram pela grandeza econômica da produção orgânica entre seus cooperados, assentados e filhos de assentados formados no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

2.2 COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO

É possível observar que a ruptura com as grandes elites proporcionou à esses agricultores o direito e autonomia de suas propriedades, além de institucionalizar a função social da terra através da luta coletiva e a constatação de melhorias de desenvolvimento territorial baseada na Agroecologia. Esse movimento mostra a lúcida intencionalidade do protagonismo da agricultura familiar, evidenciando sua ampla transformação na sociedade.

Dessa maneira, a cooperativa iniciou seus trabalhos com a organização de mulheres a partir de uma panificadora e beneficiamento de alimentos em geral. Em detalhes, a organização foi instituída baseada na disposição de atividades produtivas coletivas através de um grupo de mulheres e jovens do assentamento, que se

sistematizaram no processamento e aproveitamento de alimentos, corte e costura, panificação e artesanato. Em sua implantação, em 2005, por meio de uma cozinha comunitária, o processo foi expandido não somente para a subsistência das famílias assentadas, como também, para o mercado institucional. Através da Associação Comunitária do Assentamento, eles acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para efetivar sua atuação nessa política pública, a COPERJUNHO foi criada em dezembro de 2007 (ASTURIAN; MARTINS, 2021).

Sendo assim, pode-se compreender as formas de conhecimento local dos agricultores como fortalecedores das biodiversidades ecológicas e socioculturais em seus experimentos produtivos. Isto é, mudanças geridas de ações político-produtivas. Assim, essa organização que nasceu de um grupo de mulheres, foi se instituindo ao longo do tempo, para o alcance de um mercado institucional, concebendo a COPERJUNHO um exemplo de autonomia.

Deste modo, ela movimenta a economia local com produtos de qualidade, onde são comercializados no mercado municipal de Laranjeiras do Sul - PR, município sede da cooperativa, lugar que é marca de um trabalho coletivo desempenhado com solidariedade, equidade e seriedade, proporcionando uma gama de benefícios à sociedade. Além de trabalhar na produção de laticínios, com a feira de produtos agroecológicos, fornecimento de merenda escolar e, também, com um laboratório de homeopatia (IPEA, 2016^b).

Para entendermos a importância do assentamento e da cooperativa, é essencial elucidar o papel que esses sujeitos representam na região, visto as interferências conjuntas que os mesmos têm realizado. Desse modo, uma parte do processo está apresentado em alguns trechos de um documento da COPERJUNHO, como o Ipea (2016^c, p. 29) aponta na constituição das primeiras iniciativas organizadas pelos assentados, a distribuição de tarefas e estruturação das atividades no assentamento em um trabalho coletivo, sobretudo com mulheres à frente da concretização da cooperativa:

O espírito de cooperação sempre esteve presente nas famílias. Num primeiro momento, na luta pela sobrevivência no acampamento organizando diversas atividades de solidariedade como: realização de refeições coletivas, cuidados com as crianças, confecção de agasalhos e de artesanatos, elaboração de medicamentos fitoterápicos, apresentações culturais, festas comemorativas etc. Com o assentamento 8 de Junho criado, as famílias se distribuíram nas unidades de produção, consolidando as linhas de produção agropecuária, que basicamente foram grãos e leite. Nesta fase do assentamento é normal que haja uma individualização do trabalho, onde cada família busca viabilizar-se no lote e estruturar suas atividades produtivas. Contudo, um grupo de mulheres tinha

a vontade de estruturar alguma atividade produtiva coletiva, primeiramente se organizaram em um clube de mães, onde realizaram diversos cursos, como processamento e aproveitamento de alimentos, corte e costura, panificação e artesanato.

Assim, como forma de concretizar a instituição da cooperativa através da obtenção de equipamentos para uma cozinha comunitária no assentamento e alcançar mercados institucionais com o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, os assentados conquistaram um grande espaço para a construção social e oportunidade de expansão comercial. Isso foi, de fato, o princípio de uma abertura para o desenvolvimento socioeconômico do assentamento, assim como uma conquista política, conforme o Ipea (2016^d, p.29) ainda ressalta:

No ano de 2005 o grupo recebeu equipamentos para uma cozinha comunitária da Secretaria Estadual de Trabalho. A produção começou com três mulheres, que, além de produzirem para o consumo da comunidade, começaram a entregar os produtos para as escolas municipais, e assim através da Associação Comunitária do Assentamento acessaram pela primeira vez o Programa Aquisição de Alimentos (PAA). Rapidamente a padaria conseguiu evoluir alcançando um volume de trabalho maior, abrangendo oito mulheres no ano de 2006. Tendo em vista os impedimentos legais de uma associação realizar atividades comerciais, no dia 12 de dezembro de 2007 foi constituída a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (Coperjunho). A cooperativa tem definido como seus princípios: direção coletiva, desenvolvimento social, formação, capacitação e organização dos (as) associados (as), sustentabilidade, igualdade, agroecologia.

Segundo Asturian e Martins (2021^a), é nesse cenário que a COPERJUNHO, formada por assentados organizados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vai integrando a Agroecologia aos seus princípios e se concretizando baseada no engajamento de um grupo de assentados de produção orgânica certificada. Complementa-se o processo de sucessão familiar em seguimento na organização cooperativa, dado que a constituição de seus dirigentes e associados se faz também pelos filhos dos assentados.

Nesse sentido, o entendimento da Agroecologia, bem como a adesão de estratégias para a integração da produção orgânica certificada no mercado, tem como uma das vias para esse ponto a realização de cursos no Pronera, como forma de capacitação e apoiados pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado do Paraná tendo a possibilidade de concretizar, além do segmento familiar na cooperativa, a oportunidade de estruturação da produção orgânica.

Esse processo de capacitação foi essencial no crescimento dos assentados por meio do Pronera como forma de incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas e outras noções do cenário agrícola, assim como, no seguimento de sucessão

familiar no meio rural. Apesar dos benefícios que esse âmbito acarretou, salienta-se as dificuldades da permanência do jovem no campo. Contudo, no caso desta pesquisa, o entrevistado destaca a continuidade dos jovens no assentamento, por conta da proximidade com o meio urbano, pois acredita que essa interação entre campo e cidade pode fortalecer as relações mútuas. Com isso, um dos entrevistados aponta:

Com certeza ajudou muito, principalmente diretamente alí junto com o Ceagro... boa parte dos nossos jovens se formaram em Técnico Agrícola... Administração... foi tudo em conjunto do Ceagro.... Ele foi um incentivo bom... Eu acho que essa questão da sucessão familiar... a gente tem um pouco de dificuldade... nós aqui como família tentou colocar a agroindústria para manter aqui, mas automaticamente ninguém vai ficar a vida toda alí... tirando leite... alguma coisa, se não tiver dando retorno bom... o jovem precisa uma alternativa de renda... muitas vezes tem assentamento distante... não tem energia... o mundo mudou... Aqui ainda tem... ainda consegue manter pela proximidade da cidade, não faz diferença... morar aqui ou em Laranjeiras, dá 5 minutos (de carro)... tá perto... ainda tem bastante jovem no assentamento.

O Pronera é uma das fundamentais políticas públicas que garante o direito à educação pelas comunidades rurais, com intuito de criar oportunidades no meio rural (DE PAULA et al., 2015). A discussão da sucessão familiar afeta as relações produtivas agrárias e no estado do Paraná o contexto é significativo. As circunstâncias nas quais as famílias se sucedem nas organizações rurais são interferidas pela modernização da agricultura, pela aproximação entre o meio rural e o urbano e as atuações familiares, sendo que a continuação das famílias no meio rural pode estar conectada à existência de políticas públicas que atendem as expectativas de desenvolvimento sociopolítico e econômico, moldando-se e estruturando-se ao longo do tempo, mesmo quando as reivindicações sejam atendidas vagarosamente (SPANLEVELLO, 2008).

Conforme Asturian e Martins (2021^b) retratam, a cooperativa apresenta três grupos de famílias produtoras ligadas ao sistema produtivo. O primeiro grupo são as famílias assentadas com a produção orgânica; o segundo são as que estão em transição agroecológica e não certificadas; e o terceiro são as famílias que ainda estão na produção convencional.

A produção possui certificação orgânica com o selo “Orgânico Brasil” por um processo coletivo através da Rede Ecovida², onde, para chegar a este nível, necessitou-se

² Rede Ecovida se materializa baseada na identidade e no reconhecimento histórico por meio de Ong´s e outras entidades formadas por agricultores familiares instituídas na região Sul do Brasil. Tem como missão assegurar a identificação popular e dinâmica para ter seguimento no estabelecimento histórico da Agroecologia, considerando as questões ambientais, sociais, econômicas e culturais.

da organização e conscientização, visto que é um modelo de verificação manuseado pelos próprios cooperados e a Rede. Das 71 famílias assentadas, 30 dessas famílias eram associadas em uma totalidade de 51 sócios até o ano de 2017 (ASTURIAN; MARTINS, 2018).

Constatou-se em 2016 que 14 famílias tinham o sistema produtivo certificado de forma participativa, sendo 6 consolidados e 8 em processo de transição. No entanto, em agosto de 2017 observou-se que apenas uma família que estava na produção orgânica certificada tinha deixado o processo, ao mesmo tempo em que as famílias (6) que estavam em transição decidiram deixar o processo também (ASTURIAN; MARTINS, 2021^o).

Por isso, a observação desse processo redutivo do sistema produtivo orgânico da cooperativa torna-se decisivo para reconhecer os limites e desafios da produção, havendo um componente principal, o parecer dos próprios agricultores, para assim, destacar as possibilidades que possam fortalecer o processo no contexto agroecológico. De qualquer forma, constatou-se que os produtores que estavam em processo de transição agroecológica foram os mais afetados, devido ao regresso de políticas públicas e estagnação econômica. O cenário também aponta o envelhecimento dos dirigentes familiares, o que torna ainda mais desafiador o contexto. Contudo, o aumento da participação dos jovens na gestão dos lotes, como também da cooperativa, assegurou a estabilidade desse quadro.

Por um lado, isso indica a relevância de aspectos de mercado e a institucionalização do sistema produtivo através da organização da produção orgânica certificada. Por outro, expressa um empenho que retrata à representação do coletivo, sobretudo, das mulheres e jovens para a concepção significativa da marca COPERJUNHO. Essas duas conjunturas evidenciam o slogan “Alimentação Saudável” e os rótulos de suas embalagens apresentam um contexto com as particularidades da organização social, com entraves e perspectivas.

A formação da cooperativa facilitou a participação das famílias nos programas governamentais. Além disso, a COPERJUNHO já distribuiu seus produtos para algumas entidades como: Associações de pais e mestres de escolas municipais, asilos, unidade de Associação de pais de Laranjeiras do Sul, creches, unidades terapêuticas e entidades religiosas (COCA, 2015).

Diante disso, a luta e o trabalho coletivo articula o direito à educação e ao conhecimento, visto que a criação da cooperativa constituiu o caminho para se tornar uma potência na região e fomentou o acesso dos trabalhadores às políticas públicas, o que

corroborou no incremento da renda e qualidade de vida, com a produção de alimentos de base agroecológica e comercializados nas feiras promovidas (IPEA, 2016^e).

Tendo isso em vista, a COPERJUNHO conseguiu a permanência de seus agricultores no campo, o que condiz com a organização e articulação de seus cooperados, onde ampliaram as possibilidades, a partir de políticas públicas que priorizam o desenvolvimento rural e as oportunidades de acesso à mercados. Contudo, as demandas ainda são muitas, onde o empenho constitui o foco dos cooperados para seguir promovendo o desenvolvimento sustentável por meio da produção, industrialização e comercialização.

Segundo Conterato et al. (2011) destaca, há habilidade de gerência dos produtores baseado em uma releitura sobre a realidade que retrata o papel e a posição dos mercados. Nesse desenho de agricultura aderido pela COPERJUNHO, tendo o produtor como principal elemento no processo agroecológico, ela fortalece sua identidade como agricultor, ao mesmo tempo em que está suscetível às tendências e variações que o mercado proporciona.

Nota-se uma movimentação pela qualificação dos jovens, visto a dedicação gradativa com o funcionamento do processo produtivo conforme as carências do mercado. A procura por essa qualificação foi evidenciada na gestão da COPERJUNHO (ASTURIAN; MARTINS, 2021^d). Essa disposição se concebe por meio de depoimentos realizados que configuram o fortalecimento da identidade agricultora nas esferas produtivas e do modo de vida, através do reflexo dos cursos proporcionados pelo Pronera, no contexto dos Projetos de Assentamento. O exemplo disso é a COPERJUNHO, através do desempenho de seus dirigentes que foram capacitados em atividades dessa política pública (ESMERALDO; MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2017).

Percebe-se a participação do grupo de jovens no processo de constituição e gerência da cooperativa como resultado direto e indireto dos cursos realizados a campo pelo Pronera no assentamento, sobretudo pelos filhos dos assentados (ASTURIAN; MARTINS, 2021^e). Conforme dados do Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II Pnera), foram executados 17 cursos pelo Pronera no estado do Paraná, em acordo com a Superintendência Regional do Incra, entre os anos de 1998 e 2011, dentre esses, quatro foram de Educação de Jovens e Adultos (EJA) fundamental, oito no ensino médio e cinco no ensino superior (IPEA, 2015).

Assim, os cooperados envolvidos na agricultura familiar, mostram a representatividade dessas relações com a sociedade de maneira direta e indireta,

considerando a trajetória do assentamento e da cooperativa e as percepções dos que integram esse contexto. As mudanças que poderiam ser concretizadas por meio da Agroecologia e que podem trazer à sociedade benefícios mútuos, acreditando na possibilidade de reverter a agricultura convencional, reinventar os pacotes tecnológicos de forma que os agricultores aprimorem seus conhecimentos e desenvolvam novas técnicas na produção familiar, se predispondo a vinda de novas tecnologias, sobretudo, valorizar a disseminação do saber, pela socialização e troca de saberes através das organizações sociais, se fazendo de maneira participativa, assim como a COPERJUNHO constituiu ao longo do tempo.

Contudo, para entender melhor os entraves enfrentados e os fatores limitantes que culminaram em sua paralisação por tempo indeterminado, conforme ressalta um dos entrevistados mais antigos do assentamento e que integrava a cooperativa em sua total funcionalidade, a grande visibilidade que ela atingiu durante seu funcionamento efetivo enquanto cooperativa, infelizmente está em tal situação, por distintas circunstâncias. Todavia, elas são consideradas pelo produtor como significativas, como apontado no seguinte trecho:

A cooperativa foi bom... teve visibilidade... tinha uma época em que a cooperativa era reconhecida no estado... mas a gente resolveu parar... nós só criamos a cooperativa porque na época a associação não poderia emitir nota fiscal pra gente fazer venda... agora dá... então, por isso a gente parou a cooperativa e voltou a trabalhar como associação porque o custo é simplificado, barato, não tem muito imposto... praticamente nada... e a cooperativa não... o mesmo imposto que paga por exemplo a Coamo que é uma das maiores do Brasil... nós aqui era quase a mesma coisa... então a gente parou a cooperativa mais nesse sentido... não porque faliu e tá falida... então já tem um tempo que a gente tá trabalhando mais como associação... a cooperativa ainda tem algumas pendências de imposto.

Segundo o entrevistado, a organização foi criada para atender uma demanda burocrática para atingir o alcance necessário que suas atividades exigiam, contudo, os problemas que surgiram levaram a sua interrupção. Desse modo, em dias atuais, os agricultores passaram a atuar em forma de associação pelos processos simplificados e pela redução de custos:

A COPERJUNHO hoje funciona como se fosse associação... ela foi criada como cooperativa, atendendo uma demanda que precisava de nota... a partir de agora as associações também podem fornecer também nota fiscal... a gente migrou pra associação, por causa da questão burocrática e por ser muito mais barata pra imposto... a cooperação é uma coisa bem complicada... as pessoas querem participar da parte boa.

Como seguimento desse contexto, o entrevistado ainda ressalta as principais dificuldades enfrentadas pela organização em sua trajetória relacionadas à condução das políticas públicas alcançadas e falhas na administração, apontando estas implicações no trecho a seguir:

Eu acho que a gente mantinha a cooperativa encima dos projetos institucionais (PAA, PNAE...) e isso dificultou, devido não ser uma venda que tem o ano inteiro, tem os períodos... então, ela cresceu bastante, chegamos a ter 15 a 20 com carteira assinada. E a grande dificuldade foi na minha avaliação é: chegava dezembro, janeiro e fevereiro... não tinha venda e, era bem no período que tinha décimo terceiro, férias para os funcionários que é um direito de receber... então, a cooperativa passou a ter dificuldade de fazer esses pagamentos... então, buscar recursos é caro... então, acho assim que essa foi das principais dificuldades... talvez, administrativa... por falta de experiência.

Por conseguinte, em outra passagem ele ainda relata como os acessos a mercados institucionais foram imprescindíveis na escoação da produção, garantindo um retorno à organização através dessa política alcançada, sendo um fator determinante para o grupo com interesses em comum:

A gente procurou pelo mais fácil que seria o mercado institucional, a gente tinha uma garantia... o PAA era melhor ainda porque daí nos entregava nas escolas, no SOS, asilo e outras entidades... e o programa era muito bom, por exemplo nos fazia um projeto de meio milhão... o governo depositava em uma conta aqui já esse valor e, conforme a gente ia fazendo as entregas... entregava as notas e o governo ia liberando o dinheiro... então tinha essa garantia que o dinheiro tava ali.

Porém, o entrevistado levanta a situação que em certos momentos essa política foi insuficiente em sua atuação, visto a demora no serviço público em validar as compras institucionais da organização, o que acarretou em dificuldades financeiras para o coletivo e limitações de funcionamento, assim como ele explana na seguinte afirmação:

Outra dificuldade foi que teve época em que a gente levava mais de um ano para receber uma nota do município... mas a gente tem que pagar funcionário, tudo né... então essas dificuldades... então, a gente trabalhou muito nessa lógica... depois que começou os problemas... teve também disputa... mas foi um aprendizado.

Sobre a assistência técnica recebida, o entrevistado relata que foi um processo complicado, já que as recomendações dos técnicos demandavam recursos que muitas vezes eram escassos para a aplicação em suas propriedades, porém, estavam cientes da

importância no contexto de desenvolvimento rural, insuficientes para a difusão necessária das bases agroecológicas e para o envolvimento de todos nos processos da organização. Além disso, enfatiza as demandas burocráticas em relação ao preenchimento de relatórios, nos quais, tinha-se uma significativa complexidade e tempo necessário para atender tais ações solicitadas:

Tinha... eu tenho algumas críticas nessa questão, apesar que ela é muito importante, mas eu acho que tinha muito dinheiro para assistência técnica, mas não tinha recurso nosso (para cumprir com as sugestões e recomendações do profissional que visitava as propriedades)... ai fica como “insistência técnica”, tem que ter recurso, nós sabemos disso... Às vezes tinha que ficar, trabalhava um dia na propriedade... tinha que ficar dois dias escrevendo relatório, fazer bem bonito... se não... não recebia... complicado né.

Portanto, através de um contexto cooperativo e as nuances ocorridas ao longo do tempo, se evidencia que a cooperação entre os indivíduos, permitiu e enfatiza como a agricultura familiar pode se configurar como promotora de um desenvolvimento rural sustentável, sobretudo dentro de assentamentos rurais.

2.3 RECONFIGURAÇÃO POR MEIO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ARTICULAÇÕES MERCADOLÓGICAS

Na reconfiguração dos meios produtivos através da Agroecologia, a agricultura familiar não é considerada como um problema, mas como uma perspectiva no segmento do desenvolvimento rural. A partir dessa racionalidade da categoria, levando em consideração a produção endógena sustentável, a organização abriu possibilidades de dispensar a dependência do mercado de insumos, de maneira que, pudessem ingressar de forma mais eficiente em processos específicos mercantis, como a produção orgânica.

A produção orgânica da COPERJUNHO evidenciou um cenário onde o mercado gradualmente se mostrou instável, o que, de certo modo, acabou acarretando em variações econômicas comerciais, influenciando e afetando os distintos aspectos da realidade estrutural da organização e que, a partir disso, moldaram o panorama agroecológico da cooperativa e suas perspectivas.

A mercantilização é o efeito de um amplo sistema de negócios e competitividade entre os sujeitos, sendo eles individuais, coletivos, locais e externos, implicando no manuseio de recursos materiais e representativos. À vista disso, a agricultura exercida pela COPERJUNHO abrange, além de produção de alimentos, uma forma de produção

de princípios e significados, em um contexto que diz respeito à Agroecologia e sua representatividade no meio rural. Isso nos mostra que a agricultura familiar desenvolveu uma economia de permuta ou troca mercantil, a partir de uma atividade de renda.

A concretização desse cenário aponta uma abundância em relação à procura de possibilidades que englobem os princípios da Agroecologia, assim como as demandas do mercado observando as mudanças ao longo do tempo no meio rural. Desse modo, os mercados movem-se como meios de transição de valores de uso, os quais, são determinados pelas características físicas do objeto/produto e pela capacidade de satisfazer as necessidades humanas, recaindo em valores de troca configurados nas variações do espaço e tempo, além do trabalho necessário para produzir qualquer produto. São concepções sociais que refletem a constante influência entres os sujeitos, suas propostas, articulações e relações culturais.

Neste desenho, um aspecto significativo na maneira de se articular desses cooperados é o uso dos canais curtos do sistema produtivo e comercialização. As feiras são uma maneira que os agricultores encontraram para a venda de seus produtos, pois possuem uma função principal para o desenvolvimento local, proporcionando integração socioprodutiva dos produtores, fortificação das cadeias curtas de comercialização, de âmbito regional e redes agroalimentares alternativas e criação de uma possibilidade de alimentação mais saudável ao sistema agroalimentar predominante (VERANO et al., 2021).

As feiras propiciam a inserção comercial dos produtores familiares ao retratar o final do processo produtivo e o início da comercialização. É justamente na feira que o meio rural e urbano se entende e que os produtores asseguram um campo de interação com o urbano. Estudos realizados sobre as cadeias curtas de produtos orgânicos demonstram a proximidade entre produtor e consumidor através da confiança, lealdade e trocas de informações (DIAS et al., 2017). Essa proximidade é um elemento decisivo para que as ações baseadas nesses canais curtos não se convertam em nichos elitizados de comercialização.

Essa articulação de comercialização aderida pelos consumidores mostra a aproximação em questões geográficas, ou seja, na escolha da população pela compra de produtos locais e na atuação ativa do consumidor, ou quando necessário somente um intermediário instruído ou informado do contexto. Esses canais curtos de comercialização concedem melhor rendimento ao agricultor, preços acessíveis ao consumidor, rendimento da produção local, geração de emprego e maior dinâmica para a economia local.

Esse cenário nos mostra que, esses agricultores diante dos grandes circuitos de comercialização, controlados e reestruturados pelas grandes empresas corporativas, diversificam suas atividades em novos produtos e serviços, que são produzidos ao mesmo tempo em que surgem novos canais curtos de comercialização, reforçando a autonomia da categoria.

A caracterização da diversidade nos canais curtos de comercialização é um atributo notável que a COPERJUNHO desempenhou e esse caminho passa continuamente pelas atuações individuais, sobretudo, da juventude rural, que recebeu capacitação nos cursos do Pronera. Como exemplo disso, a Feira Agroecológica de Laranjeiras do Sul tem uma relevância não apenas econômica, mas também se mostra como um espaço de afirmação de sua identidade social, posto que na comercialização seus produtos levam a marca da cooperativa “COPERJUNHO - Alimentação saudável” (ASTURIAN; MARTINS, 2021^f).

Outro aspecto de comercialização foi adotado pela cooperativa com a realização do evento “Café Colonial”. Nele foram comercializados produtos diretamente nas propriedades, ou seja, entre agricultor e consumidor, em uma atuação que pode ser configurada como evento gastronômico no tipo de “serviços na propriedade”.

Figura 2 - Convite para o evento “Café Colonial” dentro da própria cooperativa, em celebração ao aniversário de 21 anos do assentamento.



Fonte: <https://restaurantguru.com.br/COPERJUNHO-Laranjeiras-do-Sul>. Acesso em 26 de abril de 2021.

Figura 3 - Dia de evento gastronômico.



Fonte: <https://www.bakerias.com/BR/LaranjeirasdoSul/645051568901511/COPERJUO>. Acesso em 26 de abril de 2021.

Contudo, em virtude da pandemia do coronavírus (COVID-19), que estabelece restrições de circulação de pessoas e aglomerações, a cooperativa até o momento em que se fez a pesquisa paralisou a realização do evento, assim como, a organização como um todo. Como perspectiva, esse evento poderá ser oferecido à sociedade após a pandemia, se ocorrer uma ponderação, sobre o valor antes cobrado (R\$ 15,00), considerando também a atual conjuntura da cooperativa e a procura de consumidores, assim como se aborda neste trecho do entrevistado:

O café colonial tem que ser pensado... o problema que nós teria que repensar valores... o café colonial foi muito bom na questão de trazer o pessoal da cidade... que vinha... era muito bom... diversificado... quem vinha ali e pergunta “quando vai começar o café colonial?” ... daí esses tempos até sentamos (discutiu-se a possibilidade de voltar), porque aquele valor não tinha condição.

As variações econômicas comerciais, paralisação das atividades da cooperativa e os impactos da pandemia foram algumas das consequências que refletiram no funcionamento da organização e nas relações entre seus atores e comunidade. Portanto, os reflexos das relações socioprodutivas mostraram que a organização pontuou suas estratégias em vias mercadológicas centradas em canais curtos de comercialização, representadas nas relações de proximidade e confiabilidade entre produtor e consumidor, nas quais promoveram a dinâmica local e o fortalecimento das bases agroecológicas.

2.4 DIMENSÕES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA CONCEPÇÃO AGROECOLÓGICA

A produção orgânica representa um elemento na agregação de valor ao produto, pois se mostra como incremento nutricional e saudável, apontando qualidade de vida tanto para os produtores, quanto para os consumidores, acordando com a sustentabilidade do meio ambiente com um sistema produtivo ecologicamente correto, em equilíbrio com a dinâmica de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, há ponderações sobre as dinâmicas territoriais, mercados alternativos e produção orgânica que giram em torno da qualidade nutricional, representando atributos relevantes para alcançar novos mercados e afunilar laços confiáveis entre agricultor e consumidor.

A constituição de mercados orgânicos envolve um cenário de estratégias coletivas. Assim, os mercados devem ser analisados sob a ótica institucional, social e histórica, indicando construções sociais ao longo do tempo. Dessa forma, as formas associativas e cooperativistas estão gradualmente se fortalecendo nesse contexto, como meio coletivo de reprodução social. Esse direcionamento foi assimilado e materializado na produção orgânica na COPERJUNHO.

Assim sendo, a produção orgânica está cada dia mais presente no dia a dia nas sociedades contemporâneas dos países centrais e nos países em desenvolvimento, suprindo os mercados locais ou a demanda internacional (CALDAS, 2011).

De acordo com Moreira e Becker (2018), o mercado brasileiro de produtos orgânicos está prosperando a taxas que passam de 20% ao ano, segundo dados do projeto Organics do Brasil. Esse índice foi de 25% em 2015. Esse mercado movimentou o correspondente a R\$ 350 bilhões no mundo e R\$ 2,5 bilhões no país. A Organics Brasil estimou um avanço de 30% a 35% da receita em 2016, superando a marca de R\$ 3 bilhões nesse mesmo ano.

Conforme o Mais Orgânico (2017) os dados da Coordenação de Agroecologia (Coagre) e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), apontam que os espaços da produção orgânica no país (registrada em 2016) podem passar de 750 mil hectares, estimulado pela agricultura familiar. De acordo com a Coagre, houve um aumento de 6.700 mil unidades em 2013 para cerca de 15.700 unidades em 2016. Dessa maneira, em três anos foi computado mais do que o dobro dessa produção no Brasil.

Segundo Asturian e Martins (2021⁸), nos assentamentos do Programa de Reforma Agrária (PNRA), a região sul mostrou nos dados de agosto e setembro de 2016 a maior porcentagem de agricultores orgânicos com cadastro ativo no MAPA, além dos beneficiários do PNRA serem 33% do total geral de agricultores brasileiros. O estado do Paraná, conforme a superintendência regional do Incra, aponta 153 agricultores orgânicos vinculados ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)³, contudo, com uma porcentagem pequena em relação ao total de assentados no país, representando menos de 1%. De modo geral, os agricultores orgânicos através desse cadastro, refletem uma pequena porcentagem nesse contexto, caracterizando 0,2% do total de famílias beneficiadas pela Reforma Agrária no Brasil.

Entretanto, o Paraná continua sendo o estado que possui mais assentados no país, com pelo menos um beneficiário do PNRA com cadastro no CNPO. São 36 assentamentos no estado, de um total de 329 no contexto brasileiro, configurando 11% desse total de assentamentos (ARAÚJO et al., 2017), nos quais o assentamento 8 de Junho está incluído.

O mercado de orgânicos, conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Promoção e Desenvolvimento (IPD) de 2011, aponta que a comercialização desses produtos se concentra, em sua maioria, em alimentos frescos, como vegetais e frutas. Porém, o consumo não se limita somente a essa categoria, pois os produtos como arroz, molhos, condimentos e as conservas são procurados também. A potencialidade desses produtos ganhou notoriedade no mercado principalmente a partir de 2009.

No Brasil, existem distintas formas de produção agroecológica, sendo a agricultura familiar, em sua maioria, a que detém a responsabilidade por tal sistema produtivo, por privilegiar um enfoque sistêmico, através da conservação dos recursos naturais, da biodiversidade, dos ciclos biológicos e da qualidade de vida. O procedimento de regularização da produção orgânica no país segue as normas da Lei 10.831/2003. Esta lei, contudo, somente entrou em vigor em 27 de dezembro de 2007, com a publicação do decreto nº 6.323, o qual estabelece as formas de como os produtos orgânicos podem adquirir a certificação (MOREIRA; BECKER, 2018^a).

Esse contexto foi impulsionado a partir dos anos 1980, sendo alavancado nos anos 1990, visto o crescente aumento de feiras e espaços em que a oferta de alimentos mais saudáveis se construía, além do fortalecimento da referida lei, que vem avançando em

³ CNPO é empregado para regularizar compras públicas de produtos orgânicos, sendo caracterizado como um instrumento fundamental para acordos com os mercados institucionais.

relação à proteção do consumidor (ASTURIAN; MARTINS, 2021^h). Nesse sentido, o consumidor identifica o produto orgânico através do selo ou por meio da declaração de cadastro do produtor orgânico familiar. Os mercados e lojas devem exibir no rótulo do produto o referido selo.

Conforme o IPD (2011^a), a percepção dos consumidores em relação aos produtos orgânicos mostra um alimento que oferece benefícios mútuos à saúde. A divulgação do produto em relação a sua credibilidade atenua esse processo, assim a procura tende a crescer. Sendo assim, percebe-se a necessidade de investimentos que deveriam ser executados sobre o esclarecimento ao consumidor em se tratando dos benefícios dos alimentos orgânicos.

Dessa forma, a ressignificação da agricultura pela adesão de princípios mais sustentáveis de produção, transita também pela percepção dos consumidores e pela significância disso na vida em sociedade, em aspectos de valorização da regionalidade e de sazonalidade na escolha desses produtos. Essa ressignificação conseguiu ser salientada perante a atuação das manifestações das bases agroecológicas no contexto da COPERJUNHO.

A cooperativa nasceu institucionalmente sob o slogan “Alimentação saudável”. Nesse âmbito, os cooperados se depararam com formas e conexões diferentes sobre os processos e as relações dentro da organização, pois possuem distintos aspectos entre si, ao mesmo tempo em que objetivam uma mesma finalidade, ou seja, buscam uma conjuntura expansiva, na qual, todos possam usufruir de elementos benéficos. Nessa abordagem, dentro do entendimento agroecológico da cooperativa, o processo de certificação orgânica ocorreu de maneira participativa.

Conforme Brasil (2016) esse sistema participativo de garantia é um meio que os próprios envolvidos no processo produtivo, incluindo os consumidores, constituem normas e regulamentos próprios, com objetivo de testar a origem e a adaptação dos produtos por eles produzidos, conforme as regulamentações da produção orgânica. Nesse aspecto de regulação, a garantia de qualidade do produto orgânico quem concebe é o próprio agricultor, em conjunto com a sociedade.

Mesmo que o número de agricultores que detêm essa certificação seja pequeno, quando se conquista esse patamar, está cumprindo sua proposta socioambiental em conjunto com a sociedade. Essa garantia está baseada nas relações de confiança entre agricultor e consumidor. Esses agricultores devem assentir que os consumidores visitem seus espaços produtivos, para que consigam analisar o que se produz e de que maneira.

Assim como permitirem a fiscalização de outros órgãos em suas propriedades quando for necessário (BRASIL, 2016^a).

O processo de certificação, como já destacado, foi uma demanda coletiva para a expansão da comercialização de seus produtos, além de evidenciar uma forma de confiabilidade no sistema produtivo da organização. Desse modo, o entrevistado afirma que a mesma foi essencial na conquista de mercado, sendo que atualmente somente alguns produtores permanecem nesse quadro, assim como esclarece os impasses que muitos agricultores passam por não fazer um manejo adequado na produção orgânica. Assim ele aponta que:

A gente tem... mas não diretamente agora da cooperativa... a gente pega direto com o produtor, só dos produtores certificados... mas ela foi muito importante... não foi muito fácil, foi uma demanda do grupo, como a nossa é participativa... outros grupos vem fiscalizar nós e, tem outras pessoas do comitê de ética que vai visitar outros grupos... então é... ela é mais barata... Agora mais individual... mas quando tu trabalha com pessoas que já tem mais essa noção de como trabalhar, então não é difícil... Mas hoje alguns acampamentos tem aquela lógica... “não vou produzir orgânico” ou daí produz um ano... não cuida, se vai passar veneno ou não... por exemplo já teve problema do pessoal levar carga de feijão e, fazerem análise e ver que não era orgânico e, perder a certificação, credibilidade... então o nosso grupo tem poucas famílias, mas aqui é certeza, não passa veneno.

Podemos constatar que, a COPERJUNHO fomentou o diálogo e os princípios de uma agricultura sustentável avançando juntos. A começar pela perspectiva que o assentado adquire ao se identificar com as bases agroecológicas através de um segmento educativo, tendo a percepção de que pertence a algo significativo a sua vida como agricultor, e que lhe dá um meio de trabalho e renda. A manifestação desse contexto é concretizada por vias simbólicas específicas, sejam elas através de uma linguagem informal ou atributos ecológicos que caracterizam tal sistema produtivo, assim como a constituição de uma marca que simboliza tal empreendimento e a sua missão em um contexto de bases sustentáveis.

Na cooperativa, essa demonstração da produção orgânica foi materializada através de rótulos. Então, nesse desenho de produção orgânica, há significativos componentes que devem ser analisados e entendidos conforme a necessidade. E assim compreende-se o slogan “Alimentação saudável” em rótulos dos produtos da organização como simbologia desse cenário, posto que os produtos têm sua ilustração visual própria.

Figura 4 - Logomarca da COPERJUNHO.



Fonte: https://www.google.com/search?q=imagem+do+slogam+alimenta%C3%A7%C3%A3o+saud%C3%A1vel+da+coperjunho&sxsrf=ALeKk00M1TXqmY9Y4bkzJXdYIQwUEXrYYw:1626121155455&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiodOurd7xAhUxqZUCHaPOBNgQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1366&bih=657#imgrc=JpAWFjyW633mbM Acesso em 12 de Julho de 2021.

Os rótulos como componentes simbólicos configuram a expressão visível, concreta e palpável do sistema produtivo orgânico da cooperativa, apresentam a relevância do aspecto econômico do processo e a autenticação da produção certificada através da organização. Percebe-se então, a dimensão da marca da cooperativa no conjunto de assentados da Reforma Agrária, evidenciando para além do slogan “Alimentação Saudável”, onde os rótulos conseguem simbolizar um campo que se distingue nesse contexto. São elementos simbólicos e organizativos que retratam o âmbito em que a cooperativa atuou em pleno funcionamento, estando comprometida com a sociedade. Tais logomarcas são bem representativas no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), selos de certificação orgânica e o selo do sistema de certificação participativa através da Rede Ecovida de Agroecologia.

A produção orgânica da cooperativa envolve os produtos lácteos e panificados, orgânicos e convencionais. Porém, o enfoque dos rótulos dos produtos ilustra a particularidade do processo organizacional dos cooperados em um contexto agroecológico através do sistema produtivo orgânico. De maneira singular, não conseguem apontar as diversas realidades, tampouco, discernir os limites existentes para os superar, de forma que fortaleçam a cooperativa em relação às questões produtivas, econômicas, ambientais e socioculturais, dentre outras.

Os elementos como os rótulos são pensados no consumidor, na perspectiva de expressar a organização social dos cooperados, em relação aos padrões inclusos nos produtos que comercializam.

2.5 A AGROECOLOGIA E SEU PAPEL SOCIOPOLÍTICO

A inserção da Agroecologia como um dos princípios institucionais da COPERJUNHO constituiu uma estratégia de posição do coletivo de assentados na dimensão econômica na agricultura e na noção de sustentabilidade, como um modelo emergente frente às consequências da Revolução Verde com seu conjunto de pacotes tecnológicos e com uma configuração deteriorante aos recursos naturais, com a utilização de fertilizantes químicos, de maneira intensiva e operações custosas. Logo, uma produção economicamente viável, coletivamente aceitável e consideravelmente produtiva, pode ser uma alternativa para a manutenção dos recursos naturais e como meio de proteger a integridade do meio ambiente.

A concepção da Agroecologia como ciência da complexidade com distintos pensamentos teóricos, tem proporcionado um considerável e coeso referencial teórico. No entanto, Caporal e Peterson (2011) salientam que ela ainda é vista como um “nicho de mercado”. Ainda assim, tal compreensão confronta com o relevante e gradual reflexo da Agroecologia na sociedade, em suas interatividades entre o espaço rural e urbano.

Além de a Agroecologia possuir uma função no contexto sociopolítico, tal como no que se atribui à organização nos seus sistemas de produção, como nos movimentos sociais. Assim, o poder, no contexto político, transpassa o agrupamento das relações sociais, e estas validam e são validadas pelo meio ambiente. Nessa compreensão, a Agroecologia se caracteriza como uma ciência com princípios, definições e mecanismos que possibilitam conseguir um modo de agricultura de base ecológica.

Desse modo, uma forma de agricultura sustentável precisa ser socioculturalmente receptível para os agricultores e atuar de acordo com os interesses, crenças e valores desses indivíduos. Logo, são diversos os aspectos presentes na realidade, no sentido de que a Agroecologia estar desafiada a colaborar em compreensões e superações de entraves.

Se tratando do contexto brasileiro, a fração da agricultura familiar, que inclui também os assentamentos rurais da Reforma Agrária, encara entraves intrínsecos da modernização da agricultura, por vias do aumento da mercantilização, submissão aos ramos industriais, tendo conduzido à vulnerabilidade econômica das famílias produtoras rurais. Além do mais, surgem outros desafios que se tornam essenciais no processo de produção numa visão sustentável. Tal como, pode ocorrer no âmbito de uma organização

social que defenda a integridade dos recursos naturais e induza o equilíbrio entre a sociedade, os agroecossistemas e o ambiente.

Com o reconhecimento como enfoque científico e parâmetro da gestão produtiva dos ecossistemas, assim como sua manifestação sociopolítica, a Agroecologia se inclui na sociedade brasileira como uma possibilidade viável e sustentável aos meios dominantes de estruturação técnica e socioeconômica no meio rural. No cenário dos sujeitos sociais e das entidades vinculadas aos entraves do desenvolvimento rural sustentável, a compreensão da Agroecologia como simples expressão de ideologias de pura bondade, atrela-se a um contexto fantasioso de uma agricultura totalmente sem danos e sem obstáculos.

Dessa maneira, vemos que o contexto é transformador, visto que às experiências existentes e aos sujeitos que a promovem, se agrega a protagonização das dinâmicas exercidas no meio rural, reforçando a noção fundamental de que a construção de uma articulação local deve ser voltada de baixo para cima, baseada nas iniciativas locais de promoção da Agroecologia nos distintos espaços.

Além de que ao se respaldar em estratégias de resistência e de mudanças intensamente enraizadas nos conhecimentos e apropriadas aos contextos, as estratégias fortalecem a capacidade dos produtores, ao dinamizar as organizações como a COPERJUNHO, com a constituição de arranjos políticos que lhes permitem consolidar dinâmicas locais e atuar sobre as políticas.

Logo, experiências empíricas como da cooperativa, deveriam ser sistematicamente tratadas e expandidas pelas redes e organizações do cenário agroecológico, atuando concretamente as abordagens sobre a efetividade produtiva da Agroecologia para o abastecimento da sociedade em grande escala. Simultaneamente, assegura-se a necessidade de mudar as prioridades de diálogos sobre o modelo de desenvolvimento para o contexto político.

Logo, se tem um dos grandes desafios no âmbito agroecológico. Conforme Petersen e Gomes de Almeida (2004), o dever de reorientar as políticas públicas e da reestruturação do papel do estado como gerador do desenvolvimento para que os meios de inovação agroecológica passem da fase de experiências isoladas e socialmente insuficientes e consigam expandir suas escalas de inclusão social e geográfica aos espaços de todo o país. Isto, corrobora com Almeida (2009, p.80):

Esse desafio convoca o campo agroecológico para um esforço que faça confluír a diversidade de suas inserções socioambientais para a produção de sínteses que traduzam os conhecimentos gerados a partir das experiências locais e que projetem propostas mais amplas de políticas públicas que, simultaneamente, demarquem um claro divisor de águas com os pressupostos reducionistas e excludentes do agronegócio e deem suporte à expansão da produção familiar de base agroecológica. Trata-se de entrar na disputa pela leitura da crise sistêmica, socioambiental, econômica, energética, alimentar e ideológica, atribuindo-a ao agronegócio, e produzir propostas abrangentes que evidenciem para a sociedade o papel positivo que pode ter a agroecologia na promoção de padrões de desenvolvimento rural sustentáveis que respondam às necessidades do conjunto da população.

Os avanços atingidos na constituição de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento rural sustentável no Brasil possuem ligação com as iniciativas de organizações locais. Contudo, em casos excepcionais, o Estado ainda sustenta de forma técnica, econômica e política o modelo do agronegócio. Diante desse cenário de desequilíbrio entre as reivindicações da sociedade e as direções das políticas públicas, as entidades e redes envolvidas no processo produtivo e na expansão da Agroecologia indicam a necessidade do fortalecimento e ampliação de uma cultura política fundada numa percepção da sociedade. Complementando esse apontamento Almeida (2009, p.80) enfatiza que:

O domínio do público deixa de ser percebido como campo exclusivo da ação do Estado para envolver também os espaços onde se exprimem e se exercitam os interesses e projetos gerados no seio da sociedade. Trata-se aí de uma condição essencial para que continuem sendo implementados processos massivos e capilarizados de experimentação de novos padrões de desenvolvimento, de produção de conhecimentos e de construção de políticas alternativas que alimentem capacidades e novos mecanismos de regulação das relações sociedade-Estado numa dinâmica cumulativa e sinérgica a partir dos locais.

Sendo assim, é preciso analisar como o contexto agroecológico tem sido transparecido socialmente na natureza, referindo-se nesse caso, a uma reflexão fundamental para que o cenário agroecológico cumpra seu papel e obtenha êxito em todos os aspectos. Desse modo, a partir da ocupação de seus espaços e identidades, partilham os empenhos nas construções de unidades, como a COPERJUNHO, como um novo delineamento de desenvolvimento rural sustentável. Além disso, é preciso que se incorpore em amplos aspectos da sociedade um sistema de constituição de uma consciência social crítica e ativa, frente aos impactos negativos do atual modelo agrícola de desenvolvimento rural que está atuando sobre todos os modos de vida.

Na atual conjuntura, o sistema produtivo é coordenado de forma dominante pelos princípios da modernização agrícola e as ações da produção orgânica da COPERJUNHO, numa concepção agroecológica, se tornam uma forma de resistência e resiliência. Essas iniciativas evidenciam uma racionalidade que encoraja um sistema agroalimentar contra-hegemônico e um espaço de discussão sobre saberes, condutas e experiências sociais perceptíveis a um todo.

3 A COOPERAÇÃO E O COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Neste capítulo será tratado da cooperação, do cooperativismo, dos processos de autogestão e de suas contradições em relação à autonomia e às políticas públicas voltadas de maneira geral a agricultores familiares em assentamentos rurais, como forma de contextualizar e engendrar reflexões acerca das nuances supracitadas. Além disso, serão tratadas as relações de trabalho configuradas em um aspecto de solidariedade, assim como os seus entraves, por circunstâncias históricas e/ou desenhadas em um contexto atual. Por ser um processo dinâmico implicadas pelas possibilidades de mudanças, transformações e superações.

3.1 DINÂMICAS E CONTRADIÇÕES DA COOPERAÇÃO

A cooperação é um conceito amplo, que enfatiza a forma de organizar a produção e outros aspectos relacionados a ela, por meio da repartição social do trabalho. Tempos atrás cada um executava individualmente. Porém, com o desenvolvimento da humanidade, a melhor maneira de expandir a produção, minimizar os custos e o tempo, é dividindo as atividades entre os indivíduos. Desse modo, isso se configura como divisão social do trabalho, na qual, cada um se torna responsável por uma tarefa, otimizando o tempo (MST, 1993).

Christoffoli (2012) afirma que a cooperação está baseada na junção das forças individuais, criando um conjunto de esforços coletivos. Além disso, trabalha-se com diferentes formas solidárias e agroecológicas de administrar a terra, possibilitando melhorias na infraestrutura produtiva.

Embora a cooperação demonstre a diversidade sócio-cultural e os diferentes projetos de trabalho, assim como as vidas existentes e as implicações dos valores individuais, ela na prática não exclui as desigualdades e as relações de submissão do trabalho (SCOPINHO, 2007). Refletimos nesta questão baseada em aspectos nos quais a cooperação promove suas regras, onde o pequeno agricultor se submete ao obter políticas em prol de benefícios sociais, econômicos e políticos. Contudo, esse sujeito acaba, de certo modo, perdendo sua autonomia, submetendo-se, assim, às regras que o Estado promove, para o agricultor obter recursos em prol de melhorias socioeconômicas.

Nesse favorecimento do controle estatal, nota-se que a submissão do pequeno agricultor ao Estado não se configura somente como uma consequência em aspectos

sociais, econômicos e políticos, muitas vezes favorecidos por quem atribui o maior peso econômico e com isso a maior distribuição desse poder. Em dias atuais, as instituições são meios que moldam o comportamento dos sujeitos, assim como podem controlar umas às outras, através de influências econômicas, sociais e culturais.

Nesse sentido, na busca de alternativas para distintas crises, tem-se a problemática com a organização e a gestão dos assentamentos rurais, baseando-se na cooperação, a qual tem sido um veículo de investigações de políticas públicas, como também, de atritos nas questões de desenvolvimento econômico-social (LEITE, 2004).

Contudo, nessa relação fora do trabalho, no dia a dia das famílias, a cooperação caminha em um movimento político por melhorias de condições de vida, expandindo e dinamizando os meios e as redes de convívio social, favorecendo a resistência e a permanência nos assentamentos, se configurando como um padrão de assistência social própria.

Sendo assim, a cooperação se manifesta com clareza ao externo das relações de trabalho, apesar de que, no contexto rural, o trabalho e outras questões da vida cotidiana não estão sempre delimitadas e mostram-se evidências cada vez mais explícitas de que os assentados podem refutar a cooperativa como um modelo organizacional, pois ela na concepção desses sujeitos, pode limitar sua autonomia em todos os seus processos organizativos, pois ao serem conduzidos por normas, sobretudo as estatais, configura-se uma barreira de estratégias dentro de seus interesses, optando, no caso, por não vincular-se a um movimento cooperativista, assim valorizando mais a cooperação como meio de organizar a vida econômica-social, pois ela em todo caso não necessita de um vínculo formal de acordo com os critérios estatais (SCOPINHO, 2007^a).

Nesse contexto, Souza (2017) corrobora no sentido de que os incentivos para a criação de cooperativas nos assentamentos mostraram que algumas experiências não obtiveram muito sucesso, motivo pelo qual o movimento começou a repensar esse contexto, sobretudo, a organização coletiva. De toda maneira, o incentivo ao desenvolvimento dos assentamentos rurais se evidencia como viável sob um olhar socioeconômico, o que traz relevantes discussões, clareando a ideia de que apenas políticas que distribuem terras não se tornam totalmente eficientes.

Evidenciamos a fuga da institucionalização, alegando que esses meios estabelecem burocracias que tiram sua autonomia, como também retoma as formas de organização do trabalho, baseadas na cooperação que, de certa forma, enfatizam que a mesma é essencial para a vivência desses atores.

Embora o Estado tenha posto que o associativismo formal seja uma forma de legalizar os assentamentos, visto que se denomina como o “cooperativismo típico”, a cooperação entre esses agricultores se dá através de serviços como assistência técnica, créditos, beneficiamento, comercialização, delegando as responsabilidades dos associados a uma diretoria administrativa, não se reduzindo apenas à produção.

Dessa forma, as reflexões e experiências acerca da cooperação/cooperativismo configuradas pelo MST têm sido notórias nas literaturas que enfatizam as polêmicas e o pioneirismo nas questões principais que evocam debates, além de formular diretrizes e implementar práticas no contexto da economia popular⁴.

Essas reflexões amparam um discurso de que se pode ter um recurso importante e necessário para a compreensão de contradições e das potencialidades, as quais, estão presentes nas dinâmicas das relações de trabalho cooperado e compreendem a autogestão e de desenvolvimento nos assentamentos da Reforma Agrária.

3.2 OS SEM-TERRA: ARTICULAÇÃO E DIMENSÃO POLÍTICA

Os sem-terra são produtores ligados à agricultura e desprovidos de terra, que se organizam para garantir a própria sobrevivência. Em torno do componente principal, a terra, esses indivíduos se articulam, se organizam, elaborando artifícios e pressões políticas, até a obtenção do reconhecimento de assentado através do Estado.

Deste modo, quando a terra é conquistada, com a divisão da mesma em lotes familiares, ocorre a reintegração, mesmo sem ter a devida consciência do processo de organização social dominante ao qual está se reintegrando, o mercado capitalista. Esses assentados, sejam em lotes familiares ou individuais, se tornam agricultores de produção simples com a utilização da terra, com os seus próprios meios de produção e o seu básico conhecimento tecnológico. Dessa maneira, decidem sobre o plantio, consumo e a organização de seus produtos.

À vista disso, o que o agricultor produz, além de ter finalidade de subsistência, se destina para a comercialização, no caso o excedente de sua produção. Por isso, esse sujeito não percebe a sua subordinação ao mercado capitalista, visto a natureza empresarial, a

⁴ Economia popular se designa no final do século XX, sendo associados aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, como também os que buscavam incrementar a renda e recebiam salários baixos, além de mínimas garantias em postos de trabalhos assalariados. Assim, se apoiavam na solidariedade entre trabalhadores, família e na própria comunidade.

dinâmica e a capacidade de inovação como característica agrícola contemporânea (MUNIZ, 2019), que usa um processo produtivo socialmente dividido, com mão-de-obra experiente, maquinários e que produz a esse mercado, com um grande volume, maior velocidade e menos custos, tornando o valor do produto pequeno, muitas vezes marginal, comparado ao fluxo das grandes empresas.

Assim sendo, notamos que o processo produtivo capitalista se configura como dominante, tendo em vista que o agricultor não é considerado livre, apesar de a propriedade, a terra, a produção e o comando do processo produtivo lhes dar a ideia de não ter um “patrão”.

A pequena produção apresenta dificuldades em relação ao mercado capitalista. Ela se retém aos espaços marginais desse sistema e da baixa lucratividade, quando transfere parte de sua renda para a sociedade, sendo o capital extrator do excedente, não havendo a necessidade de uma exclusão em termos de propriedade/renda para subordinar o pequeno agricultor familiar ao capital (MUNIZ, 2019^a). À medida que as matérias-primas, ferramentas de trabalho e vias de subsistência vão se transformando em produto, o agricultor vai se tornando gradativamente dependente do mercado e, mesmo que tenha a posse do sistema produtivo, este é mediado pelas mercadorias e pelo capital (SILVA, 1978).

Então, percebemos que a pequena produção tende a uma mudança, na qual a terra e os meios de produção são dissolvidos ao grande fluxo comercial, ocorrendo a incorporação ao mercado mercantil em decorrência da integração dos processos produtivos aos grandes complexos industriais, perdendo o agricultor até o poder de decisão sobre a produção e os riscos do mercado. Isto gera uma transformação, sendo agora um pequeno agricultor capitalista, tendo recursos disponíveis para uma produção em grande escala, ou se reorganizando com a cooperação entre outros agricultores.

Logo, a expansão do capitalismo mostrou um processo de expulsão de trabalhadores rurais, quando esses atores, no final da década de 1970, começaram a se organizar com fins de promover ações sociais. Nesse momento, evidenciou-se o MST como um grande movimento agrário. Notou-se que os interesses individuais poderiam se sobressair, colocando as ações e práticas coletivas em risco (FABRINI, 2000).

Embora a formação política dos assentados seja igualitária, de forma que uma grande camada possui a mesma causa, muitos interesses são elucidados com mais ênfase em discussões, mesmo tendo a possibilidade de atender diferentes contextos e privilegiar aqueles que possuem influências e as usam em prol de benefícios próprios, deixando

marginalizados aqueles que detêm menos poder. Contudo, essas implicações podem prejudicar o desenvolvimento do movimento.

Entre os anos de 1979 e 1984, com a terra conquistada, os assentamentos através de ocupações de terra, evidenciavam um diálogo estratificado em relação ao meio produtivo e seu delineamento dentro do MST, ocorrendo senão em formas marginais, sendo que cada assentado procurava formas de solucionar seus entraves e levar sua vida adiante de forma independente, trabalhando em seu lote através do trabalho familiar, voltada a uma produção para o autoconsumo e comercialização dos seus excedentes. Mesmo que houvesse algum grau de cooperação, este configurava-se sem um delineamento consistente, baseado em práticas familiares como os mutirões e a troca de ideias, ou, em outros casos, incitada por membros externos como a igreja ou militantes, que apoiaram a criação dos primeiros grupos comunitários ou associações informais (MST, 1997).

A relação de origem do MST está associada à ação da Comissão Pastoral da Terra⁵, cuja entidade atuava junto aos processos de luta pela terra, assim como na colaboração aos assentamentos. Utilizavam o lema “terra de Deus, terra do irmão”. Essa instituição estimulava que a produção e o consumo fossem realizados de maneira coletiva nas terras conquistadas. Além da atuação da instituição de trabalho coletivo da Igreja Católica, as experiências iniciais de acampamentos também necessitavam algum grau de cooperação, devido às necessidades de sobrevivência, considerando o trabalho em conjunto de autossustentação (ANDRADE NETO, 2015).

Fernandes (1999) afirma que entre os anos de 1985 e 1989 começaram a surgir os primeiros grupos de associações nos assentamentos rurais, nos quais, as atividades estavam baseadas em elaborar planos que englobassem o coletivo, principalmente em relação aos mutirões. Nesse contexto, havia uma certa restrição ao termo cooperativismo, visto que se pensava em cooperativas tradicionais, sobretudo por lei, que estavam submetidas aos ditames e restrições do INCRA.

De acordo com Ribas (2002), no início dos anos 1990 algumas ideias orientaram politicamente o MST sobre o cooperativismo, com o passar do processo produtivo de subsistência para comercialização da produção, ou seja, a acumulação do capital para investir em agroindústrias, configurou-se uma fase de transição, transformando o

⁵ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1975 com atuação em contextos agrários.

agricultor com uma consciência mais empreendedora. Nesse âmbito, evidenciou-se a constituição dos Cadernos do MST e as diretrizes para constituição de cooperativas, como via de instrumentos jurídicos e estratégias desse processo.

A realização de propostas e práticas de cooperação nos assentamentos está baseada na política de “liberação de quadros”⁶, a qual, se volta ao fortalecimento da organização. Esses sujeitos que adotavam essa proposta, começaram a cooperar para que algumas lideranças mais conhecidas em seus assentamentos se transferissem para outros locais do país para coordenar novas ocupações, em forma de nacionalizar esse contexto. Para tanto, aceitavam o compromisso de tomar conta dos lotes militantes “liberados” e pagavam ao MST uma taxa de 2% do valor recebido do crédito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA⁷, o que concedeu à organização um fundo de recursos para subsidiar o movimento. Sendo assim, o MST passou a se articular na gestão de subsídios estatais em linhas de financiamento de agroindústrias, infraestrutura, dentre outros. Estendia, então, o campo de diálogo entre MST e Estado, relacionando-se a própria regulamentação do PROCERA como efeito de negociações diretas entre MST e INCRA (MEDEIROS, 2001).

Diante disso, Medeiros (2001^a) aponta que os primeiros assentamentos careciam de mostrar à sociedade que eram economicamente viáveis, indicando a potencialidade da Reforma Agrária. Isso desencadeou investimentos na produção dos assentamentos, de maneira a torná-los legítimos socialmente, assim como, ter a garantia de sobrevivência dos mesmos. Visto que o MST tinha ascendência sobre uma certa quantidade de assentamentos de cunho estadual e federal, com o lema do movimento “ocupar e resistir”, ao final da década de 1980 introduziu o “produzir”, tendo como cerne também a produção nos assentamentos. Sob outra perspectiva, aplicou-se a tese da produção em conjunto, como antagonista ao que se considerava como um produtor “individualista” dentro de sua propriedade, com organização do trabalho familiar e sobre bases manuais.

Notamos que esse âmbito evidenciou a cooperação, compreendida como uma ação social espontânea organizada, foi um ápice essencial ao MST, desde seu surgimento, o que se entende como um processo de aprendizagem, tendo início nos acampamentos

⁶ “Liberação de quadros” são sujeitos políticos que se destacam por sua direção, renome e outras habilidades notáveis dentro do contexto político, com competência de avaliar, discursar e ser proativo em diversas atividades.

⁷ O programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária- PROCERA foi desenvolvido pelo Conselho Monetário Nacional no ano de 1985 no intuito de expandir a produção e o rendimento agrícola em assentamentos rurais com sua total inclusão no mercado, para conceder sua autonomia do estado.

mesmo antes da posse da terra com distintas formas, de acordo como acontecem as transformações objetivas da realidade. Nesse sentido, corrobora-se que a cooperação não está limitada somente pela organização em cooperativas, porém, afirma que a luta pela terra já possui uma grande importância para um sem-terra (SCOPINHO, 2007^b).

Percebemos também que nesse contexto que a ocupação de terra não acontece somente por algum idealismo ou engajamento político, mas, também, por razões especiais de sobrevivência, em que a necessidade de produzir alimentos se faz essencial para a alimentação diária da família, além de garantir moradia, saúde e educação. Contudo, promover a articulação política dos acampados como parte do enfrentamento às pressões sociais e judiciais por ocupar uma posição de “invasores”⁸, também mostra o que realmente deve ser considerado em termos de cooperação no MST, que diante das circunstâncias conflitantes são parte de um processo no acampamento.

A dimensão da formação do sem-terra, acerca do processo de ocupação de terras, sobretudo na caracterização de “invasores” ou “ocupadores”, está relacionada à contestação social, que exemplifica a rebeldia organizada pelo processo político, o que geralmente acarreta em ameaças de morte e, por consequência, a concretização de algum óbito, sendo quase inevitável muitas vezes. A partir disso, as percepções da organização coletiva para conquistar os objetivos ficam claros, rompendo as estruturas ideológicas da propriedade privada. Nesse contexto, Caldart (2004) explana os desafios e os resultados dessa contestação: “[...] para ocupar uma terra é preciso que eles próprios, os sem-terra, rompam com o valor supremo da propriedade privada, pelo menos ao ponto de considerar que, em uma ordem de prioridades, ela deve estar subordinada a valores como a vida e o trabalho [...]” (CALDART, 2004, p. 171).

Rodrigues (2017, p. 36) elucida bem as implicações da diferenciação entre as palavras “invadir” e “ocupar” nesse contexto de luta social:

Logo, enquanto “invadir” significa tomar alguma coisa de alguém, “ocupar” diz respeito a preencher um vazio, especificamente, terras que não cumprem sua função social. Por isso, desde o início, o trabalho de formação política envolveu conscientizar aqueles que se punham em luta a respeito de qual problemática envolvia a questão da apropriação das terras no Brasil.

⁸ O termo invasores possui um sentido que denota algo ilegal, que causa a reprovação de valor social, contestando de maneira depredativa, e quanto a ocupadores mitiga um sentido mais brando de que, a posse é legalizada, sendo a constituição da conquista política que promove poder e o papel de cada sujeito.

Outra característica desse processo é a formação de consciência de classe, a qual, se molda ao longo do tempo através de luta de classe com o reconhecimento da condição econômica e de outros sujeitos na mesma situação, constituindo interesses em comum e sistematizando-se politicamente como forma de viabilizar as demandas coletivas. Diante disso, surgem diferentes visões entre a burguesia e os sujeitos marginalizados organizados em um movimento social. Logo, a dimensão da luta social dos sem-terra é garantir as possibilidades de poder produzir através da terra e, a partir disso, promover seu sustento.

Com esse movimento, esses atores conseguiram materializar suas conquistas por meio de ocupações e acampamentos no Brasil, tornando-se a principal forma de luta social. Em vista disso, a conquista da terra e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico, não configura que o sem-terra está incluso na produção, mas também, que deve abranger, os seus direitos, uma consciência de classe e de cidadania, atribuída a organização política e ao desenvolvimento de estratégias coletivas de como se posicionar e enxergar sua condição dentro do sistema.

3.3 RELAÇÕES DO COOPERATIVISMO COMO ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA

Após a conquista da terra, em formato de projetos de assentamento implementados pelo Estado, os desafios que chegam são novos e motivadores. Nesse quadro de um novo contexto social, que se desdobra a essas famílias, as quais lutam pelo direito da terra, uma das instigações é como engendrar a organização e as maneiras de cooperação ao cooperativismo dentro dos assentamentos, de maneira que não se promova somente a viabilização da sua permanência nos assentamentos, mas, também, construa oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural.

Desse modo, levando em consideração o aspecto econômico e a cooperação como sendo a organização e a administração da produção por meio da divisão social das atividades e da autogestão, que reúne esforços para obter e manusear ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para a produção, podendo ser individual ou em conjunto. O que, de certa maneira, corrobora na sobrevivência desses assentados. Contudo, possui a dependência da produtividade do trabalho, do uso dos recursos financeiros, naturais e humanos, assim como da expansão da competitividade dos produtos no mercado.

Nesse âmbito, as análises da viabilidade de produção em cooperativa nos assentamentos não devem ser consideradas somente no aspecto econômico, no qual as cooperativas parecem se tornar uma estratégia política, para unir forças em prol da Reforma Agrária e mudanças na sociedade.

O Estado, de certo modo, influencia esses atores a condições de imposição, por meio da criação de organizações cooperativistas, como o acesso a linhas de créditos e outras políticas públicas. Isso indica uma estratégia de controle econômico e político da incorporação desses recursos (MELO; SCOPINHO, 2015). Nesse sentido, a cooperação, quando imposta, não sinaliza um campo organizativo desses sujeitos. Além de que não configura a participação ativa e organizada no estabelecimento de políticas públicas, visto que, apenas vislumbra um modelo produtivista e de sociabilidade comercial, sendo duas conjunturas que estão apenas exercendo um papel que tem por fim estruturar o comércio, que integra grandes produtores do capital e continua se mantendo dentro desse âmbito (SCOPINHO, 2012).

A cooperação nos assentamentos se mostra conflitante, tendo em vista que muitos agricultores não querem se envolver coletivamente em questões empresariais, perdendo autonomia como grupo familiar. Logo, a produção se vê apenas como um empreendimento que lhes fornece salário sem autonomia do processo produtivo. Isso ressalta que cada família tem pessoas à disposição do trabalho e distintas experiências de trabalho, nas quais, muitas vezes, integrantes de cooperativas têm suas funções. Além disso, os modelos de cooperação estudados não respeitavam a diferenciação social, étnica e cultural entre os sujeitos que compunham o assentamento, considerando as disputas e diferentes projetos que provocavam oposição entre esses atores (CAZELLA, 1992).

Camargo (1960), estudando a relação entre cooperação e cooperativismo na metade do século XX, afirma que se existissem meios espontâneos de cooperação, como o mutirão, trocas de ideias e auxílios entre os dois, não se contestaria uma correlação positiva, ou seja, aquela que deveria se mover junto e sem conflitos de grandes proporções, podendo se chegar a consensos justos e igualitários para uma grande parte dos sujeitos. Logo, não se tinha um sistema cooperativista que não se articulasse e gerasse dinâmicas em prol da expansão da organização. No meio rural se configurava o

cooperativismo produtivista⁹, que se via apenas como comércio atacadista, o qual antecedia o comércio e deixaria de existir com o seu desenvolvimento.

Observamos que a cooperação espontânea se mostrava como um grupo rural sabendo lidar com as dificuldades, solucionando problemas e outras necessidades, porém, não se guiava pelas cooperativas que seguiam um ramo totalmente econômico. Assim, articulavam interações comunicativas e de interesses conjuntos, sobretudo, concepções e valores, de modo a interpretar o contexto social em que vive para a realidade cooperativa, propondo comportamentos e um olhar favorável às práticas cooperativistas.

Isso configura que as propriedades rurais em crescente mecanização estavam envolvidas em monoculturas estritamente especializadas e o cooperativismo se fazia uma barreira, devido a uma posição que se evidenciava submissa e dependente no sistema produtivo capitalista, procurando, dessa maneira, um espaço confortável para se estabilizar.

Conforme Christoffoli (2000) aponta, duas contradições de caráter econômico dificultavam a reprodução das cooperativas em assentamentos no MST. Uma delas é a carência de superação do nível de desenvolvimento em que as cooperativas estão, onde não se permite o equilíbrio entre geração, consumo de riqueza e a competição frente ao mercado capitalista. A outra seria o entrave do trabalho assalariado, que tem a tendência de relações trabalhistas de exploração sobre os sujeitos, visto que algumas organizações dependem dessas conexões para continuar sua reprodução.

Nesse âmbito, Firmiano (2014) tem a ideia de que as políticas possuem o papel de minimizar a ação dos movimentos sociais de luta pela terra com implantação do empreendedorismo, com o propósito de distribuir as funções dos órgãos responsáveis pela incorporação dos assentamentos às iniciativas locais, como as cooperativas.

Benini e Benini (2015) refutam a consideração de que a relação entre os sujeitos e o Estado é contraditória e rodeada de conflitos, visto que esses agricultores procuram vias para o reconhecimento governamental de suas organizações. Nesse contexto, pode se atenuar a mínima potência política dessas organizações, indicando que os recursos públicos podem beneficiar ou correm o risco de perda de autonomia, caindo na submissão ao Estado.

⁹ Cooperativismo produtivista quando se volta para uma submissão de pequenos agricultores, para uma cadeia produtiva agroindustrial e comercial

Essa relação mostra que as políticas construídas nesse âmbito servem para estimular as relações de solidariedade, embora o autor enfatize outra face desse contexto, na qual o propósito dessas políticas públicas seja o de criar a competitividade entre esses sujeitos por recursos e enfraquecer o movimento.

Consideramos que isso é exatamente o que deve ser ressaltado, pois o cooperativismo, em seu contexto de transformação social, pode promover e condicionar os interesses tanto das classes dominantes, quanto das classes dominadas. Nesse aspecto, a cooperação se mostra como uma estratégia de proteger os trabalhadores frente às dificuldades historicamente vividas pela pequena produção. Nesse sentido, essa abordagem de que as políticas devem ou não subordinar o pequeno agricultor, mostra o cenário de duas faces que se entrelaçam de forma conflituosa, embora muitas vezes seja a única saída encontrada, em se aliar com os fomentos que o Estado promove, sobretudo, como forma de sobreviver.

Sendo assim, vemos que é uma forma de administrar essa dualidade diante da pobreza, em vista da quantidade de terra e dos subsídios do Estado que são escassos. Nesse contexto, o cooperativismo configura-se com seus aspectos de organização, incluindo os de diferenciação e, muitas vezes, o de incorporar os princípios da Agroecologia e da cooperação.

Embora o MST não leve em consideração a cooperação apenas como um instrumento para a melhoria das condições de vida do pequeno agricultor no aspecto econômico e geração de renda, esse contexto evidencia que o agricultor, extrapolando seu modo de produção e seu meio de organização do ponto de vista social, corrobora para que se ampliem as chances de acesso a bens de consumo coletivo e à infraestrutura básica (LEITE et al., 2004^a).

Contudo, a outra margem desse contexto evidencia que o processo produtivo de cooperativas em assentamentos se articula nas questões políticas e ideológicas. Nesses aspectos de objetivos e práticas de interesses que potencializam suas conquistas, elas constroem propósitos que envolvem esses sujeitos em suas próprias intenções e necessidades e nas suas estratégias, visto que os conduzem na participação de interesses específicos dentro de um âmbito político-ideológico, trazendo condições de racionalidade de intenções particulares que, de certo modo, acabam abrangendo um todo.

FRANTZ (2001, p. 18) reforça as características da sociedade cooperativa e seus propósitos como:

Organizações cooperativas são fenômenos relativamente complexos. Nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela organização e instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados, normalmente, de ordem econômica. Contém elementos sociais, culturais e políticos. A cooperação é, em seu princípio constituinte, um acordo racional de sujeitos sobre algo, isto é, a economia, e os seus interesses e necessidades frente à produção e distribuição de bens e riquezas. Porém o cooperativismo, por isso mesmo, como prática social educativa, cultural e política, tem a característica de incorporar esses elementos ao seu sentido econômico.

Diante desse cenário, existe um olhar macro dessas relações cooperativas e associativas entre o Estado e o mercado, que pressionam a autogestão e a solidariedade das classes, frente a critérios e valores adotados do capitalismo, demonstrando eficiência econômica e produtiva (CHRISTOFFOLI; AZERÊDO, 2016).

Vale ressaltar a existência de formas de salientar as engrenagens da cooperação como o cooperativismo, que se concretiza como uma organização política e econômica, sendo utilizado pelo Estado com fins estratégicos no meio agrário e materializado por políticas governamentais e engendrado pelo capital e seu papel na agricultura.

Por consequência, a lei nº 5.764/71 implantou um sistema de controle sobre o cooperativismo, tirando toda e qualquer forma de liberdade de novas cooperativas, nas quais, seria necessário passar por uma “peneira”, sendo realizada uma seleção de cooperativas onde o Estado poderia ter mais influência na Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Essa conjuntura foi fomentada pelo Estado em um período de ditadura, como o caso das cooperativas operárias de trabalho e as cooperativas de crédito e consumo, que foram restringidas como forma de barrar a competição com algumas das bases do capitalismo, como os supermercados e bancos (CHRISTOFFOLI; AZERÊDO, 2016^a). Desta forma, percebemos que o governo brasileiro instituiu um sistema cooperativo que englobava agentes públicos e privados, em que o Estado tentava suprimir a autonomia das cooperativas que aplicavam a autogestão.

Assim notamos que através da lei que está em vigor até os dias atuais, mostra-se uma face em que as cooperativas rurais favorecem grandes proprietários em detrimento dos pequenos agricultores. Com a reprodução das relações sociais capitalistas, que são meios de controle social e político, muitas vezes o cooperativismo pode ser visto como um favorecimento de grandes agroexportadores, realçando o processo de descapitalização e auxiliando a sobrevivência desses atores, contudo, evidenciando uma desigualdade social.

Assim surgiu uma contraposição ao cooperativismo da OCB em vista das experiências de autogestão em sistemas produtivos, que se pronunciavam a partir dos movimentos sociais nos anos 1980 e confrontavam os efeitos excludentes da crise econômica, a qual se ampliou com o contexto neoliberal dos anos 1990. Nesse âmbito, a cooperação surge como um meio autônomo, resistindo ao desemprego e à exclusão social, porém, se instituindo e fortalecendo até os dias atuais como economia solidária, sendo esta uma ideia que retoma a solidariedade no processo produtivo, contrapondo o capitalismo e se relacionando com às bases democráticas e igualitárias que constituem a autogestão e concretizada em distintos empreendimentos econômicos solidários, no qual, este se constitui por grupos informais, sendo que não se guiam por algum dispositivo legal, mas por regras internas próprias, entre os envolvidos no sistema produtivo (CHRISTOFFOLI; AZERÊDO, 2016^b).

Paralelo a esse contexto, no Brasil, nos atentamos ao cooperativismo rural, na qual tem se mostrado como uma forma de modernização da agricultura, articulação de crescimento econômico e de mudança social, o que se vê como popular e institucional, ou seja, como um movimento rural que se articula, em prol de políticas para se manter diante das ordens individualistas capitalistas.

As questões acerca desse contexto evidenciam que pode-se ver de duas linhas de contextos: através de contestação social, ou seja, quando os agricultores familiares lutam através de movimentos e de forma organizada por políticas públicas que assegurem seus direitos diante do Estado e como controle social, na qual o Estado, com suas políticas públicas, assegura recursos aos agricultores e esses sujeitos são condicionados às regras estatais, além de necessitarem oferecer garantias, sobretudo de capital financeiro.

Todavia, as políticas públicas são obrigações necessárias do Estado para que a agricultura familiar seja ainda mais enfatizada dentro de um contexto atual, no qual o agronegócio está imperando, com grandes mercados que dominam toda uma cadeia já estruturada, possuindo apoio, suportando as crises e lucrando intensamente com suas atividades.

Para Schneider (1981), o cooperativismo rural brasileiro tem buscado a harmonia das dimensões econômicas, sociais e culturais no âmbito de desenvolvimento do país, no qual as condições estruturais se sobrepõem. Rios (1976) afirma que, embora o processo organizacional tenha se difundido no Brasil e no mundo, as experiências são únicas e correlacionadas ao tempo histórico em que está configurada, assim como o contexto político, tecnológico, a capacidade organizacional e o movimento dos atores envolvidos.

Diante disso, é imprescindível considerar o contexto social em que as cooperativas estão localizadas, visto que analisar os significados e as distintas experiências de cada uma requer uma análise específica das condições estruturais da sociedade. Isso mostra que muitas vezes os incentivos estatais estão concentrados em regiões e setores específicos de maneira seletiva.

3.4 OS REFLEXOS DA COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

É possível compreender uma pluralidade de razões que validam a escolha pela adesão a um dado modelo de organização e cooperação nos assentamentos e a atuação desses sujeitos, os quais, de maneira alguma, podem ser diminuídos a ordens econômicas, como se indica por meio do termo “individualismo”, em relação ao meio de produção e atuação desses agricultores, ainda que a disposição no sistema econômico influencie obviamente em certo grau a cultura, a sociabilidade, a lealdade.

Sendo assim, os valores aparentam ter tanto ou mais grandeza do que tais fatores de ordem macrossociológica, sendo aqueles que envolvem a categoria como um todo dentro do sistema social e por conseguinte seus reflexos e não apenas os pequenos grupos, sendo enfrentados de maneira determinista e motivadora, no que se refere à participação dos assentados em propostas de organização e cooperação nos assentamentos.

Neste desenho, vemos que esse aspecto político da cooperação contempla a continuidade do MST como categoria coletiva que media as relações entre o trabalhador rural sem-terra e a sociedade, visto que incentivam a cooperação e a solidariedade, na qual, esta se volta para que se tenha a redistribuição social entre distintos sujeitos de uma mesma organização, dentro dos assentamentos, fortalecendo a luta social e a permanência na terra. Essa dimensão fica mais clara na mobilização de marchas, ocupações e outros distintos meios de manifestação popular, assim como no dia a dia por meio de divisões de alimentos, troca de favores e outras ações entre esses atores, sem as quais não se poderiam configurar com uma resistência e sua expansão.

Nesse processo, se concretizou a lógica da organização cooperativa da produção, baseada em estratégias organizacionais com a implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) em 1992. Ela implementa nos assentamentos a formação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) e Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPS's), para então chegar à Central Cooperativa dos Assentados

(CCA's) e, posteriormente, à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, que se viabilizou dentro de um contexto de debates e experiências político-ideológicas do MST (RIBAS, 2012).

Assim podemos apontar, o que se configura diante da adoção do cooperativismo pelo MST é a construção de uma estrutura política organizacional, pautada em diretrizes e objetivos que minimizem a pobreza no meio rural, por meio do desenvolvimento das relações de trabalho coletivo. Diante disso, a organização em cooperativas expressa resultados notórios, mediante suas articulações e a viabilidade socioeconômica, como o processo de gestão política, sendo que a cooperação agrícola se pauta na concretização da sustentabilidade político-ideológica com sua consolidação.

Esse processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e, posteriormente, da territorialização do processo produtivo da organização cooperativa nos assentamentos de Reforma Agrária, está intrinsecamente ligado a um aspecto amplo da política-ideológica do MST, que se relaciona com as raízes da gestão política-territorial, associando-se com os aspectos socioeconômicos, ideológicos e de democratização do país. Ou seja, trata-se da ideia do desprendimento dos domínios ideológicos estatais enquanto luta social, podendo promover suas ideias igualitárias para um todo, no caso da categoria dos sem-terra (RIBAS, 2012^a).

Isso mostra que as ideologias populares, aquelas que reúnem valores, prioridades, opiniões de um grupo popular, nos quais, se executam os objetivos em comum, sobretudo políticas sociais, são provenientes de circunstâncias históricas, promovidas por lutas sociais, no caso dos sem-terra na causa pela Reforma Agrária. Logo, elucidando uma via de direito à terra e ao trabalho, evidenciando que podem incitar movimentos e relações sociais, para além de um estado de consciência, que busca mudanças e direcionamentos de suas reivindicações para o Estado.

Dessa maneira, podemos reconhecer que a cooperação se reflete mais do que a organização em cooperativas, visto que as ações possuem valores que transcendem as dificuldades, provenientes de escassas políticas públicas que deveriam garantir ao trabalhador rural sua reprodução no campo. Então, o ato de cooperar se caracteriza no cenário do MST como uma via de sobrevivência e resistência. Ele contempla um campo heterogêneo de cultura, de compreensão e de afinidades do coletivo, destacando-se com distintas articulações nesse contexto.

Assim, por meio de pressão e luta coletiva junto aos órgãos governamentais, essa organização social transforma os espaços que são normalmente inóspitos, estruturando-

os em pequenas comunidades organizadas. Essa dinâmica de cooperação possibilita o desenvolvimento de condições sociais nos assentamentos, podendo garantir a expansão das famílias nos assentamentos e diminuir novos êxodos rurais, bem como surgir novas formas de resiliência coletiva.

De acordo com Scopinho (2007^c), nos acampamentos e assentamentos a cooperação se faz de diferentes maneiras organizativas, como os grupos informais, associações, até as distintas cooperativas, assim como estruturas de apropriação de terra, capital e trabalho. Além disso, integra a gestão da produção, a regulamentação legal e a organização das residências, sendo assim, amplas formas e variedades de organização que explicam as estratégias de sobrevivência e os caminhos para novas experiências. Isso se resume na organização formal de cooperativas, na qual o MST, por meio de mecanismos, concretiza, nesse contexto, os seus princípios e institucionaliza a sua postura de cooperar, pois as linhas de crédito para financiamento da produção nos assentamentos são conquistadas através do coletivo e com sua regulamentação.

Bassan e Moraes (2013) também complementam que a disponibilidade de crédito, a organização dos assentados, o entorno produtivo e/ou o consumidor, a organização da produção e a assistência técnica são vias para potencializar os projetos em assentamentos. Assim como o apoio na organização político-institucional no sentido da infraestrutura produtiva e de meios que melhorem as condições sociais desses assentados. Diante disso, reconhecemos que existem fatores que limitam o desenvolvimento dos assentamentos, como a precariedade do acesso e a falta de assistência técnica, a ausência de organizações políticas e produtivas entre os assentados. Além das poucas linhas de crédito disponíveis e, assim, de maneira ampla, a pouca infraestrutura básica impacta negativamente na vida desses sujeitos.

Assim sendo, essas lutas se desdobram entre lutas por moradia, infraestrutura, educação, saúde, produção, processamento, comercialização, etc. Nesse contexto, o cooperativismo nos assentamentos rurais representa uma estratégia social e produtiva na busca da construção da autonomia e da emancipação, da produtividade, além do processamento e escoamento de uma produção geralmente agroecológica, que fortalece a luta desses sujeitos frente ao agronegócio fomentador da exclusão desses agricultores (SOUZA, 2017^a).

Em vista disso, o MST encontrou soluções que pudessem resolver a questão da produção, desenvolvendo meios de cooperação que permitam a esses sujeitos superarem os desafios que são postos quando não estão em coletivo. A via mais clara é se organizar

e trabalhar em conjunto, para que consigam encontrar formas de obter equipamentos e tecnologias, como escoar sua produção com preços viáveis, como forma de evitar o desgaste social e produtivo, aliando o cooperativismo com a luta e a resistência pela terra (FABRINI, 2007).

O acesso a mercados institucionais pelos assentados tem sido muitas vezes intermediado por organizações ligadas ao MST, sendo uma porcentagem retida do valor recebido pela comercialização da produção com fins de manutenção da estrutura do MST e suas atividades. O MST teve nesta política uma significativa fonte de recursos para o suporte de suas organizações, assim como para a geração de renda desses assentados, introduzindo-os em uma cadeia de comercialização sólida, visto que a compra pelo Estado é garantida (ANDRADE NETO, 2015).

Nesse quadro se evidencia que para se ter o desenvolvimento dos assentamentos, podemos notar que esses fatores exercem um lado importante ao nível de organização produtiva e social, podendo garantir a redução dos custos, com uso responsável dos recursos naturais. Isso, de certo modo, potencializa esses sistemas produtivos e as alternativas econômicas se ampliam, melhorando as condições socioeconômicas e viabilizando a relação com os órgãos públicos, através da organização política entre esses atores e a ação direta do Estado.

É necessário compreender que a cooperação agrícola está interligada ao processo organizativo do MST, que se expressa em estratégias para concretizar as diretrizes da gestão político-territorial. Observamos, no entanto, que existe uma diferença entre a expansão do discurso que incentiva a massiva busca dos ideais no âmbito rural, que podem ser individuais ou coletivos, e a manifestação do contexto social propriamente oprimido, no qual, se enquadram contradições da organização cooperativa, visto as reais necessidade a serem atendidas de cada local. Se faz necessário, portanto, um olhar minucioso que esclareça o âmbito social que realmente necessita de um olhar com mais atenção e não apenas passíveis discursos.

Com isso, outros desafios são postos em relação à organização dessa categoria, como estender a prática de conscientização dos assentados pelo engajamento participativo entre esses sujeitos relacionadas às atividades conjuntas, com o intuito de maximizar a propriedade coletiva, visando uma maior produtividade. Além de enfatizar os aspectos socioculturais, reorganizando e dimensionando a agroindustrialização nos assentamentos de Reforma Agrária, agregando valor aos seus produtos.

Partindo então desses pressupostos, a lógica político-estratégica do MST, no que tange ao processo de acumulação de experiências, é integrar a questão do processo produtivo com a incorporação de meios de controle de qualidade e marcas que prevaleçam em nível regional e nacional, com o intuito de dominar uma linha de produção. Desse modo, a organização da produção através do cooperativismo não deve ser considerada somente como um contexto técnico-econômico, porém, como um alicerce socioeconômico que visa estruturar o processo de reorganização do trabalho e do meio tecnológico. Nela, a tendência é a implementação de distintos setores agroindustriais e a diversificação da produção, que agregue valor à matéria-prima e atenda ao mercado, cuja verticalização político-ideológica está ligada às estratégias de ação do MST (RIBAS, 2012^b).

Isso nos mostra que a organização e a cooperação através de cooperativas é compreendida como um meio de organizar as atividades de trabalho e produção, visando a expressividade dos resultados através da gestão político-territorial. Logo, a cooperação se coloca em um papel de estruturação socioeconômica, cuja finalidade volta-se para sua sustentabilidade político-ideológica, na qual essa questão serve como um alicerce organizativo para demonstrar a viabilidade econômica de suas cooperativas e a prática de solidariedade de classe, que trata-se das questões políticas e das relações entre esses sujeitos em prol da sua emancipação.

Nesse sentido, a cooperação através da criação de cooperativas institucionalizadas ligadas ao MST vem logrando em fatos pontuais e exemplares, nos quais, considera-se que elementos responsáveis pela coesão interna estão ligados a um núcleo de lideranças do movimento. Assim, há experiências notórias que sobrevivem até os dias atuais como na forma das Cooperativas de Prestação de Serviços (SPSs) e de Cooperativas de Produção Agropecuária (ANDRADE NETO, 2015^a).

Souza (2017^b) aponta que as estratégias de cooperativismo estão fundamentadas ou sendo estruturadas de maneira qualitativa, visto que, na visão do autor, esses sujeitos estão menos dependentes de recursos externos, tendo autonomia para lutar pela terra e se organizar coletivamente, além de estarem gerando renda, tanto para sua sobrevivência, quanto para o incremento que reinvestem nas próprias cooperativas nos assentamentos rurais.

Dessa forma, muito tem se discutido e analisado, como propostas de cooperação priorizadas pelo MST e vias pelas quais o MST tem tentado se articular dentro dos assentamentos. Esses estudos nos mostram que existem situações de conflitos, nas quais

as lideranças do MST acabam exercendo o seu poder, como resultado de suas incongruências para explanar a sua superioridade frente às iniciativas familiares.

Constatamos assim, que isto evidencia uma contradição do movimento, cuja questão mostra as diversidades de conciliar o desejo de autonomia da maioria dos assentados, juntamente com o enfoque de cooperação proposto pelos agricultores, com a viabilização e a reprodução socioeconômica e o fortalecimento sociopolítico, podendo resultar em conflitos que integram mais desafios e a desorganização dentro do movimento.

Isso causou uma certa tensão interna entre os assentados, devido ao confronto com a realidade produtiva agrícola e suas intrigantes particularidades, visto as características socioculturais e a dinâmica da vivência no meio rural (ANDRADE NETO, 2015^b). Como resultado, foram encontradas formas de suavizar as intenções do coletivo nos assentamentos, podendo articular outras formas de cooperação, como a iniciativa familiar individual com distintas etapas de associação e ajuda mútua (MENEZES; MORAES; NAVARRO, 1999).

Os exemplos que o MST incorporou dentro de suas perspectivas e possibilidades de se expandir, a partir dos segmentos organizativos sociais são explanados por Andrade Neto (2015^c, p. 178):

Os exemplos de associativismo, de cooperativismo, de cooperação e de organização oferecidos pelo MST dizem respeito a tentativas e possibilidades de inovação social nos assentamentos. A noção de cooperação proposta pelo MST refere-se fundamentalmente à cooperação agrícola, entendida como a produção agropecuária voltada para o mercado e também para o autoconsumo, tendo como base práticas que associam diferentes indivíduos e famílias voltados a objetivos essencialmente – mas não exclusivamente – produtivos. As práticas de troca de dias de serviço, a ajuda mútua, o mutirão, os grupos de trabalho, as associações de produtores e cooperativas são algumas expressões da cooperação agrícola, a qual não se limita atualmente a modelos precisos e institucionalizados de associativismo ou de cooperativismo.

Contudo, esses aspectos não extinguem as dificuldades e desafios que surgem no caminho e nas construções de experiências cooperativistas, as quais enfatizam infinitas falhas organizacionais, de logísticas e carência de infraestrutura e, sobretudo, a falta de políticas públicas, que ainda carecem de mais atenção para seu desenvolvimento. Embora alguns autores apontem o modelo organizacional cooperativista como uma estratégia do Estado para controlar e direcionar os assentamentos rurais e cooperativas, com suas políticas refutam os meios pelos quais esses sujeitos encontram formas de se estabelecer diante do contexto agrário do país.

Portanto, a materialização dos assentamentos rurais no âmbito da cooperação agrícola possui influência nas condições que se baseiam em estruturas produtivas, como condições morfoclimáticas, divisão do trabalho e tecnológicas, assim como ao nível de conscientização política dos assentados e ao grau de vínculo que essa categoria agrega à concepção de posição social diante da sociedade.

Sendo assim, na conjuntura atual perceber como esses indivíduos estão nesses aspectos relacionados no texto e os processos que integralizaram esse cenário, evidencia os estágios de transformação que os mesmos configuraram ao longo do tempo. Paralelo a isso, no atual momento outro quadro se mostra como mais um desafio, no qual esses indivíduos estão enfrentando como forma de reconfigurar e desafiar o contexto atual de pandemia Coronavírus (COVID-19) que, em certa medida, afetou o quadro dentro dos assentamentos e suas formas de se organizar, como, também, apontou estratégias socioeconômicas e políticas para reverter o quadro, sobretudo nas cooperativas e seus atores.

4 A AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPACTOS FRENTE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Neste capítulo será abordado como a agricultura familiar articulou-se diante dos impactos que surgiram no cenário da pandemia coronavírus (COVID-19) e de que forma as políticas públicas foram voltadas à essa categoria para a assistência nesse contexto. Além de como os agricultores se organizaram e implementaram suas estratégias, em relação a suas unidades produtivas e a escoação da produção, apontando-se os acontecimentos, de maneira geral, em no âmbito nacional e local.

Levando em consideração os fatos locais, aborda-se nesta pesquisa a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho – COPERJUNHO, atualmente paralisada. Contudo, faz-se uma abordagem especialmente com o grupo de orgânicos que se articularam para se manter relevantes como mantenedores de suas propriedades, garantindo o sustento de suas famílias e o abastecimento alimentar da sociedade, propiciando aos consumidores alimentos de procedência agroecológica e, sobretudo, com base na confiabilidade de uma produção sustentável.

De maneira geral, não se pretende fazer afirmações contundentes, porém, analistas de diversas áreas, consultores e especialistas estimam que o quadro da pandemia COVID-19 deverá refletir de inúmeras maneiras e intensidades sobre o processo produtivo, na escoação e na oferta de alimentos, além das políticas públicas voltadas aos protagonistas desse segmento, a agricultura familiar. Desse modo, atenta-se para a necessidade de uma ponderação cuidadosa dos contextos atuais e vindouros.

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR E A AGROECOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE UMA NOVA REALIDADE NO MEIO RURAL: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Um dos motivos pelos quais a COVID-19 atingiu tão rápido e de forma marcante as populações de diversas partes do mundo, é o fato de que o mundo está globalizado, ou seja, interligado em muitas faces do todo, uma cadeia de ligações em todas as esferas continentais que une a humanidade (SCHNEIDER et al., 2020). Em vista disso, as implicações da pandemia alcançaram intensas escalas globais. Dessa maneira, para compreender os potenciais impactos da pandemia sobre a agricultura familiar, o setor alimentar no Brasil e as políticas públicas que se voltam à categoria, é necessário tomar como referência a noção do alcance sistêmico do problema.

Diversos setores da sociedade estão vivenciando impactos relativamente negativos, ocorrendo em vista do “isolamento social” para que se consiga amenizar o contágio pela pandemia do Coronavírus (COVID-19). Essa situação teve início no final de 2019, apresentando maiores picos no primeiro semestre de 2020 em todo o mundo, acarretando crises em todos os âmbitos da sociedade, nos quais os sistemas de circulação foram os mais prejudicados nas questões produtivas e na comercialização (CLAUDINO, 2020).

Assim, o avanço do vírus e as medidas restritivas permitiram que se chamasse como uma das maiores crises desde a grande depressão que ocorreu nos anos de 1930 (RIBEIRO et al., 2020). Os campos produtivos como a criação e comercialização de animais, tiveram impactos imediatos (LUCENA, HOLANDA-FILHO, BOMFIM, 2020).

Ressalta-se, nesse sentido, os grandes impactos que surgiram em meio a tantas incertezas desse momento. Logo, basicamente quase todas as atividades foram suspensas, assim como a circulação de pessoas. A agropecuária foi um dos âmbitos mais afetados, embora estudos tenham indicado uma estabilidade nas exportações (LOEBLEIN, 2020).

Desta forma, deve-se estudar o contexto de pequenos agricultores, a comercialização e a renda diante da pandemia, visto que as políticas públicas devem ser mais enfatizadas nesse sentido de crise, uma vez que esses sujeitos dependem das cadeias curtas de comercialização e de mercados próximos e locais de abastecimento para escoar sua produção. O isolamento social fez a sociedade repensar sobre o consumo necessário e, se existe nesse contexto, a valorização do agricultor familiar e a disponibilidade de seus produtos mais próximos de suas casas, uma vez que a população busca produtos que estejam ao seu máximo alcance, como pequenos mercados, quitandas e etc. (LEAL, 2020).

A FAO (2020) aponta os diferentes efeitos da COVID-19 nos distintos cenários da agricultura familiar, visto que produtores introduzidos em cadeias agroindustriais,

cooperativas e aqueles ligados a cadeias curtas de comercialização, têm sentido menos perdas em suas rendas.

Em vista disso, procurou-se compreender em vias de fato, a expansão dos impactos provocados pela pandemia, enfatizando os reflexos na agricultura familiar e como a Agroecologia entra na pauta como uma alternativa de produção e abastecimento alimentar. Nesse sentido, abordou-se o grupo de orgânicos da COPERJUNHO, por meio de entrevistas, as quais, foram gravadas com auxílio de um gravador e, posteriormente, transcritas para um questionário, sendo realizadas duas reuniões com esses agricultores, uma no dia 18 de Novembro de 2020 e outra em 03 de Julho de 2021. Os participantes não foram identificados na pesquisa, no sentido de manter o anonimato.

Para evidenciar as mudanças, estratégias e suas implicações diante do contexto pandêmico, um dos entrevistados aponta as primeiras mudanças ocorridas, tanto nas questões sociais, econômicas e produtivas em sua realidade.

Entrevistado 1:

A mudança de comportamento né... se comportava de um tipo, se passou a se comportar de outro jeito, mas olhando assim pelo lado da e... mais caseiro, é mais em casa, precisa ter.... Eu acho assim em termos econômicos pra nós do sítio, não foi uma coisa tão... tão, eu penso pelo menos uma coisa tão... porque a gente se concentrou mais no lote, trabalhou até mais do que antes, e... acabou indo menos ... lá buscar lá fora alguma coisa, eu acho que isso, queira ou não foi uma certa... mas não que isso foi bom, ... isso foi péssimo, porque só o fato de ter que andar se cuidando, botando uma máscara... que a gente nunca imaginou passar por essa situação... é meio constrangedor pra gente, até dependendo do lugar, os caras... já aconteceu comigo, um dia desses entrei em uma loja, e... sem máscara, e... mandaram eu colocar, mas é isso.

A situação atual indica um novo contexto para a agricultura familiar, visto as estratégias de comercialização que esses atores estão articulando, como: entregas em domicílio, cestas, parcerias institucionais, dentre outras, como forma de manter a escoação da produção. Como fruto, esses produtores estão se surpreendendo com uma grande procura da população por alimentos saudáveis e de procedência local, assim como aborda um dos entrevistados sobre a melhora nas vendas com a crescente demanda. Entrevistado 3: “[...] mas assim... melhorou bastante essa coisa de comercialização, e é isso... a tendência é aumentar a produção, que tá tendo... o movimento incentiva a produzir, que tá tendo demanda [...]”.

Dessa maneira, os setores relacionados à alimentação e à agricultura são ressaltados como essenciais, presumindo que no segundo semestre de 2020 seria necessário que os estoques fossem repostos, demandando de muitos países altas

produções. Além disso, o contexto abre possibilidade para pesquisas e outros questionamentos, tendo em vista uma nova adaptação sobre alimentação mais saudável, sistemas produtivos, relação com os recursos naturais, sistemas agroalimentares e mercados, que dão a possibilidade de englobar a Agroecologia no centro dos debates (ALTIERI, NICHOLLS, 2020).

Esse quadro pretende nos mostrar que os efeitos que a pandemia estará provocando a médio e longo prazo, são perspectivas que podem se transformar à medida que isso se estabiliza e muitas pesquisas acerca disso poderão ser desenvolvidas. Dessas incertezas e impactos, os grupos que já estavam vulneráveis, podem sofrer ainda mais, com crescente pobreza e miséria.

Nesse contexto, ressalta-se que os agricultores familiares e seus segmentos estão sofrendo os impactos, devido às medidas de restrições de circulação de pessoas em restaurantes, feiras e mercados em geral (CLAUDINO, 2020^a). Enquanto a produção de grãos pode ser armazenada, produtos da agricultura familiar são, em sua maioria, perecíveis, sofrendo impactos na produção e comercialização, com efeito em algum grau diferente.

Neste cenário, a agricultura familiar, sendo responsável por uma parte significativa da demanda de alimentos, processa os efeitos econômicos sobre os sistemas produtivos e os entraves da comercialização. Isso se deve às restrições e cancelamentos de feiras públicas, ao fechamento de restaurantes e à redução de compra de merenda escolar, por conta do cancelamento das aulas e da queda dos rendimentos da escoação da produção. Desse modo, podem ser comprometidos os sistemas de produção e o abastecimento alimentar (IPEA, 2020).

Observamos que, com o fechamento das fronteiras e medidas restritivas do comércio, os agricultores familiares estão suprindo, de certo modo, o abastecimento de alimentos saudáveis, assim como, fortalecendo sua própria categoria e o comércio justo, este último denominado como um meio no qual o pequeno agricultor tem uma garantia e perspectiva de comercializar sua produção de maneira justa e não de maneira assistencialista ou como ajuda humanitária. Nesse cenário, o Sebrae (2005, p.13) enfatiza que o “[...] comércio Justo é uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional, e contribui para o desenvolvimento sustentável, por meio de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados [...]”.

Identificamos que essa possibilidade oferece contato direto entre o agricultor e o consumidor. Como exemplo podemos citar as feiras livres, tirando a dependência de terceiros nesse processo e as instabilidades do comércio, assegurando uma remuneração justa e uma melhor relação na comercialização, além de obter assistência técnica e a promoção do desenvolvimento sustentável, que integra os aspectos socioeconômicos e ambientais. Além de propor uma alternativa ao atual sistema capitalista, visto a submissão do pequeno produtor às regras econômicas comerciais do modelo produtivista e a desconsideração das condições de vida desses sujeitos.

Sendo assim, apontamos que a Agroecologia pode intervir em mudanças que visem superar os impactos provocados pelo vírus e, além disso, influenciar nas dinâmicas ambientais e questões sociais. Deste modo, muitos pesquisadores estão engajados nas possibilidades de propor guias alternativos que possam desenvolver a agricultura familiar de maneira a auxiliar os ciclos do meio ambiente e da sociedade em geral.

Logo, a agricultura familiar cumpre um papel importante na alimentação saudável na sociedade, mostrando-se como uma saída para a crise. Uma vez que, a categoria busca aprimorar os recursos disponíveis, sem que ocorra a deterioração de suas qualidades, bem como agregar valor em seus produtos, além de gerar empregos produtivos, no qual o crescimento e/ou desenvolvimento se direciona aos atores engajados no processo e a comunidade.

Sendo assim, para seguir defendendo a soberania alimentar e, através da Agroecologia, gerar produtos livres de agroquímicos. Ressaltamos ainda, que não é somente uma política apontada pelos movimentos, mas uma alternativa de sobrevivência da população em geral.

A pandemia está nos mostrando a existência de caminhos alternativos que, de certa forma, podem contornar os níveis de utilização de insumos químicos ou até mesmo as tecnologias mais impactantes da agricultura. As mudanças nesse âmbito, podem viabilizar modos de vida e produções menos deteriorantes ao meio ambiente, atendendo aos requisitos de solidariedade, sustentabilidade, preservação da natureza das gerações atuais e futuras e a redução de insumos químicos, para que se tenha de forma gradativa uma transição agroecológica.

Essa produção sustentável se efetiva quando contempla a dimensão social, econômica e ambiental, de forma que utilizem ferramentas que avaliam a dinâmica dos agroecossistemas e a relação dos sujeitos envolvidos no processo, como meios

participativos e políticas que atendam esse aspecto, visando melhorias nos processos produtivos.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVAS DINÂMICAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Nesse cenário, o apoio institucional se mostra como uma das soluções essenciais no setor agrícola para enfrentar os gargalos resultantes da pandemia, principalmente para os agricultores familiares que estão em condições mais delicadas, visando ampliar as políticas públicas existentes como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o alcance delas seja acessado por todos, podendo garantir a este setor expansão de renda e conseguir melhorias em relação ao crédito rural e ao seguro agrícola, permanecendo sua relevância no âmbito agrário (GRISA; NIEDERLE, 2020).

Como forma de facilitar o alcance das políticas públicas e, por conseguinte, escoar sua produção com menos perdas, a formação de cooperativas, associações ou a adesão às já existentes, é uma das vias que os agricultores familiares encontram, facilitando a integração a partir das vendas institucionais. Dessa maneira, essas organizações, além de serem impulsionadas pelo PNAE e/ou PAA, também corroboram na união solidária desses sujeitos, como no aumento da diversidade e da quantidade de produtos fornecidos, na diminuição dos custos logísticos e na demanda dos processos administrativos e burocráticos, este último relacionado à própria gestão da cooperativa ou associação.

Nesse quadro, o Ipea (2020^a) acrescenta que as medidas da resolução nº 4. 801 do Banco Central do Brasil (BCB) fomentaram a quitação de financiamentos dos produtores rurais. Foi importante também a prorrogação dos prazos de amortização dos créditos de custeio e investimento, com data limite até 15 de agosto de 2020, vencidas ou para vencer até 1 de janeiro e 14 de agosto de 2020. Além disso, as taxas de juros originais de contrato englobam os agricultores familiares e suas cooperativas que se prejudicaram com a escoação da produção devido às medidas restritivas da pandemia.

Para não descontinuar o fornecimento de alimentos, ocorreu um ajuste no PNAE em alguns locais do Brasil. Visto isso, a solução para esse contexto foi a criação da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que permite a distribuição de alimentos adquiridos através do PNAE aos pais ou responsáveis dos alunos das escolas públicas de educação básica, como forma de garantia da cota de 30% destinada à agricultura familiar que, nesse caso, visa 80 mil agricultores familiares. Já no PAA se estabeleceu a medida provisória

nº 957/2020, de 27 de abril de 2020, que abre crédito extraordinário para que a segurança alimentar e nutricional seja atendida com mais ênfase nessa situação e para que se compre produtos oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2020).

Essa medida provisória foi resultado de pressão da agricultura familiar embasado pelo documento “PAA - comida saudável para o povo” apresentado em abril de 2020 e assinado por 877 organizações, movimentos sociais e redes. Configurando, assim, a reativação do PAA, além de solicitar novos projetos para combater a crise devido à pandemia, constando que muitos agricultores estavam perdendo sua produção e renda e ainda acarretando ameaças de insegurança alimentar (FUTEMMA, et al., 2020).

Embora o PAA tenha sofrido um corte no orçamento maior que o PNAE, ele passou também por troca de ministério. Até o ano de 2019 era de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, em 2020, foi realocado para o Ministério da Cidadania (MC) e apoiado pelo MAPA e o Ministério da Economia. Em vista da pandemia, a medida provisória liberou R\$ 220 milhões para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dos quais, R\$ 126 milhões foram para o PAA, que estava paralisado desde 2019, com 1088 projetos e uma estimativa de produção por meio dos agricultores familiares para a compra de R\$ 46 mil em alimentos através da Conab e 94 milhões para recepcionar novos projetos para 2020, tendo como prazo para inscrição até 17 de julho de 2020 (FUTEMMA et al., 2020^a).

Nesse sentido, reiteramos que o papel do Estado é imprescindível, visto que as políticas públicas são a âncora da produção agrícola no Brasil, principalmente dos agricultores familiares, fomentando as linhas de crédito agrícola (PRONAF) e de comercialização (PAA), pois se centram na escoação da produção de pequena escala. Para além disso, elas devem alicerçar integralmente esses indivíduos com políticas básicas de sobrevivência.

Sendo assim, além dos incentivos federais, notamos ainda a importância das prefeituras, por meio das políticas de apoio no engajamento às atividades rurais de pequena escala, visto que é quem está mais próximo a esses agricultores, podendo incentivar e facilitar essa interação.

Ainda que as políticas federais estejam sendo efetivadas em prol dos agricultores familiares, elas corroboram, muitas vezes, tardiamente e precariamente a demanda desses sujeitos durante a pandemia. Dessa maneira, o PNAE vem sofrendo uma redução de orçamento desde 2019 (ARAÚJO et al., 2019).

De acordo com Futemma et al. (2020^b), os números de projetos aprovados para a agricultura familiar sofreram uma queda e muitos contratos foram paralisados total ou parcialmente em março de 2020, visto que as aulas presenciais das escolas públicas foram também suspensas por conta da pandemia. Então, diante desse cenário, o PNAE lançou um edital para atender os alunos com maior vulnerabilidade, com a intenção de montar kits de alimentos a serem destinados às famílias desses alunos, com entrega nas escolas ou em suas residências.

A pandemia ressaltou que as políticas públicas podem garantir a relevância dos agricultores familiares, em relação ao seu protagonismo no abastecimento alimentar da sociedade, como enfatizou um dos entrevistados em relação ao PNAE como política de amparo:

Entrevistado 4:

O pessoal falava da entrega da merenda escolar, que deu uma mudança com a paralisação das aulas... no começo ficou tudo parado, depois o estado a cada 15 dias começou umas compras, o município também, mas específico, uma vez por mês... mas é... é mais difícil... o estado continuou a pegar... a gente achava ali no começo uma dificuldade tão grande, que parasse.

Assim, neste cenário, a agricultura familiar de forma organizada nos mostra que pode fomentar produtos básicos, contribuindo e auxiliando na gestão dos seus empreendimentos, principalmente em se tratando de associações e/ou cooperativas, garantindo a escoação da produção e o abastecimento alimentar, sobretudo, o local.

A demanda pelos produtos da agricultura familiar causa o fortalecimento da categoria, principalmente nesse momento de tantas incertezas. A categoria, nesse sentido, nos mostra que com os recursos disponíveis, podem ser mantenedores de uma produção significativa, sem que haja completa fragmentação dos mesmos. Dessa forma, as políticas deveriam priorizar mais ainda uma igualdade com o agronegócio ou para além disso, tornando a inclusão de mais agricultores familiares nesse segmento.

Nessa esfera, percebemos que as políticas voltadas para o meio agrário são geralmente direcionadas para o modelo agrícola industrial, que tem garantias de renda e propriedade e muitos agricultores presenciam a exclusão dentro dessa realidade. Porém, essas vias de produção do agronegócio acabam impactando o contexto socioambiental e econômico, com concentração de riquezas para uma minoria e mazelas para outros.

Logo, devemos ressaltar a importância da categoria da agricultura familiar como uma via que consegue viabilidade econômica, com responsabilidade socioambiental,

apontando que a gestão agrícola necessita de um apoio do Estado, o qual oferece meios para seu fortalecimento. Além disso, é necessário que se tenha uma compreensão dos agroecossistemas e articular nesse processo as discussões acerca de todas as dimensões de exploração agrícola que já são executadas e engajar novas possibilidades produtivas e de comercialização.

Em vista disso, as iniciativas de comercialização dessa categoria estão tendo resultados positivos, sendo individuais ou coletivas, como as entregas em domicílio, onde a FAO recomenda o comércio virtual para que se supere a pandemia e possa-se combater a escassez de alimentos (GALANAKIS, 2020). Isso se dá quando os produtores conseguem se organizar, pois já possuem uma estruturação dentro de sua organização e contam também com apoio institucional.

Devemos reconhecer que as análises acerca do cenário da agricultura familiar em contexto de pandemia são importantes, visto a obrigatoriedade de compras institucionais de produtos da agricultura familiar e, sobretudo, as políticas públicas necessárias e eficientes, enfatizando suas fragilidades no momento de crise. Ressaltando que a agricultura familiar é muito significativa nesse processo, visto a sua importância no abastecimento alimentar e enquanto movimento social.

Assim, outras formas de comercialização foram implementadas entre esses agricultores para escoar a produção, como a ideia da cesta de produtos com base agroecológica. Um dos entrevistados acentua esse processo de comercialização nesse contexto, observando a crescente procura por alimentos mais saudáveis, como forma de garantir a compra de produtos de qualidade, baseados na confiabilidade de produtores da região e com consumidores cientes de sua procedência, sendo, sobretudo, de uma produção ecológica.

Entrevistado 3:

Nós não fazia feira lá em casa, mas devido à pandemia nós começamos... e o pessoal da cidade começou a procurar produtos... começaram a se alimentar melhor devido à pandemia, porque aí... a pessoa bem alimentada, a imunidade tava alta, então... se pegasse era mais fácil de escapar, então assim... começou muita procura disso... nós até tinha uma ideia, já tinha comentado com as meninas da Universidade... começaram a puxar... vocês tem que fazer agora! ... aí que começou as cestas, mas viu que só lá em casa, nós não ia dá conta... chamamos o grupo, que aí... o grupo todo se organizou, que aí nós conseguimos fazer as cestas... mas a questão da comercialização melhorou bastante, a visibilidade dos produtos orgânicos é... aumentou bastante.

Um das mudanças ocorridas provenientes da pandemia em relação a escoação da produção foi o aumento de compras virtuais, seja através de aplicativos ou de plataformas digitais de compras *online* e “Feiras virtuais” (PREISS, 2020). Constatamos através dos sujeitos analisados, que essas novas iniciativas de comercialização têm movimentado as atividades de entrega e os meios como os agricultores ofertam seus produtos, bem como, tem reduzido os efeitos disruptivos da pandemia nos sistemas alimentares locais.

Com a criação de cestas com preços fixados ou até mesmo a montagem da cesta pelo cliente, sendo delineada a variação do preço neste caso, e a disponibilidade dos produtos ou kits que incluem alimentos específicos como frutas, grãos, legumes, hortaliças, laticínios, dentre outros, tem sido ofertado aos consumidores uma variedade em suas dietas. Os produtos são entregues individualmente na casa dos consumidores, em locais pré-estabelecidos, como as feiras e mercados locais que, aos poucos, estão retomando seu funcionamento ou os consumidores vão até os agricultores *in loco* realizar a compra. A crescente demanda por alimentos saudáveis, sobretudo orgânicos e de base agroecológica, tem configurado um aumento expressivo.

Conforme ressalta o entrevistado 4, questionado novamente sobre o alcance que a comercialização tem atingido, ele aponta que esse cenário, além de ter conseguido um aumento significativo até o momento, tem alcançado também outras localidades: “[...] As cestas estão vendendo bem... um centraliza... a gente leva os produtos... então, sai 35-40 cestas por semana... e esses dias começaram levar em Guarapuava[...]”.

É importante notar que os produtores que já estavam inseridos em sistemas alimentares locais, em associações, cooperativas ou em redes de comercialização direta apontaram menos adversidades em “migrar” para meios digitais de comercialização. De acordo com distintos estudos, a relação entre consumidor e agricultor é baseada, de modo geral, nas relações de confiabilidade instituída entre eles (CASSOL; SCHNEIDER, 2017). Essa nova dinâmica agora está sendo configurada para criar espaços virtuais de comercialização.

Diante disso, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor criou a plataforma “Comida de Verdade”, apoiado por organizações com o objetivo de expandir as iniciativas que comercializam produtos saudáveis em meio à pandemia. A ferramenta tem fins de apoiar a economia local, aproximando o agricultor do consumidor, visto que o usuário encontra iniciativas da agricultura familiar, além de produções de base agroecológica em todo o Brasil. A plataforma é uma grande via para informar a população

que, além dos grandes mercados, existem outras alternativas para encontrar alimentos mais saudáveis (IDEC, 2020).

Diante desse cenário, surgem novas redes alimentares que configuram canais curtos ecológicos de comercialização, nos quais a ação coletiva expressa de maneira crítica a expansão de uma mobilização para uma alimentação mais sustentável. Esses espaços constituem-se pela transformação social ao propor um âmbito agroalimentar mais justo, assim como outras vias de consumo, baseados na sustentabilidade.

À vista disso, podemos notar que os canais curtos de comercialização enfatizam as inter-relações na produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. Esses sujeitos focam em uma comercialização na proximidade espacial, como também nas vias organizativas e culturais por meio da informação, confiança e valores que giram em torno da qualidade regional com base ecológica. Essas relações são reguladas pela categoria, através de um distinto e variado balanço entre autonomia e cooperação, impulsionando o desenvolvimento rural sustentável.

Nessa articulação de uma produção e consumo com base na proximidade, confiança e sustentabilidade, por meio de cadeias curtas de comercialização, nota-se um impulso para os agricultores familiares e para o desenvolvimento rural, realçando a identificação e caracterização de medidas pelos governos, visto que é necessário fortalecer a atividade agrícola familiar, com medidas específicas para esses atores, marcados por diferentes contextos em todo o território brasileiro. As políticas existentes para esse âmbito estão sendo reconfiguradas com novas estratégias e uma atuação mais local, com o apoio de organizações que dão o suporte necessário.

Assim sendo, a questão da comercialização pela percepção dos agricultores através das cadeias curtas, teve um crescente aumento, onde os produtos orgânicos, mesmo em um contexto de pandemia, destacam-se na comercialização.

Entrevistado 1:

Eu acho assim que na comercialização... eu acho assim que até melhorou, se for olhar do ponto de vista de nós... nós paramos com a feira, nós fazia feira na cidade, em questão da pandemia, nos do grupo de risco não paramos um dia... mas daí começou aquela questão da oferta... um dos cooperados começou com a cesta, tivemos que entregar ali... (casa do cooperado)... trazer pra ele entregar ... ir nas casas, aconteceu por exemplo... muita gente vai pegar lá em casa... você ter uma coisa e oferece, e entregar lá na casa... então eu acho assim, no ponto de vista da comercialização pra quem produz, talvez pouco que nem nós... não chegou a afetar, eu acho até, se for olhar no ponto de vista da feira por exemplo..., a feira ia lá, ficava o dia inteiro, hoje se tu entregar R\$ 200,00 (valor em produtos da cooperativa) pro cooperado e sua esposa que faz aí a feira, é garantido, tu levar pra feira, tem vez que ele vendia

no geral ... vendia no geral R\$ 150,00, praticamente inviabilizava pra ir lá pra feira... é eu achei assim olhando o preço por esse lado, em termos de comercialização, eu acho... pode ser que outras pessoas pense diferente do que nós... mas nós pelos menos... eu acho que até melhorou.

Essas ações mostram que os agricultores se engajam na colaboração e no fomento ao escoamento de sua produção, sendo que produtos como hortaliças e frutas frescas mostraram aumento na demanda no período da pandemia. A Embrapa aponta em uma pesquisa nas quatro regiões do Brasil esse aumento no consumo, em todas as classes, sobretudo, nas classes média e alta e nas regiões sul e sudeste (NASCIMENTO et al., 2020).

4.3 A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS E REDES DE SOLIDARIEDADE

O cenário pandêmico evidenciou o quanto as parcerias institucionais com a agricultura familiar são fundamentais para o abastecimento alimentar local, mostrando a necessidade de apoio nesse contexto. Isso corroborou em estratégias de atuação local, sobretudo em parcerias com organizações que representam os agricultores.

Assim sendo, mostra-se uma face desses produtores em conjunto a essas parcerias, possibilitando a esses indivíduos e à sociedade uma importante capacidade institucional, ao responder às demandas sociais de forma apropriada, pretendendo, por um lado, garantir a estabilidade de renda de um grande contingente populacional que atua em atividades agrícolas e, por outro, minimizar as ameaças de desabastecimento alimentar ou até mesmo gerar alterações de preços dos produtos nesse contexto de crise.

Posto isto, destacamos que as parcerias foram fundamentais nesse momento. Nessa perspectiva os entrevistados salientam a importância das parcerias institucionais e o impulso que a categoria teve nesse processo, sendo que, por meio dessas articulações, tiveram o auxílio de conseguir escoar sua produção. E, além disso, conseguiram, através dessas parcerias, realizar a distribuição de cestas para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, como destaca o entrevistado 2:

Eu acho que das cestas foi duas ou três vezes feita, só o pessoal do assentamento, não teve nada a ver com a prefeitura, nada né... a gente ia entregar nos bairros né... e daí foi feito também aquela da venda, que a gente vendeu os produtos pro Ceagro... que foi parceria com a prefeitura.

Visto isso, notamos ainda que as parcerias institucionais estão colaborando para que a agricultura familiar mantenha seu protagonismo, sendo uma importante via para os agricultores, fortalecendo um dos princípios que engloba o cooperativismo, o ato de doar através da solidariedade, assim como aponta um dos entrevistados. Entrevistado 3 “[...] a parceria com o Ceagro, foi via fundação Banco do Brasil... e daí na verdade foi articulação, das prefeituras que articularam as famílias para fazer a distribuição isso daí[...]”.

Da mesma maneira, a percepção dos agricultores da crescente demanda de alimentos saudáveis, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade, como ressalta o entrevistado 4, mostrando dois bairros carentes, que puderam se articular escoando sua produção e garantindo alimentação aos mais carentes.

Entrevistado 4:

A primeira arrecadação foi só do grupo dos orgânicos aqui, que fizemos as entregas no Presidente Vargas, daí na outra semana, nós fizemos de todo o assentamento... e daí... a gente arrumou e fizemos as entregas no Presidente Vargas e São Miguel, dois bairros (bairros em Laranjeiras do Sul) e daí... a terceira vez que foi feito a distribuição via prefeitura.

Podemos enfatizar, ainda, a contribuição dos agricultores em muitas ações coletivas e parcerias, comercializando sua produção para entidades sociais, ou mesmo para o governo, com destino aos mais vulneráveis. Vale ressaltar que esses agricultores se engajam na colaboração, doando os produtos excedentes de sua produção diária, embora agricultores com maior vulnerabilidade tenham recebido doações de outros (ISA, 2020). Nesse sentido, essa atitude se configura como primordial nesse momento.

Cabe salientar uma das parcerias dentro desse âmbito, a da Fundação Banco do Brasil, por meio de suas agências locais e organizações como cooperativas e associações. Exemplos disso tem-se em Bragança Paulista (SP), onde a referida fundação comprou 90 toneladas da produção de uma cooperativa, com o objetivo de levantar cestas básicas e doar a entidades e famílias em situação de vulnerabilidade, como também no Baixo Amazonas (PA), em que, por meio de nota pública, 38 comunidades da região obtiveram cestas agroecológicas. Uma residente da Resex Tapajós - Arapiuns informou que esse gesto foi essencial para a sua produção durante a pandemia (FUTEMMA et al., 2020^c).

Neste desenho, uma das agricultoras ressalta a solidariedade na questão das distribuições das cestas e disponibilidade de preços mais acessíveis aos mais carentes,

frisando a importância como categoria e movimento social em busca de equidade social e políticas públicas diante das disparidades do sistema capitalista.

Entrevistado 5:

Eu acho que uma das coisas fortes, foi a questão da solidariedade dos assentamentos né... de produzir... parte dela foi também pra cesta, que foi doada, eu me lembro que essa questão de preço, no começo dava bastante trabalho... a primeira feira que nós começamos, desde sempre tinha essa discussão pelo valor do produto... a primeira feira num bairro que era considerado mais pobre... então nós queria entregar os produtos de qualidade, mais acessível... era a ideia do movimento... de ter o produto saudável, bom... mas que eles pudessem comer também... porque pra onde a gente vai o produto orgânico lá em cima (preço inacessível à população carente), ... não que ele não tenha que ser valorizado... mas pela questão do trabalho... mas por questão de justiça com o pobre, que aí... só os ricos podem comer.

Nesse contexto, muitos agricultores formaram uma rede de solidariedade, fornecendo seus produtos para as pessoas em situação de vulnerabilidade, como forma de escoar a produção, com a sociedade civil, os fundos bancários e empresários apoiando. Porém, milhares de agricultores do Brasil estão em situações muito difíceis. Enfatiza-se a falta de internet e o isolamento geográfico, assim como, a perda integral ou parcial de sua renda, onde engloba casos de insegurança alimentar, além da contração de Covid-19 e mortes. Logo, esta crise está mostrando uma outra face, como a escassez de saneamento básico e o acesso à água, sendo ela tratada e encanada como forma de manter a saúde desses atores (FUTEMMA et al., 2020^d).

Dessa forma salientamos que as entidades que representam esses agricultores estão empenhadas no desafio atual de abastecimento diante da economia que já estava enfrentando uma certa estagnação, para que se alicercem em estruturas que assegurem o estímulo à produção familiar, que por longos tempos estava sendo desmotivada frente ao agronegócio, mostrando que a crise do novo coronavírus atenuou certas dificuldades, sobretudo, a logística e a escoação da produção.

Todavia, o contexto da pandemia realça as particularidades de cada região, em relação à conjuntura política, social e econômica, mostrando que cada sujeito e suas organizações coletivas tiveram articulações distintas, mas que ressaltaram a importância das políticas e da solidariedade. Com isso, as implicações nesse âmbito frisam que os agricultores familiares, principalmente o grupo de orgânicos da COPERJUNHO, tiveram, no geral, a possibilidade de garantir a escoação de sua produção devido ao aumento da demanda de produtos ecológicos, baseados na confiabilidade e procedência desses

alimentos, como forma da população garantir a saúde e a valorização de produtos regionais.

Nos atentamos ao fato de que, a comercialização teve um salto relevante nas perspectivas dos produtores, salientando que as parcerias com outras instituições impulsionaram esse processo, assim como corroboraram na contribuição de doações de cestas básicas para a população carente do município. Dessa maneira, reforçando que o cunho organizativo desses indivíduos prevalece com grande relevância, mesmo em um período delicado, destacando que os agricultores se preocuparam com a acessibilidade dos preços e produtos e expansão da comercialização.

A crise do novo Coronavírus (COVID-19) mostrou a importância das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, visando fortalecer a categoria e o fomento ao abastecimento alimentar de grandes centros e à segurança alimentar, visto que podem estimular a compra de alimentos produzidos por esses atores por vias já existentes, adotando políticas de crédito que dão subsídios e prorrogação de prazos. Apontando, nesse sentido, que o desafio fundamental, atualmente, é garantir o abastecimento alimentar da sociedade, em meio a uma economia que já apresentava uma certa estagnação, articulando linhas de proteção a esses sujeitos, que assegurem sua continuidade e estimule a produção agrícola da categoria, que há muito tempo vem sendo desmontada.

Além de que possa garantir o acesso de alimentos aos mais necessitados, como distribuição de cestas básicas e que assegurem a segurança alimentar, assim como, instituir programas assistenciais de inclusão e monitorar a oferta e os preços de alimentos que garantam a prevenção de crise de abastecimento. Além disso, é importante reestruturar o meio rural com obras de saneamento e, sobretudo, promover as ações de Reforma Agrária, como forma de incentivar o sistema de segurança alimentar, nutricional e sustentável.

É preciso então, repensar a forma como se produz, processa e distribui os alimentos, visto que nesse momento, as fragilidades e vulnerabilidades se intensificaram. Como tentativa de frear o contexto, a sociedade em si se articula para planejar as vias de escape, como aponta Schneider et al., (2020^a, p.14):

O sistema alimentar que construímos e tal como o conhecemos atualmente é falho e vulnerável. Ele não é eficiente e sustentável pelo lado da oferta, pois muitos trabalhadores do setor de processamento foram infectados em seu ambiente de trabalho e muitos pequenos agricultores familiares não puderam vender seus produtos e manter os meios de vida de suas famílias. Pelo lado da

demanda, o sistema também mostra falhas, especialmente pelo fato de fazer chegar a comida quase que exclusivamente àqueles que podem pagar por ela. É preciso que os supermercados e as lojas de abastecimento tenham produtos para ofertar, mas acima de tudo é preciso não se esquecer de que aqueles cidadãos que não tem dispensa em casa não deixem de ter a garantia de acesso à alimentação.

Portanto, as perspectivas que a agricultura familiar e as políticas públicas voltadas a esses indivíduos apresentam um papel imprescindível, assim como as suas próprias estratégias diante da situação e as formas de como trabalhar cada particularidade, trazendo para a sociedade uma reflexão sobre as formas de produzir e distribuir os alimentos. Dessa maneira, o papel que a categoria da agricultura familiar traz dentro de um contexto cooperativista, pode se perceber uma alternativa de organização e cooperação para que a mesma mantenha sua importância em momentos assim e em outros momentos de adversidades que possam surgir.

5 O PAPEL DO COOPERATIVISMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo apresenta-se uma contextualização ampla sobre o papel do cooperativismo, os benefícios e interesses considerando as particularidades e necessidades de agricultores familiares. Assim como suas implicações, trazendo suas formas de se organizar em prol dos ganhos socioeconômicos a partir da inserção em cooperativas, bem como causar reflexões acerca dos processos organizativos e suas relações de contribuição para a agricultura familiar, trazendo também uma clareza de suas contradições no meio rural relacionadas aos impactos dessa inserção supracitada. Contudo, evidenciar também um ato político diante das negligências do Estado.

5.1 O ELO ENTRE COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR NA REESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

O cooperativismo se conceitua como cooperação e colaboração, tendo por objetivo desempenhar uma atividade econômica, com trabalho de força conjunta organizada, hierarquia transparente e solidária, além de fomentar o desenvolvimento sustentável, como um dos princípios que passou a valorizar a relação entre os associados e suas atividades, na busca de crescer coletivamente. Além disso, a sustentabilidade se relaciona ao cooperativismo em termos participativos e com um olhar responsável e comprometido mediante qualquer ação, sendo na gestão, no ambiente e na comunidade. Ressaltando que os cooperados são os próprios donos e usuários dos processos produtivos, onde competem e procuram vantagens no mercado contemporâneo.

Os espaços construídos na cooperação dos agricultores familiares tornam-se um elo educativo, visto que abrangem relações sociais e trocas de saberes, sendo uma construção e reinvenção de uma categoria de agricultores que se destaca ao longo de gerações. Desse modo, nessa intensa reconstrução como processo educador, as forças de reestruturação avançam, assim como as tecnologias que advém da lógica capitalista, submetendo a agricultura familiar a outros caminhos, englobando, sobretudo, as cooperativas (SCHONARDIE, 2009).

Através dessas nuances percebemos que o elo entre cooperativismo e a agricultura familiar traz um grande avanço para esse contexto, como as conquistas de mercado, linhas de crédito, educação, assistência técnica, certificações e, principalmente, a diminuição dos custos. No entanto, os avanços tecnológicos requerem mais flexibilidade, controle e qualidade no processo produtivo, onde as cooperativas oferecem essa possibilidade para pequenos agricultores se inserirem nesse processo. Andrade e Alves (2013, p. 1) nesse contexto salientam que:

Surge o pequeno agricultor familiar, na busca por fortalecer sua atividade produtiva, através do ingresso em associações e cooperativas. Uma vez que essa alternativa apresenta benefícios potenciais, como: o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros.

Andrade e Alves (2013, p. 5) também enfatizam que:

As cooperativas oferecem um meio pelo qual grupos desfavorecidos podem trabalhar juntos, compartilhar os riscos e resolver problemas comuns. O seu papel na agricultura tem sido reconhecido, por oferecer estabilidade e segurança para pequenos agricultores que lutam sozinhos para fazer frente à concorrência e mudanças no ambiente competitivo.

Desse modo, nessa crescente relação de união, se expande também uma via para acesso a mercados, tecnologias, informação e para a redução de custos. Assim sendo, essa colaboração entre os cooperados faz com que o trabalho possa ser realizado no mesmo local, onde podem realizar todas as etapas do processo produtivo (ENGEL et al., 2017).

Logo, nos atentamos ao fato de que a participação de agricultores familiares em cooperativas também exerce um papel de luta social, contra um sistema de submissão e exploração econômica, no qual, surge a necessidade de se fortalecer como categoria e tentar suprir os problemas de baixa produtividade, compartilhamento de conhecimento, implantação de sistemas agroecológicos e a união de forças para superar as dificuldades, fundamentadas nos princípios de solidariedade e democracia. Diante disso, para Abramovay (2000, p. 61) “[...] a participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada [...]”.

Além disso, ressalta-se que a sociedade cooperativa possui a complexidade nos diversos ramos que ela engloba, visto que possui quatro tipos principais: consumo, produção, crédito e trabalho. Os estudos destinados à sua compreensão destacam os pontos de vista econômico e sociopolítico, nos quais os países desenvolvidos estão em um âmbito mais econômico e nos subdesenvolvidos enfatiza-se, sobretudo, as questões sociais e políticas (BENECKE, 1980).

Percebemos então, que essa relação aponta uma sociedade que se estrutura pelo livre associativismo entre indivíduos que possuem os mesmos ideais e objetivos. Nesse sentido, os agricultores procuram se articular no predomínio de seus produtos no mercado, além de levantar discussões a respeito da inclusão social, apontando para o alcance de políticas públicas que fomentem essa questão. Assim, podem se engajar no fortalecimento das relações sociais e institucionais. Essas inter-relações da agricultura familiar estão relacionadas a um equilíbrio entre autonomia e cooperação, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

A partir desse encadeamento compreendemos que a criação de cooperativas por meio de agricultores familiares, apresenta a possibilidade de expandir o alcance na produção, políticas sociais, dentre outros, além de explorar de maneira coletiva, o aumento na renda e recursos tecnológicos, que se tornam um alicerce para suas atividades e contribuem em meios mais sustentáveis de produção. Podemos assim, reconhecer a relevância da categoria e seu modo de produção familiar frente a alguns problemas globais como fome e insustentabilidade

Por conseguinte, notamos que por meio desse processo de globalização e os grandes mercados acirrados, há uma segregação da grande maioria no sistema de produção. Pois adentrar nessas redes competitivas, convém garantir padrões exigidos por esses mercados, seja em termos de volume, condições de armazenamento, embalagens, custos, dentre outros. Logo, na agricultura familiar a organização em associações ou cooperativas é um elo importante para essas questões, que são articuladas entre dinâmicas sociais, políticas e econômicas.

Quanto aos resultados, os benefícios do cooperativismo são evidentes, quando utilizadas de forma correta algumas características. Dentre elas a possibilidade de melhorar o gerenciamento da cadeia agroalimentar como um todo, a concomitância de estratégias por meio de assembleias gerais com todos os associados, a transparência na troca de preços, além do maior contato entre os produtores da organização e os consumidores. Esses ganhos trazem mudanças no que diz respeito ao fortalecimento de

uma organização, mostrando-se como umas das principais vias para o fortalecimento da agricultura familiar, além de contribuir na inclusão social, desenvolvimento econômico e elevação da renda de seus cooperados. Isso mostra o quanto esses atores estão dispostos às mudanças necessárias, desde que não se desvinculem de sua essência organizativa que, em certa medida, perpassa em linhas sustentáveis (SANTOS; RIBEIRO, 2011).

Dessa forma, uma alternativa para esse processo global de grandes transformações, é a união coletiva para seus fins estratégicos, que podem selar alianças potentes e, por conseguinte, se fortalecer como organização social, se integrando em cada realidade local e, com isso, se adequar às mudanças necessárias. Sendo que, a categoria nos mostra ao longo do tempo, um fluxo contínuo de mudanças que ocorreram com influências abruptas e multifacetadas do modelo hegemônico.

Sendo assim, o cooperativismo é uma alternativa para que os agricultores possam constituir uma forma de agregar mais valor à sua produção, com a introdução de seus produtos nos mercados locais, regionais e globais. Dessa maneira, essas organizações sustentam relações que visam a confiança e a reciprocidade, promovendo o desenvolvimento econômico e local.

5.2 O COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL E OS CONTRASTES DOS EMPREENDIMENTOS DE AUTOGESTÃO

O cooperativismo é compreendido como instrumento que minimiza os entraves das atividades agrícolas. Assim, viabiliza o crescimento da renda e, posteriormente, possibilita efeitos diretos e indiretos em distintas atividades no campo, podendo contribuir com a dinâmica do sistema econômico, sendo essencial ao desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, está centralizado nas melhorias socioeconômicas, sobretudo para aqueles em que o nível do processo produtivo se configura em proporção reduzida.

Assim, na agricultura familiar podemos frisar que as relações no mercado capitalista são intrínsecas, visto as transformações estruturais ocorridas ao longo do tempo, frisando a forma dominante das experiências do regime sobre o espaço rural e conferindo, até os dias atuais, novos papéis aos pequenos produtores e à centralidade das organizações.

Em relação às mudanças enfrentadas pela categoria, podemos destacar, além da intensificação produtiva do atual modelo agrícola, a apropriação e/ou subordinação das unidades produtivas e dos recursos contidos nelas, por meio dos grandes mercados e das

tecnologias agrícolas disponíveis. Em contrapartida, o cooperativismo nos mostra a partir desse cenário como uma alavanca de possibilidades que pode contornar esse contexto, e garantir amplos espaços de crescimento comunitário.

Por esse lado vemos que, as cooperativas se sustentam em uma lógica de ganho econômico para seus cooperados. Com a pretensão de unir-se a uma cooperativa, os agricultores podem estar vinculados aos acessos que isso traz, como novos mercados, tecnologias, informação e redução de custos. Diante disso, vê-se a possibilidade de uma agricultura mais sustentável, por meio de sua organização coletiva, que incentiva a união nesse contexto e cria um movimento cooperativo de pequenos agricultores.

Assim, Costa et al. (2015, p. 4) aponta as cooperativas como uma via de organização coletiva que lhes presta algum tipo de serviço:

Já nas cooperativas, o capital integralizado pelos cooperados cria a expectativa que a cooperativa presta-lhes alguns serviços (compra, venda, trabalho, acesso a crédito, entre outros). Espera-se que a cooperativa lhes ofereça algum tipo de serviço que apoie suas atividades que, individualmente, teriam dificuldades em realizar.

Ressaltamos então, que o fortalecimento da agricultura familiar na gestão de uma organização cooperativa se baseia nas relações entre si e que estão ancoradas nas demandas sociais, econômicas, políticas, de produção, mercado e assistência técnica. Além disso, elas fortalecem o âmbito rural, meio no qual esses sujeitos estão constituídos, evidenciando, assim, as cooperativas como uma nova forma estratégica organizacional, assim como uma ferramenta que estimula a modernização dos segmentos do campo com educação e estrutura e, por conseguinte, reduzindo o êxodo rural.

Em contrapartida, de acordo com Martins (2014), o entendimento da agricultura familiar considerando a particularidade de sua incorporação na divisão social do trabalho, não elimina a inserção no mercado. Pelo contrário, ela relaciona-se com a forma equilibrada dessa inserção, organizando-se como uma economia de excedentes, visto que o que se concede ao mercado é produzido no sentido e no imaginário da exclusão e do receio aos impactos corrosivos e socialmente desordenados de sua dependência plena em relação ao Estado.

A partir dessa relação entre pequeno agricultor e Estado, podemos considerar que com os movimentos políticos e culturais às margens de uma sociedade capitalista, a importância da organização cooperativista de agricultores familiares segue sendo um processo de aprendizagem, de forma que adota critérios de igualdade, solidários e

democráticos. Dessa forma, pode-se incluir os aspectos da sustentabilidade por meio da Agroecologia como peça chave para a auto-organização, que se propõe em termos de união coletiva, através de trocas de experiências, ajuda mútua, entre outros, como uma forma de superar os entraves do campo.

Devemos enfatizar que, nesse processo, o alvo é o fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares, tornando-os críticos às questões agravantes da sua permanência no campo. Logo, a cooperação entre pessoas está na ação coletiva para que os mesmos possam conseguir melhores condições de trabalho, econômicas, sociais, morais e civis, através de sua força, prestando assim, serviços mútuos à sociedade e atuando como facilitadora das atividades de seus cooperados. Por isso, as cooperativas atuam como papel transformador no espaço rural, visto que agem de forma multifuncional, reduzindo o atraso e apresentando o contexto rural propício ao trabalho, à renda e, principalmente, à qualidade de vida.

No cooperativismo são diversos os meios para melhorias em seus empreendimentos. Nesse sentido, ele pode estender a eficiência em suas produções e, com isso, buscar custos mínimos e maior qualidade. Sendo assim, agricultores aderem às cooperativas, onde surgem trocas de ideias, apoio logístico e incentivos (VILPOUX, 2011). Segundo Altieri (2004), os incentivos são imprescindíveis para os agricultores, esperando que suas produções possam dar o retorno esperado. Nesse âmbito, as cooperativas seguem os princípios nos quais devem almejar e garantir a prestação de serviços a seus cooperados ao longo do tempo, visto que os excedentes de suas atividades devem ser distribuídos integralmente entre seus sócios.

Posto isso, reconhecemos que o cooperativismo é um mecanismo que fortalece a coletividade, ao promover a inserção econômica de pequenos agricultores no mercado e, assim, possibilita que a agricultura familiar se desenvolva, podendo garantir que suas necessidades econômicas e sociais sejam atendidas, sendo que o estabelecimento dos produtores no meio rural tende a ser uma das vantagens do campo.

Dessa maneira, o cooperativismo como organização social, evidencia resultados benéficos, visto que ocorre a redução em relação as receitas e maiores partes no mercado, onde a infraestrutura também se fortalece, com agricultores de bases sustentáveis obtendo participações em feiras agroecológicas, dentre outras políticas públicas (SANTOS; CÂNDIDO, 2013).

Assim, percebemos o cooperativismo como um dos elementos da economia solidária, que de forma autônoma conduz os recursos humanos e naturais para que as

desigualdades sociais possam ser minimizadas a médio e longo prazo, de maneira que seja repensado a relação com os excedentes e o trabalho gerado das atividades seja voltado a sociedade como um todo, e não somente a uma particularidade, assim maximizando o trabalho coletivo, composto por produtores autônomos que trabalham em conjunto através de cooperativas. Essas iniciativas baseadas em princípios de solidariedade, propriedade conjunta dos meios produtivos e participação coletiva das tomadas de decisão são distintos dos propósitos dos mercados capitalistas.

Conforme aponta Laskio (2006), a economia solidária surge para responder à incompetência da economia de mercado de garantir suprimento às necessidades básicas da população, sobretudo desde a implantação de modelos neoliberais no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Todavia, tem-se a necessidade de saber se esses empreendimentos atingem o sustento ao longo do tempo, em meio a mercados capitalistas, sem se desvincular dos seus objetivos e princípios. Essa apreensão está fundamentada na observação de cooperativas que pelo fato de acumular capital e inovar, passaram a centralizar sua administração ou transformaram-se em empresas capitalistas.

Além disso, temos percepção sobre a problemática da falta de recursos. Ela assume diversos aspectos nas cooperativas, associações e empresas autogestionárias. Assim, a economia solidária surge para conseguir dar conta da sucessão de indivíduos oriundos dos mercados capitalistas que se pautam na preocupação de redução de custos e aumento dos lucros. Ela então se caracteriza pela forma de trabalho associado, de produção, comercialização e prestação de serviços. Os empreendimentos desse modo, são pertencentes aos seus trabalhadores, sendo à eles cabível a tomada de decisão, visto que, a propriedade conjunta dos meios produtivos não possui de maneira predominante, trabalho assalariado.

Observamos então que nesse cenário, a força de impulso dentro da economia solidária são as sobras, elas são divididas entre os trabalhadores ou investidas no próprio empreendimento, ou ainda, quando acordado em assembleia geral. O diferencial entre os lucros dos empreendimentos capitalistas e as sobras da economia solidária, está na apropriação coletiva, visto a remuneração e decisão conjunta quanto ao destino das mesmas para o investimento na organização.

No entanto, as organizações de economia solidária estão, assim como os empreendimentos capitalistas, submetidas à concorrência, sendo na compra de insumos, matéria-prima, ferramentas, dentre outros, além de comercializar seus produtos, assim como os empreendimentos capitalistas. Nesse sentido, seria difícil que a compra e a venda

fossem destinadas somente para outros empreendimentos solidários, visto que o modo de produção dominante é capitalista (LASKIO, 2006^a). Esse contexto aponta que, apesar de que funcionem de maneira distinta, elas mantêm-se dentro capitalismo, sendo sujeitas às mesmas circunstâncias que os demais.

Contudo, devemos considerar também que os empreendimentos da economia solidária geralmente não conseguem acumular, constituídos de uma pequena fração monetária, iniciando suas atividades com pouco e equipamentos muitas vezes obsoletos. Logo, a autogestão fica comprometida pelos mínimos recursos. A autogestão também se fragiliza pelo próprio mercado, com a produção de produtos em qualidade e quantidade desejada pelo mercado, ou seja, de certa maneira esses sujeitos perdem sua autonomia. Posto isto, a decisão em relação à produção estaria cabível aos próprios cooperados, contudo, estão submissos às ordens do mercado, nesse sentido esses indivíduos enfatizam que “o cliente é o nosso patrão” (LASKIO, 2006^b).

Conforme Luxemburgo (2002), a cooperativa não realiza todos os processos de concorrência que o mercado requer, tal como os empreendimentos capitalistas. Por essa contradição, a cooperativa perde sua característica, transformando-se em uma empresa capitalista, ou quando os interesses dos cooperados são mais importantes, essa incoerência se atribui a uma produção socialista, sendo a troca capitalista. Sobre isso, Luxemburgo (2002, p.7) salienta que:

As cooperativas e sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve.

Nesses aspectos, notamos que a economia solidária mostra seus impactos e contradições, ainda que as relações sejam coletivas, fora desse contexto, o padrão é capitalista no qual é dominante. Os cooperados devem se adequar ao sistema e tentar

regular sua produtividade e sua média de produção para que esses indivíduos possam obter sua estabilidade e outros caminhos viáveis a sua permanência nesse contexto.

Esse cenário que os autores explanam não tem o cunho de evidenciar que a economia solidária é inviável aos empreendimentos cooperativistas, pelo contrário, traz uma clareza a esses problemas, como forma de encontrar maneiras que viabilizem esses empreendimentos de autogestão. Mostrando nesse sentido, as distintas faces desse contexto, apontando que na lógica capitalista parece estar elucidado simultaneamente “libertação ou opressão?”, dependendo de como se põe em prática, o que representa que por si só o cooperativismo não diz ou dá significado a isso, nos fazendo refletir que a democracia e os processos de autogestão estão na prática de cooperação.

Portanto, a relação entre agricultores familiares e mercados é permeada por indagações de ordem simbólica que se referem, de modo mais amplo, às suas articulações de reprodução social, não sendo possível desprezar a dimensão econômica mencionada na produção e comercialização de seus bens e serviços. Diante disso, as organizações cooperativas, da mesma forma em que retrata a resistência dos produtores que através da ação coletiva, procuram acessar mercados de maneira mais autônoma, traz sob sua responsabilidade diversos desafios para além da gestão de suas unidades produtivas familiares.

5.3 RELAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO E IMPLICAÇÕES DO COOPERATIVISMO PARA AGRICULTORES FAMILIARES

As cooperativas da agricultura familiar, para alcançar seu papel de assegurar melhores condições de acesso aos mercados para seus cooperados, necessitam, em algum grau, se adequar às normas de funcionamento do processo de comercialização, possibilitando estratégias com todos os processos da cadeia produtiva.

Reiteramos assim, que o cooperativismo surge então, num contexto de relações de predomínio entre interesses coletivos e sujeito à implicações. O motivo principal para constituição de uma cooperativa é delimitar o impacto de fatores externos nos negócios pessoais de cada cooperado, agindo como um condutor para o empreendimento coletivo ou como veículo para promover e apoiar a compra e venda de seus produtos.

Apesar de as cooperativas terem surgido como um mecanismo de resistência ao modelo econômico capitalista, elas necessitam se ajustar a estes mesmos segmentos para sobreviverem. Tal contexto se expande à medida em que se amplia a pressão

concorrencial, como é o caso de outras organizações convencionais. Essas cadeias de produção de alta competitividade têm a vantagem em se tratando de infraestrutura, que acabam inviabilizando as organizações cooperativas. Sendo assim, muitos estudos apontam que o cooperativismo pode favorecer consequências que se referem às suas relações frente ao mercado, sugerindo-se adotar estratégias que se assemelhem com empresas privadas (SCHULTZ; SILVA, 2017).

O mesmo autor ressalta, nesse sentido, que parte das cooperativas atuam como mecanismo de agregação de valor através da agroindustrialização da produção, porém, a maioria cumpre o papel de intermediário na comercialização da produção dos cooperados. Algumas, um tanto mais estruturadas, prestam serviços aos cooperados através de supermercados, fornecimento de insumos, assistência técnica, dentre outros.

De maneira geral, o mesmo autor ainda salienta que a produção das cooperativas retrata a diversidade do que os agricultores produzem, sendo que uma menor parcela desses cooperados se especializa em uma cadeia produtiva. A produção *in natura* é o carro-chefe da comercialização nas cooperativas, sendo responsável por uma significativa parte do que é processado/beneficiado no contexto da agricultura familiar.

Essa narrativa nos mostra que a constante evolução do cooperativismo evidencia resultados significativos que refletem o grande empenho da gestão, governança, capacitação e profissionalismo de seus cooperados. Essa união pode gerar uma economia regional, além de criar condições de concorrência com outros setores. Indicando que o cooperativismo pode contribuir para um desenvolvimento local, como também de ordem mais ampla, unindo outras cooperativas em centrais e federações.

No que diz respeito às centrais de cooperativas, conforme o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (2016), a constituição é de, no mínimo, três cooperativas singulares, aquelas que atendem diretamente os associados. Logo, as centrais visam organizar, em conjunto e maior proporção, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integralizando e instruindo as atividades, assim como a aplicação mútua dos serviços.

Elas refletem um movimento crescente, pois este sistema representa 46% das cooperativas de crédito brasileiras, estando presente em 15 unidades federais e no Distrito Federal, bem como, possui um perfil variado de cooperados, o qual pode ter uma estimável consideração no contexto nacional (Bressan et al., 2015) e agregam um grande número de agricultores familiares, para estratégias de comercialização, além de estabelecimento de preços de produtos agrícolas em âmbito regional. Apenas as

cooperativas centrais de crédito são reconhecidas como instituições financeiras pelo Sistema Financeiro Nacional - SFN (CARDOSO, 2014).

É imprescindível ressaltarmos que as cooperativas, como sociedades de pessoas, se diferenciam das outras empresas. Em uma sociedade de capital não importam os indivíduos que irão integrar-se, desde que forneçam o capital. Já no cooperativismo a relação entre as pessoas é importantíssima para assegurar a administração e as operações, além dos interesses dos seus sócios.

Isso é promissor, visto que o seu papel na agricultura está sendo reconhecido, pois assegura maior segurança para pequenos agricultores, que lutam, muitas vezes, individualmente com a concorrência e mudanças no mercado competitivo, considerando que podem se articular coletivamente como categoria.

Costa et al. (2015, p. 5) nesse sentido, ressalta que:

As operações que as cooperativas estabelecem com seus cooperados são compreendidas como transferência de mercadorias/recursos e não como atividades mercantis. O objetivo destas operações não é trazer benefícios para as cooperativas em detrimento ao trabalho dos cooperados e, sim, buscar atender aos interesses e necessidades de seus cooperados transferindo-lhes as sobras obtidas (ou dando-lhes a oportunidade de decidir em assembleia o que será feito das mesmas).

A produção familiar, além do seu enfoque ser voltado à cooperação, traz também uma agricultura mais ecológica, sendo está apontada por Abreu (2005) por abranger uma variedade de modos de produção, dentre elas salienta-se a agricultura natural, biodinâmica, regenerativa, orgânica, permacultura e agroflorestas.

Reconhecemos então, nesse quadro do sistema produtivo familiar a agregação de valor não só no processo produtivo, como também na articulação mais próxima com o consumidor, produzindo alimentos mais saudáveis ao mercado local e, com isso, aumentando a produção desses produtores e melhorias de vida para a região com o trabalho familiar e as relações com os recursos naturais e a conjuntura econômica menos destrutivas.

Através da Lei nº 11.947/09, 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda escolar precisa ser destinado à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e suas organizações, enaltecendo os assentados da Reforma Agrária e de comunidades tradicionais. Para integrar-se nessa política, os agricultores familiares devem estar agrupados em associações ou cooperativas, nas quais 70% dos seus sócios precisam ter a Declaração de

Aptidão ao Pronaf (DAP) e 55% da sua produção seja desses sócios (COSTA, et al., 2015^a).

Em dias atuais, a criação de políticas públicas que apoiam a comercialização foi responsável por induzir a criação de cooperativas, associações, consórcios, redes e outros segmentos organizativos de âmbito coletivo que representassem a diversidade no contexto da agricultura familiar. Tais arranjos, embora tenham ganhado estímulo a partir das políticas, são desafiadores para a categoria da agricultura familiar, principalmente na gestão desses empreendimentos, o que, em certo grau, impossibilita o acesso aos programas institucionais, pois estes, mesmo que projetam as especificidades a cada realidade, ainda seguem a lógica do mercado dominante (SCHULTZ; SILVA, 2017^a).

Portanto, podemos considerar que a participação da agricultura familiar mostra-se eficiente para pequenos agricultores, que buscam crescimento e desenvolvimento em suas produções e relações político-econômicas e sociais. Sobretudo, quando atuam como elo na atuação do Estado em benefícios de suas regiões, como também se ancoram em uma conjuntura coletiva que se harmonize com a natureza, mostrando que pode-se ter uma agricultura sustentável além de rentável.

6 AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS VIAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Neste capítulo apresenta-se a agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável por meio de práticas que auxiliam esse contexto, abordando também reflexões inerentes ao cenário da agricultura, salientando respeito à resiliência dos recursos naturais e, sobretudo, aos aspectos socioculturais desses atores e suas particularidades locais, como forma de minimizar o êxodo rural. Ressaltar os aspectos que os impulsionam e os que ainda afetam nesse âmbito, falando das dificuldades e perspectivas e os segmentos para alcançar a sustentabilidade, para, assim, garantir a manutenção das gerações presentes e futuras, bem como, salientar o cenário atual das políticas públicas. Além de uma breve reflexão final sobre os aspectos de Cooperativismo e Reforma Agrária voltadas à organização estudada COPERJUNHO, como umas das vias para o desenvolvimento a partir de sua atuação no meio rural.

6.1 A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Nos últimos cinco séculos a sociedade presenciou o modo do sistema capitalista como forma de organizar o sistema produtivo, no qual a produção teve sua expansão econômica a partir do capitalismo comercial na Europa. Nesse sentido, o colonialismo foi um viés para que esse sistema capitalista avançasse e dominasse novos locais, expulsando as populações nativas de seus territórios e se apropriando das riquezas naturais, como minerais e produtos agrícolas, aumentando o poder econômico e político dos países colonizadores (PASQUALOTTO et al. 2019).

Sendo assim, o capitalismo industrial, a partir do século XVIII, começou a introdução dos meios fabris para aumentar a produtividade no sistema produtivo. Nesse momento, o surgimento das máquinas e da indústria química reforçou o propósito do sistema capitalista. Desse modo, o que se mostra nas últimas décadas do século XX é que o domínio capitalista chegou em sua fase atual através da dominação do capital financeiro como via principal de acumular e se multiplicar enquanto sistema (MAZOYER; ROUDART, 2010).

No processo de expansão tecnológica na agricultura, observou-se que este cenário procura melhorias de suas práticas, como forma de produção acentuada. Dessa forma, a

sociedade capitalista se empenhou na construção de conhecimento que possibilitasse à humanidade melhores condições tecnológicas ao sistema de produção agrícola, como também, que houvesse uma redução das restrições ambientais para esta atividade, ou seja, contrariando leis ambientais, procurando formas de expandir meios agrícolas convencionais.

Diante desse quadro, podemos observar que esse processo de expansão agrícola estava fundamentada em intervenções antrópicas sem limites, em busca somente das dimensões quantificáveis, direcionadas a geração de bens, mercadorias e serviços, com isolamento evidente das dinâmicas ambientais e sociais, que ainda se propaga até os dias atuais, por meio de uma massiva reestruturação produtiva que apoderou-se das formas de intensificação agrícola baseadas nos recursos naturais e no trabalho.

Assim, através dessa estrutura de artificializar o ambiente natural, os alimentos ganharam uma outra face, de serem padronizados e atribuídos a uma qualidade “suspeita”, como os produtos que se tem apreensão desfavorável em relação a sua qualidade, que enfatizam padrões nutricionais, podendo prejudicar a saúde humana de imediato ou a longo prazo.

Através de enfoque reducionista, notamos que essas transformações configuraram grandes mudanças na agricultura mundial e o domínio do capital também enfrentou avanços e crises que, de certa forma, recaíram sobre a exploração dos trabalhadores, assim como instigaram esses atores a uma resistência popular e a lutas sociais, como busca de melhores condições de vida, podendo afetar a sustentabilidade dos ecossistemas.

Segundo Gorender (1994), a organização da produção agrícola nos países mais pobres estava fomentada através das grandes propriedades rurais, as quais tinham uma produção destinada às metrópoles coloniais, que também usavam mão-de-obra escrava, sobretudo dos povos africanos, além de outros meios de exploração de trabalho nativo. Sendo assim, esse sistema perdurou por mais de quatro séculos, sendo denominado como uma fase de capitalismo comercial (acumulação primitiva de capital).

A revolução agrícola (séculos XVIII e XIX) disseminou o sistema de rotação conhecido como Norfolk, processo que se originou no condado britânico de mesmo nome, caracterizando-se por inovações na agricultura por meio de tecnologias, como rotação de culturas e integração de atividades de produção animal e vegetal, que procuravam respeitar os recursos naturais, tentando superar os limites ecológicos e compreender as próprias leis da natureza. Embora a expansão da química agrícola a partir do século XIX

tenha sua lógica direcionada para um caminho, no qual as questões ecológicas não seriam necessárias (ASSIS, 2006).

Dessa maneira, as questões ecológicas básicas da gestão dos recursos naturais passaram a ser tratadas como desnecessárias em relação as práticas agrícolas, com uma postura agressiva aos recursos naturais e à qualidade de vida da sociedade. Para que se tivesse isso, uma agricultura moderna era necessária, visto a expansão rápida desse segmento e, conseqüentemente, os lucros exorbitantes evidenciados dentro do contexto capitalista. Entretanto, essa situação poderia ser amenizada com algumas práticas conservacionistas, como forma de diminuir a aceleração do modelo industrial (ROMEIRO, 1996).

O que vemos nesse contexto, são limitações de um padrão agrícola que domina apenas aspectos da dimensão econômica e que são passíveis de serem modelados, negando os entraves decorrentes dessas intervenções, apontando os problemas ambientais e sociais apenas como falhas do mercado, bem como parecem ser encarados como custos. Além do que, nesse estágio de desenvolvimento promovido pelas práticas reducionistas, mostram um acréscimo na produção que gera um nível de bem-estar superior aos sujeitos.

Contudo, pontuamos que a maximização desse âmbito não significa sustentabilidade ambiental, tampouco responsabilidade social, assim como o crescimento econômico não representa desenvolvimento, quando não está sendo alocado a eficiência dos recursos disponíveis e dos bens públicos para a sociedade.

Nessa concepção moderna, a agricultura, além da pesquisa e o desenvolvimento dos sistemas produtivos, foi configurada como pacotes tecnológicos, incluindo insumos químicos, maquinários, entre outros, que acabam substituindo produtos naturais, levando muitas vezes ao desaparecimento dos mesmos, com o objetivo de expandir os rendimentos da produção agrícola, causando desvantagens ecológicas aos recursos naturais.

Por conseguinte, as mudanças ocorridas em prol da Revolução Industrial na Europa fizeram com que o capitalismo industrial se estruturasse no Brasil no século XX, avançando sobre a agricultura. Dessa forma, esse período enfatiza a lógica de acumulação e a carência do capital se expandiu, impondo novas mudanças, tanto na forma do sistema produtivo, quanto na exploração do trabalho na agricultura (ABRAMOVAY, 1992).

No entanto, as discussões sobre o processo de modernização da agricultura e seus impactos na agricultura familiar tem a importância referente a novos meios de propor o desenvolvimento rural sustentável, à medida que esses sujeitos evidenciam meios de vida

peculiares. Nesse sentido, essa categoria tem acesso e expande seus conhecimentos, sua organização e suas formas de produção, com suas tecnologias não relacionadas aos modelos homogêneos agrícolas.

De acordo com Assis (2006^a), com as crescentes críticas sociais desse novo âmbito, a difusão de estratégias socioprodutivas alavancou o Brasil e outros países subdesenvolvidos com a questão da produção familiar, o que seria apropriado em relação às novas tecnologias. A Revolução Verde¹⁰ trouxe então o cerne tecnológico com variedades de sementes modificadas, agroquímicos e irrigação, embora fosse vista de forma neutra no âmbito técnico.

Dessa forma, os países mais desenvolvidos, sendo os que possuem maior poder aquisitivo e dominam grandes mercados no mundo, se encarregaram de expandir os investimentos necessários para a obtenção dos pacotes tecnológicos, levando os países pobres a serem disputados por seus recursos naturais e outros meios disponíveis. Reconhecemos nesta atitude do capitalismo o predomínio da eficiência econômica do mercado, regulado pela exploração dos recursos naturais.

O que se configura, nesse caso, é a pouca participação de agricultores familiares por uma certa barreira que se estabelece, quando esses sujeitos não possuem informações e outras garantias suficientes, até mesmo dificuldade em se adequar aos requisitos institucionais, visto que, em sua maioria, grandes produtores alcançam esses recursos por ter o aparato necessário, ou seja, garantias monetárias. Isso, de certa forma, atinge o pequeno agricultor em sua realidade produtiva, o que pode dificultar a sua permanência no campo.

Então, as agências internacionais de pesquisa agropecuária tiveram que modificar as suas atitudes. Além disso, em muitos casos ocorreu uma subordinação da agricultura, sobretudo a convencional, à indústria, visto que a estruturação da lógica do capital está direcionada ao lucro e à produção de alimentos, configurados em *commodities*¹¹,

¹⁰ Revolução Verde foi um conjunto de inovações e pacotes tecnológicos empregados na produção agrícola com o intuito de aumentar a produtividade e os lucros, por meio da implantação de monoculturas e da produção de insumos químicos e sementes híbridas que marcou o Brasil na década de 70 e se estende até os dias atuais.

¹¹ *Commodities* se configura com um bem ou produto primário padronizado que possui grande valor agregado no mercado, sobretudo, internacional, com estratégias de comercialização e expansão territorial.

almejando o mercado interno e, sobretudo, o mercado externo, com as grandes exportações.

A partir disso, constatamos que os ecossistemas agrícolas começaram a ganhar alternativas que favorecessem um âmbito agrícola, o qual, se tornava mais tecnológico e acirrado, fortalecendo as grandes corporações, com a incrementação de variedades resistentes à seca, a doenças, à fertilidade baixa, etc. Embora essa nova direção não tenha se desprendido dos pilares básicos da Revolução Verde, com a simplificação do ambiente, com a introdução das monoculturas e dentro de um padrão rígido para expandir a produtividade, evidencia-se a relação de perda da qualidade e da produtividade em uma visão de desenvolvimento sustentável.

Nessa concepção de desenvolvimento sustentável, devemos lembrar seu verdadeiro enfoque, que se embasa nas melhorias de qualidade de vida de cada indivíduo no presente e futuro, em que o nível de uso dos ecossistemas não exceda sua capacidade regenerativa e assimiladora do ambiente natural. A agricultura familiar nesse desenho, atribui uma racionalidade no uso dos recursos disponíveis, sendo preciso atingir o maior efeito possível com uma dada quantia desses elementos, sem que ocorra uma degradação das suas qualidades.

Contrapondo esse contexto, conforme Assis (2006^b) surgiram no Brasil e no mundo, movimentos que se opuseram a essa nova configuração de agricultura, um modelo de agricultura alternativa, enfrentando o modelo agrícola industrial, que deteriorava os conhecimentos tradicionais e a base social dos sistemas produtivos. Daí por diante esses movimentos buscaram romper com as monoculturas e a dependência de insumos externos. Desse modo, a intensificação das interações ecológicas e sua essencialidade para o redesenho dos sistemas de produção, começaram a se tornar pautas importantes no âmbito agrícola.

Através desses movimentos, surgem distintas correntes que começaram a protagonizar um diferencial no contexto em que se estava, no qual, essas novas possibilidades abriram um novo caminho, sendo que esses sistemas estavam apresentando resultados satisfatórios no âmbito ecológico, econômico e social (DAROLT, 2000).

6.2 AS IMPLICAÇÕES DA HEGEMONIA MODERNA AGRÍCOLA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Em um cenário no qual a modernização da agricultura modificou as relações sociais, econômicas e políticas, as consequências desse segmento acabaram deixando marcas de desigualdades. Todavia, acarretaram movimentações populares e pressões frente ao Estado e, de certa maneira, ajudaram na sua permanência no meio rural, alavancando pautas em prol de seus direitos. Assim, as políticas que vieram como fortalecimento para os agricultores, estão, aos poucos, reestruturando essa conjuntura. No entanto, ainda são insuficientes, atingindo em grande maioria, as faces mais vulneráveis desse contexto.

Conforme o IBGE (2017) aponta que das propriedades rurais no Brasil, 77% desses estabelecimentos, ou seja, 3,9 milhões são da agricultura familiar, representando 23% da área total agricultáveis do país. Evidenciando que as informações do censo de 2017, são fundamentais para a categoria, salientando que R\$ 107 bilhões provêm desse âmbito produtivo, correspondendo a 23% de todo processo produtivo agropecuário do país. Além disso, o setor emprega mais de 10 milhões de pessoas, representando 67% dos sujeitos no meio rural.

Além disso, a agricultura familiar foi amparada através da lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhecendo a importância do setor e, assim, promovendo a articulação de políticas públicas para o fortalecimento desse âmbito, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (SARAIVA, et al. 2013).

Embora tenhamos observado a agricultura familiar brasileira sendo destacada através de reflexões, debates, estudos e práticas, por evidenciar sua importância socioeconômica para o desenvolvimento do país, a categoria foi deixada de lado em relação à modernização da agricultura. Ou seja, os interesses econômicos e a conjuntura política fez com que a agricultura familiar perdesse sua relevância em um cenário, o qual, evidenciava um grande fomento aos pacotes tecnológicos, e prevaleciam os grandes produtores de monoculturas, que tinham o alcance e o alicerce financeiro de inclusão nas vias de produção em grande escala.

Isso atingiu, sobretudo, os pequenos agricultores, que não possuíam grande capital financeiro e estrutura social para se igualar aos grandes protagonistas do agronegócio, se estendendo até os dias atuais (XAVIER; MOLINA; ZOBY; TORRES; GASTAL, 2009). Esse quadro nos mostra, o quão o atual sistema agrícola está motivado na maximização do crescimento econômico e no domínio das dinâmicas tecnológicas no campo, em

detrimento de alternativas sustentáveis, que em sua maioria seguem bases agroecológicas, no qual os agricultores familiares vêm abordando ao longo do tempo.

Essas alternativas socioprodutivas que integram os aspectos econômicos, sociais e ambientais, estão sendo capazes de tratar as interdependências de um ambiente que vem se complexificando cada vez mais.

Assim, Dellânora (2020, p. 2) salienta os impactos da modernização tecnológica no âmbito rural:

Com relação à modernização do campo, é importante salientar que esta ocorreu de forma contraditória, pois não houve uma integração homogênea entre as distintas regiões, propriedades e os agricultores. A integração dos espaços rurais a este processo ocorreu de acordo com as vantagens que tinha a oferecer para a materialização do sistema capitalista.

Essa tendência de modernização da agricultura colabora e possui o foco na expansão da economia, com o alvo nas exportações, na implantação e no fortalecimento das *commodities* no mercado. Isso impulsiona o incremento de métodos produtivistas e incentiva abertura de novas áreas de terras para cultivo, embora não haja a necessidade dessas ações, onde as áreas em uso já são suficientes e que intensificam a degradação dos recursos naturais.

O que vemos nesse cenário é uma dominação econômica, social e política decorrente dos processos e transformações das atividades agrícolas, que foram reestruturadas e desenvolvidas pela inclusão da tecnologia, ciência e informação, desencadeando um novo modelo técnico rural.

Podemos apontar a partir desse desenho, que essas intensas mudanças na agricultura intensificaram a concentração de terra e de renda, acarretando privilégios de segmentos sociais, áreas, produtos, como também, problemas sociais notórios para a agricultura familiar, identificando as desigualdades dessas significativas alterações. A modernização agrícola mantém a hegemonia da concentração fundiária com a exploração das oligarquias rurais, alterando a estrutura da produção agrícola no incremento da produtividade e rentabilidade.

Conforme Elias (2013, p.19), historicamente, a estrutura social da agricultura familiar teve seus entraves: “[...] a reestruturação da agricultura brasileira foi socialmente excludente, pelo fato de só ter vingado com amparo financeiro e com regulação geral do Estado, mas com pesado ônus à maior parte da sociedade [...]”.

Sendo assim, percebemos o que se institucionalizou na sociedade é visto como um mundo mecânico, ou seja, funcionando de forma automática no contexto agrícola, sem que os pequenos agricultores possam interferir nas decisões políticas, sociais e econômicas que, de certa forma, recaem sobre esses sujeitos, de maneira que não se sentem muitas vezes contemplados com os recursos estatais promovidos.

Além de que, essas políticas poderiam oferecer a possibilidade de crescimento e contribuir na sua expansão e para o desenvolvimento rural sustentável. Visto que, o desenho atual do contexto agrícola, nos mostra uma agricultura que se tornou industrial e que funciona dentro de um mercado regulado e estruturado por grandes corporações.

Logo, são estabelecidos meios precisos, regulares e previsíveis, no qual essa forma de entender o meio rural como uma máquina de produção de alimentos se consagrou sob um olhar mais tecnológico, tendo o mercado como gerador de inovação. Esses processos de transformação de base técnica, culminam em uma subordinação do meio rural ao capital que, de modo gradativo, tem as condições necessárias e propícias para uma produção altamente mecanizada e com tecnologia de ponta que visa os grandes mercados (MARQUES, 2011).

Observamos que através dos altos investimentos em pesquisas que instituem inovações agrícolas, como os pacotes tecnológicos em prol de uma agricultura totalmente mecanizada, o modelo agrícola hegemônico continua a lucrar sem se importar com os problemas que surgem para a agricultura familiar, a qual não consegue acompanhar o ritmo de um mercado que estabelece padrões institucionais, corroborando em regras que visam uma produção uniforme e que atenda ao mercado exportador.

Vemos então, nessa matriz de intensificação produtiva e reestruturação dos processos de produção, na qual tornou-se o núcleo de um sistema que reduz cada vez mais subsídios para os pequenos agricultores, ocorre também ao mesmo tempo, uma adaptação da categoria ao delinear um processo constante de construção, aperfeiçoamento, expansão e defesa de uma base de recursos autocontrolados, sendo a natureza e seus elementos as partes essenciais nessa dinâmica.

Com isso, apesar dos grandes entraves que a agricultura familiar enfrentou e ainda enfrenta, ela carrega em si a responsabilidade de manter um ambiente socialmente justo, além de trabalhar com os recursos naturais de forma limpa e respeitosa. Trata-se de uma agricultura tradicional, configurada com uma pequena propriedade para o autoconsumo e que não possui acesso aos processos de modernização, sendo dependente dos recursos naturais, utilizados de forma manejada, sem degradá-los.

É importante ressaltarmos também que as conquistas de políticas públicas são notórias, embora ainda sejam mínimas, mas que lhe trouxeram uma grande visibilidade, fortalecendo o desenvolvimento rural. Assim “[...] o agricultor familiar não desapareceu com a integração do capitalismo na agricultura, ao contrário, ele se recriou e adaptou-se, estabelecendo novas formas de produção e reprodução social[...]” (GODOY; WIZNIEWSKY (2016, p.2). O modelo hegemônico agrícola não fez desaparecer o modo familiar de produção, ele se adaptou às mudanças ocasionadas por essa forma de agricultura.

Nesse contexto, muitos desafios ainda devem ser enfrentados, visto que a organização social, a gestão dos sistemas produtivos e os acessos a mercados (comercialização) são a tríade desses atores, além do gerenciamento e da tomada de decisão que são essenciais, acontecendo de maneira muitas vezes desestruturada e baseadas no senso comum desses agricultores, visto que poucos possuem alguma qualificação profissional, contudo, não subestimando seus conhecimentos.

Os impactos causados com a modernização agrícola não integraram os produtores como parte essencial desse processo, o que ainda restringe sua capacidade de competir com os grandes mercados e minimiza sua renda. Sob esse prisma, reconhecemos os limites estreitos reducionistas desse contexto, que tem se mostrado incompatível com os entraves não solucionados dos aspectos de planejamento e gestão no meio agrário.

Observamos, também, que esse cenário se altera nas relações de trabalho no meio rural, com a intensificação da concentração fundiária, tendo em vista o surgimento de um novo contexto, com o aumento do trabalho assalariado e da expansão do capital, e o trabalho rural se tornando uma mercadoria. Tendo em vista, o crescimento desse contexto está embasado por meio de subordinação das unidades produtivas e dos recursos nelas contidos, através dos grandes mercados e da disponibilidade tecnológica. Sendo uma redistribuição fundada no aumento do valor agregado dessas empresas, o que reduz esse valor por área como um todo no cenário agrícola familiar.

Essa subordinação do trabalho agrícola se constitui no interior das propriedades capitalistas, visto que, muitas vezes, esses agricultores familiares não garantem a sobrevivência da família somente com seu trabalho na sua propriedade, submetendo-se ao trabalho assalariado, com deslocamento do campo-cidade como parte de seu dia-a-dia.

Para Schneider (2009, p.87), isso evidencia o processo da busca do agricultor familiar por outras vias de trabalho fora de sua propriedade, como forma de complementar sua renda, visto os entraves da modernização tecnológica no campo, sendo que:

Essa função acessória estaria relacionada à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que restringe sua capacidade de concorrência e reduz sua renda a níveis que obrigam estas pequenas unidades a buscar uma atividade complementar ou, então, a abandonar definitivamente o campo.

Nesse sentido, observamos também a dualidade entre o conhecimento científico e o prático/tradicional, embora os dois precisem construir e fortalecer essa aliança necessária. Essa construção de saber se configura em um processo, em que tais situações possuem características próprias, através da experimentação em meio real, no qual o trabalho da família é construído com distintos modos e capacidades.

Nessa recontextualização se pressupõe a socialização de conteúdos técnicos a partir da ciência, que podem ser englobados nas ideias, práticas, métodos e conceitos e serem influenciados e aplicados nas atividades por meio da cultura, ideologias e, assim, construir um novo modo de fazer uma aprendizagem suficiente e inclusiva. Para isso, esse conhecimento não necessita como base somente o conhecimento científico, tampouco como um alicerce pedagógico. É preciso que os dois contextos possam construir uma base de saberes, em que ambos tenham acesso de forma clara e acessível.

6.3 REALIDADE SOCIAL X REALIDADE AMBIENTAL (?)

A forma como a modernização agrícola intensifica os entraves no meio rural, parece naturalizar a realidade desses sujeitos, agravando ainda mais as circunstâncias para os mesmos, tornando-os passíveis de dificuldades na inclusão de políticas e, por conseguinte, para atingir o desenvolvimento rural sustentável. Verifica-se que as famílias agricultoras são convidadas a direcionar a sociedade ao desenvolvimento de uma agricultura que inclua a sustentabilidade. Logo, possuem o desafio de enfrentar a destruição dos agroecossistemas, frente à modernização agrícola, pois tem o papel de adequarem sua produção de forma que não degradem os recursos naturais e produzam alimentos saudáveis.

Assim, apontamos a preocupação primordial da agricultura familiar aos efeitos remotos, cumulativos e irreversíveis das ações antrópicas sobre a natureza, assim como sobre a própria sociedade, sendo que as propostas de desenvolvimento rural sustentável por esses sujeitos indicam a necessidade da preeminência dos valores humanos sobre os valores do lucro, do mercado e do crescimento econômico.

Desse modo, Schneider (2016) afirma que a agricultura familiar desempenha um papel essencial na superação da pobreza, geração de renda e emprego, além da segurança alimentar e do desenvolvimento rural sustentável. Isto mostra que a atuação desses atores é extremamente importante na resolução dessas problemáticas.

Silva (2011) também enfatiza que a pobreza no meio rural é proveniente das concentrações econômicas e espaços territoriais, protagonizados pelos grandes latifundiários. Assim, a agricultura familiar tem a capacidade de fomentar a minimização da pobreza, visto o papel que representam, com suas estratégias na reestruturação do meio rural. Desta forma, é essencial que esse espaço esteja em processo de inovação constante. No combate à pobreza no meio rural, é preciso também considerar questões, além do acesso à terra, como organização, gestão, acesso a mercados, a crédito, conhecimento, tecnologias, técnicas, infraestrutura, etc.

Como consequência, nesses caminhos temos a necessidade de compreender os processos de transformação, os quais esses agricultores estão passando, visto que as estratégias de autonomia são crescentes, visando o fortalecimento das relações com o mercado, porém, não esquecendo que os modelos que estruturam essa categoria podem preconizar o desenvolvimento rural, tendo em vista as forças externas que preconizam a mudança social e econômica.

Então, as perspectivas para este âmbito se opõem a muitas interpretações, devendo a compreensão estar alinhada a esses processos, que surgem entre negociações e certas disputas entre esses atores, por recursos materiais e simbólicos e, por consequência, pelo domínio de mercados.

Nesse sentido, a agricultura familiar, em alguns casos, enfrenta certas dificuldades na inserção em mercados, devido às suas características socioeconômicas, baseadas no trabalho familiar, na integração da unidade doméstica e nas atividades produtivas. Essa categoria, contudo, tem articulado iniciativas, buscando mercados e se organizando socialmente, construindo oportunidades e se destacando como forma de inclusão social em âmbito agrário (SABOURIN, 2014).

Logo, isso é visto como essencial para que esses atores tenham possibilidades de se incluir, de forma que tenham o direito de comercializar o fruto de sua produção, realizando, assim, a inclusão social, fomentando a economia e o desenvolvimento (SACCO DOS ANJOS; BECKER, 2014).

Em vista disso, em reconhecimento desse processo, todas as intervenções aplicadas no meio rural em busca do desenvolvimento viabilizaram mudanças sociais e

econômicas, se configurando como um desafio, pois demandam muito mais do que realocar ou ofertar novos meios de produção. Essas mudanças estão fundadas no tipo de abordagem e empregadas para o fomento do desenvolvimento rural.

Dessa forma, consideramos que ao introduzir valores ao âmago do problema de desenvolvimento rural sustentável, rompemos com a barreira reducionista, possibilitando uma abertura para a resolução desses entraves. Por outro lado, aporta no sentido de gerar novos desafios para esse campo.

Dessa maneira, devemos admitir que a emergência da ressignificação da produção agroalimentar pode associar e valorizar aspectos como as raízes sociais desses atores, nos quais, o local e as relações que se estabelecem e, sobretudo, os processos produtivos, devem ser reconhecidos como potencializadores de desenvolvimento rural no contexto agrícola do país. Sendo assim, um novo contexto se configura, visto que a agricultura familiar assume o protagonismo para o desenvolvimento rural, fortalecendo as distintas dimensões da sustentabilidade. Assim, a agricultura familiar se integra em uma linha tênue, pois seu processo histórico não é homogêneo.

Sob uma perspectiva social, esses atores se caracterizam por um olhar diverso e heterogêneo, se estabelecendo pela atuação estratégica no segmento de desenvolvimento social e econômico. Assim sendo, ela incorporou uma centralidade política, desde as organizações internacionais até os movimentos sociais, como os sindicatos e cooperativas e, posteriormente, as políticas públicas (SCHNEIDER, 2014).

Constatamos que o agricultor familiar, nesse sentido, possui as condições de avaliar as circunstâncias produtivas para além dos instrumentos socioeconômicos da agricultura convencional, se integrando por meio de uma diversidade de situações. Devido a essas especificidades é que se demonstra as manifestações desses atores para as mudanças nas relações sociais e econômicas no meio rural e a sociedade em geral.

Isso evidencia as formas de agir e vivenciar as alternativas de desenvolvimento rural sustentável, enfatizando a dicotomia entre o capital e a terra, ou seja, a separação entre esses dois fatores de produção pelo capitalismo, envolvendo questões como a qualidade de vida e o desenvolvimento social, sobretudo o rural, que não se estende ao avanço social da sociedade. Voltando-se para um caminho no qual o desenvolvimento requer a superação da privação econômica e destituição social, além das negligências de políticas públicas, o que instrumentaliza as questões de Reforma Agrária e fomenta os aspectos de superação das relações de dominação (SAUER, 2010).

Essas questões apontam a urgência de debates e soluções para o meio agrário e as relativas vias quanto ao desenvolvimento rural por meio da promoção da instituição dos governos, na aplicabilidade de políticas sustentáveis, que integrem os pequenos agricultores e atendam suas necessidades básicas, visto que as atividades vinculadas ao capitalismo alteram o meio ambiente e essa modificação constitui, de certo modo, uma restrição ao desenvolvimento rural sustentável.

Santos (2017, p.4) aponta que “[...] o capitalismo enquanto modo de produção não é sustentável, mas existem formas e maneiras de tentar construir no capitalismo modelos e processos menos degradantes da natureza, promovendo um desenvolvimento ecológico e socialmente equilibrado[...]”. Percebemos assim, um contexto que possa se estruturar de tal forma que viabilize a sobrevivência no meio rural, ao mesmo tempo em que busque uma reprodução ampliada a longo prazo.

Enfatizamos, portanto, que existe um aspecto racional, o qual, rompe o pacto capital-terra, ou seja, podendo-se criar alternativas socioeconômicas, institucionais e culturais que incentivem menos a degradação dos recursos naturais e o padrão de consumo da sociedade, para que se tenha um novo olhar nas perspectivas de desenvolvimento econômico, social e político.

Segundo Castro (2017, p. 8):

A ideia de desenvolvimento da agricultura brasileira foi baseada num projeto de modernização econômica e tecnológica, através da capitalização do latifúndio com recursos públicos. Isso representou a sistemática exclusão do agricultor familiar do acesso à terra e seus recursos, não somente pela construção de pactos políticos excludentes, direcionados a capitalistas urbanos, oligarquias e setores patronais capitalizados.

Nessa reflexão, as vantagens ou desvantagens do local estão submetidas na forma como essa categoria consegue ver ou interpretar a realidade em que vive, se integrando em uma unidade que se estrutura em produção, consumo e reprodução sociocultural, visando garantir suas estratégias como categoria, podendo reproduzir seu âmbito material e simbólico ao longo do tempo.

Dentre os fatores internos relacionados estão a terra disponível, atividades na propriedade, mão-de-obra familiar, necessidades básicas atendidas e seus costumes e crenças. Quanto aos fatores externos, os quais não estão no domínio desses atores, embora estejam relacionados à conjuntura desses sujeitos, como a instabilidade dos preços do

mercado, a disponibilidade de geração de renda não agrícola, o mercado consumidor, entre outros.

Sob essa ótica, identificamos que as propostas perceptíveis desses indivíduos divergem mutuamente com o sistema agrícola dominante atual, com todas as suas implicações, resultantes de práticas produtivas sustentáveis, que surgem de encontro às mudanças concretas políticas e socioeconômicas direcionadas a uma autêntica forma de desenvolvimento.

Então, as ideias de progresso, visando o desenvolvimento, estão englobadas nos valores, que incluem para além da renda do capital que se agrega, não somente vinculadas aos valores de utilização de mercadorias, visando lucros no mercado, sendo que as reproduções das interpretações sociais desses atores criam novas visões em relação ao desenvolvimento econômico, social e político. Desse modo, ele vincula meios que estão subjacentes à lógica de desenvolvimento (CASTRO, 2017).

Sabemos então que essa racionalidade dá ao agricultor familiar a percepção das vantagens e desvantagens do meio no qual está inserido. Logo, esse sujeito aponta que o processo de desenvolvimento, na sua visão, incorpora aspectos reflexivos e exercícios de possibilidades econômicas e políticas, guiadas por questões sociais e culturais.

Evidenciamos que esses apontamentos não são discutidos por acaso, mostrando que possuem um contexto histórico e político, configurado por lutas sociais, visto que, com essas conquistas, esses sujeitos podem acessar direitos sociais, por meio de consensos políticos que estruturam as pactuações para os agricultores, considerando os diferentes contextos no meio rural.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o desempenho da agricultura familiar se reflete em amplas variáveis de recursos, que abrangem a inserção socioeconômica, o local e as oportunidades, além das instituições e valores culturais. Contudo, esses valores são simplificados, pois essas condicionantes do desenvolvimento rural incentivam esses agricultores para os investimentos produtivos. Dessa forma, os recursos disponibilizados influenciam necessariamente as formas de produção, assim como as decisões desses indivíduos (BUAINAIN et al., 2003).

Diante disso, reconhecemos em vias de fato que é imprescindível as políticas sociais não sejam apenas compensatórias, como muitas vezes foram e ainda são tratadas, como forma de reduzir os efeitos negativos e estratégicos da conjuntura hegemônica, além das políticas macroeconômicas e setoriais, nas quais não se alinham com os objetivos de equidade do desenvolvimento.

Desta maneira, devemos nos debruçar ao fortalecimento de um desenvolvimento que incorpore os elementos sociais, políticos e econômicos, no qual requer que essas políticas integrem todas as variáveis que estão fundidas no âmbito agrário, como a implementação de políticas sociais que contemplem e visam solucionar as dificuldades do pequeno agricultor no meio rural, como forma de proporcionar menos conflitos, além de impulsionar a sinergia entre os distintos níveis públicos de intervenção nesse cenário.

Isto reforça a necessidade de melhorias nas políticas agrárias, sendo que na implementação delas, os pilares devem estar fundamentados em diagnósticos regionais e meios de planejamento participativo, visto que, em um país como o Brasil, não se deve excluir as distinções regionais e as especificidades locais. É importante também analisar as potencialidades do desenvolvimento local, em busca de soluções locais intrinsecamente voltadas a esses atores sociais, além de salientar a heterogeneidade desse campo.

Essas diversificações no campo são caracterizadas pelas desigualdades, considerando as diferentes regiões no país e suas realidades sociais e culturais, que estão intrinsecamente relacionadas ao tamanho da propriedade, ao apoio tecnológico, à gestão, à força e a forma de trabalho, além das condições legais da terra e necessidade de cada produtor, assistência técnica, crédito rural, entre outros.

Nesse sentido, um aspecto a qual consideramos, é que a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável devem ser vistos como “ilhas conjuntas” em meio a uma conjuntura de unidades produtivas, que se entrelaçam entre a dicotomia de gerar pouco trabalho. Contudo, pode se agravar com a intensificação e a reprodução dos monopólios capitalistas rurais, assim como fundada na concentração de riqueza e renda, como o modelo agrícola atual. Nesse cenário, se configura que a força de trabalho está controlada pelos interesses políticos ideológicos que estruturam a atual configuração do modelo produtivista.

Essa naturalização das relações sociais no meio da produção agrícola se volta ao embate da necessidade de esconder os meios de exploração decorrentes das relações de trabalho, visto a fragmentação do trabalho rural como condição fundamental de perda da identidade de sujeito produtor da realidade social agrária, com um posto de trabalho que complementa sua renda familiar.

Sant’ana (2014, p. 4) frisa esse processo de transformação de identidade do agricultor no meio rural:

As contradições que engendram o modo de produção capitalista são sustentadas por mecanismos ideológicos poderosos que fazem com que, no nível da aparência, a realidade social se apresente como realidade natural. O homem como sujeito construtor e transformador da realidade do mundo humano passa a não se identificar como tal.

Com isso, os últimos anos apontam que esse novo rural apresentado pelo atual modelo agrícola vem sendo empregado como justificativa para minimizar as políticas agrícolas sociais para os cenários mais fragilizados no meio rural. Com efeito, a produção familiar fica limitada, muitas vezes, a políticas que integram empregos não-agrícolas e é considerada uma produção de intensa atividade, com perda da relevância da identidade agrícola das famílias rurais, em benefício de um universo com alto grau de desigualdades sociais no meio rural.

Ressalta-se, nesse contexto, o exemplo de países capitalistas desenvolvidos como no hemisfério norte e Europa, que estruturam essa categoria de forma onde ela se enalteça e a concentração nesses espaços é uniformemente definida. Contrapondo, está o Brasil, onde a agricultura familiar se mostra forte, à medida que ela é atuante e expressiva (BUAINAIN et al., 2003^a).

Todavia, devemos considerar que nesses países capitalistas desenvolvidos, o impulsionamento da agricultura se deu por um longo processo equilibrado de Reforma Agrária e as possibilidades de acesso à terra, visto as maiores oportunidades de distribuição de terras e estruturação fundiária, constituídas em realizar a redistribuição da riqueza e da renda e a formação de um mercado interno para a industrialização da agricultura.

Tendo em vista isso, as atuais propostas de políticas públicas, mesmo que mínimas para o âmbito agrário, integram as concepções de mudanças em relação às intervenções da modernização agrícola, englobando políticas horizontais que buscam políticas específicas em prol de contextos mais excluídos, como os de agricultores e de assentados.

Entretanto, essa discussão evidencia que as políticas destinadas a esses indivíduos, sendo conscientes ou não, muitas vezes têm mantido ou até aumentado os entraves no campo. Reconhecer esse contexto é estratégico, servindo tanto para ajustar o eixo das políticas públicas que estão sendo instrumentalizadas, assim como para projetar os suportes de desenvolvimento rural sustentável que atinja para além da modernização econômica e priorize a expansão das potencialidades desses agricultores (AQUINO et al., 2018), ainda assim, as atuais propostas de políticas públicas, seguem desempenhando a

estabilidade do desenho atual apresentado através dos privilégios dos grandes produtores capitalizados em relação à distribuição do crédito do Pronaf.

Conforme Aquino e Schneider (2015) apontam, a política de crédito rural atualmente vigente, ao contrário de diminuir, está agravando a concentração e a desigualdade produtiva entre agricultores familiares. Tal cenário vem se intensificando desde 2008 com a criação do Pronaf Mais Alimentos, linha do Programa instituída para incentivar a modernização tecnológica desses indivíduos, através de financiamento de máquinas e equipamentos, no qual, tem centrado seus investimentos nas propriedades familiares no Sul e Sudeste brasileiro.

No entanto, os autores ainda apontam, a outra parte majoritária desse contexto, formada pelos assentados da Reforma Agrária e produtores periféricos concentrados, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste, tem sido negligenciada na disposição dos arranjos produtivos, tornando-se submetidos a outras fontes de renda fora dos seus estabelecimentos para sobreviver

De acordo com Maluf (2013) os desafios a médio e longo prazo demandam cada vez mais a inclusão de políticas públicas. A possibilidade destas não se concretizarem no contexto político dificulta à medida em que não há um delineamento, acessibilidade de recursos e um combate dos conflitos para sua institucionalização. Além disso, deve-se reconhecer as especificidades da agricultura familiar, que vão muito além do cenário econômico. Contraditoriamente, o tema da fome e da pobreza não tem sido pauta de acompanhamento no Brasil por debates sobre novas políticas e articulações de inclusão produtiva. Ao contrário, o que se viu com as mudanças da ação do Estado, foi a exclusão produtiva do foco da agenda política.

Esse ajuste nesse contexto conforme Grisa (2018) salienta, reflete o entendimento local da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro, no amparo que é dado ao seu contraste e no desenvolvimento rural que se tem no país. Logo, enfatizamos que novas ideias e novas releituras estão em processo emergente no desenho do desenvolvimento rural e da agricultura familiar.

Nesse delineamento destacamos que as alterações e rupturas institucionais que aconteceram recentemente no contexto da agricultura familiar apontam para uma interrupção do Estado nesse contexto, colocando em risco a aplicabilidade da reprodução social desses agricultores, sendo capaz de agravar ainda mais os entraves sociais no meio rural. Diante disso, elas podem causar a retomada da ocultação dos problemas

provenientes da modernização agrícola e, conseqüentemente, o crescimento da exclusão desses sujeitos.

Os desafios pela frente nos mostram, portanto, os diferentes referenciais que norteiam as políticas públicas para a agricultura familiar, explicando as contradições que existem no contexto do desenvolvimento rural. Dessa forma, eles comprometem a continuação dessas políticas e, por isso, estes, têm a função de tornar acessível a esses sujeitos do meio rural as mudanças que estão ocorrendo no centro das políticas públicas do segmento, para que não se tenha uma desconexão entre ideias e práticas.

Consideramos assim que, o desenvolvimento da agricultura familiar necessita de apoio com amplos serviços, além dos técnicos. Ela precisa de políticas que efetivem seu contexto, abarcando todas suas escalas e em todas as distintas localidades. As experiências como a organização dos assentamentos vêm mostrando impactos positivos em comunidades locais, visto que desencadeiam iniciativas que fortalecem esse contexto.

O fortalecimento da agricultura familiar pode ser promovido pela mesma, com iniciativas conjuntas, como a persistência da luta social em prol de políticas sociais que possam representar a incorporação efetiva do agricultor familiar nas políticas públicas para o meio rural. Como exemplo disso, a continuação e o fortalecimento dos movimentos sociais, a diversificação da produção, sobretudo os de base agroecológica, em que a produção de alimentos promove a segurança alimentar e nutricional da própria família e da sociedade em geral. Assim como a existência dessa conjuntura política e social reforça a continuidade dessas formas organizativas que estão promovendo o desenvolvimento rural sustentável e para se fortalecer funcionando como um alicerce para esse desenvolvimento.

É necessário, portanto, repensarmos a raiz do processo de transformação no meio rural, tirando-o de um contexto reducionista ao qual foi submetido, ampliando a visão para as possibilidades e estratégias sociais como um campo de vetores do desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Além disso, não dissociarmos no contexto da agricultura familiar as questões sociais das ambientais/naturais, nas quais devem ser tratadas de forma interligada, uma vez que ocorre o processo de separação pelo predomínio agrícola reducionista, no qual submete os valores culturais e crenças às motivações pessoais, com a utilização dos recursos naturais num sentido particular, e com possíveis implicações tanto para o consenso, quanto para as divergências sociais.

6.4 AGROECOLOGIA COMO IMPULSIONADORA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Nesse contexto, na qual a agricultura pede a ressignificação de seus métodos produtivos e a transmutação social e política, a Agroecologia como ciência em construção e o seu movimento na década de 1970, trouxe uma nova forma de estabelecer valores em uma base teórica. Em distintos movimentos na agricultura, foram buscadas alternativas para contrapor esse sistema convencional, atuando na compreensão da complexidade dos agroecossistemas, assim como suas interações, com princípios que contemplavam a conservação e a expansão da biodiversidade dos sistemas, com a intenção de se autorregular e promover a sustentabilidade.

Assim, a Agroecologia pode se inserir em um processo de inclusão na agricultura familiar, como elemento de desenvolvimento rural sustentável, no qual, nota-se, nesse contexto, primeiramente, o aparato das aplicabilidades das políticas públicas que se voltam ao desenvolvimento. Deve-se conhecer o território no qual esses atores sociais estão inseridos, assim como analisar o potencial endógeno e respeitá-lo, visto que cada local apresenta suas especificidades (MUTERLLE; CUNHA, 2011).

Desse modo, a análise que temos desse processo é que a concepção de desenvolvimento rural no âmbito agroecológico leva à discussão de uma nova proposta de políticas públicas a esses espaços e, dentro desse contexto, a agricultura familiar estaria fomentando e promovendo o desenvolvimento territorial. Dado que, a introdução de princípios sustentáveis nas práticas socioprodutivas desses sujeitos, contrariam os segmentos lucrativos dos grandes mercados, voltados a uma limitação estreita das monoculturas.

Com isso, temos percebido que as questões relacionadas ao desenvolvimento rural abrangem pequenos e grandes desafios em distintas escalas, visto que os atores sociais defendem esses espaços para manter o modo de vida, retirando recursos vitais para a sobrevivência de sua família. Além do mais, incorporam princípios ecológicos no centro das questões de desenvolvimento rural sustentável.

Dessa maneira, observamos que a sustentabilidade se encaixa em distintos aspectos, tendo em vista que o desenvolvimento evolui em diferentes campos, assim como no rural, fortalecendo esse meio sem a necessidade de agredir o ambiente, embasado em um grau que permita a utilização dos ecossistemas, sem que ultrapasse seu potencial regenerativo e assimilativo dos resíduos do ambiente natural, trabalhando com

bases sólidas e em concomitância na alocação e eficiência desses recursos naturais, com conhecimento pautado na manutenção das gerações presentes e futuras. Contudo, ainda não sabemos que nível de exploração ambiental o ser humano pode atingir, para se isentar das responsabilidades da geração atual e vindoura.

Sendo assim, avistamos o que a agricultura familiar está buscando incentivar a auto regulação dos agroecossistemas, como forma de desempenhar a sustentabilidade. Assim como corrobora com a importância dos processos naturais ecológicos, além de englobar as questões socioeconômicas, pois o desenvolvimento tecnológico deve ser inserido em um contexto amplo, que possa englobar contextos socioculturais, econômicos e políticos, de maneira que essas tecnologias sejam empregadas para o desenvolvimento rural sustentável (ASSIS, 2006^c).

Desse modo, o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ressalta uma abordagem que destaca algumas estratégias como forma de apoio ao desenvolvimento rural, estabelecendo objetivos, os quais, priorizem a agricultura familiar e seus espaços como um viés à esse desenvolvimento, com redução das desigualdades socioeconômicas (MUTERLLE; CUNHA, 2011^a).

Nesse contexto, a qualidade e agregação de valor aos produtos locais, assim como a diversificação dos agroecossistemas, além das inovações tecnológicas podem ser suportes para que a agricultura familiar alcance melhorias significativas. Ressalta-se que as atividades que demandem uso de tecnologias devem priorizar a qualidade de vida desses atores, assim como seus direitos sociais (SDT, 2010). Devendo ser levadas em consideração a capacidade técnica dos agricultores.

Dessa forma, a representação dessa categoria na produção de alimentos se mostra relevante, visto que 36,11% chegam à mesa da população, destacando o agricultor familiar na cadeia produtiva como um dos responsáveis por abastecer o país (GUANZIROLI; DI SABBATO, 2014). Posto isso, consideramos que esses atores se consagram dentro do sistema sócio produtivo como uma importante categoria, se destacando por trabalhar com bases ecológicas e socioambientalmente responsáveis, contrariando a ideia de atraso e miséria que, muitas vezes, a sociedade usa para se referir a eles.

6.5 A IMPORTÂNCIA DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS *IN NATURA* COMO SUPORTE DA AGRICULTURA FAMILIAR

O papel que as agroindústrias desempenham em propriedades rurais, como forma de minimizar os custos e potencializar a perecibilidade do alimento, é uma forma de organizar as atividades ligadas à transformação da matéria-prima proveniente da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura. Logo, o grau de conversão se distingue, geralmente, em função das finalidades de cada agroindústria, ou seja, cada matéria-prima possui seu próprio segmento que se estabelece desde o fornecimento de insumos agrícolas até o consumidor final.

Assim, comparado a outros segmentos, ela possui características como: sazonalidade, perecibilidade e heterogeneidade (FAO, 2012). A partir dos anos 1990, a agricultura familiar, na busca por alternativas no processo produtivo e na diversificação da produção, começou a se desenvolver em alguns locais, com mão de obra e administração da família. Conforme Ploeg (2008) para encarar os grandes mercados, gradativamente mais dominados e remodelados por grandes impérios alimentares, muitos produtores começaram a diversificar a produção de diversas formas. Logo, surgem novas mercadorias e serviços, simultaneamente, em que nascem novos mercados e novos círculos de produtos.

Dessa forma, vemos que a agroindústria familiar dá início ao reconhecimento econômico ao priorizar a diversificação do processo produtivo e o incremento na renda das famílias. Além de que, passam a fomentar os mercados locais e regionais a menores preços, proporcionando o consumo das classes mais vulneráveis e a distribuição de renda nas comunidades, compondo também, uma estratégia de representação social para a continuação das famílias no campo, sobretudo, para a manutenção das tradições que valorizam a cultura e o conhecimento rural.

Conforme Prezotto (2005), a agroindústria familiar no Brasil representa a ressignificação de um costume tradicional de famílias agricultoras, ou seja, tem uma função distinta nas unidades produtivas familiares, rompendo com o caráter doméstico, tornando-se responsável, muitas vezes, pela manutenção dessas famílias rurais.

A agroindústria é praticada em distintas regiões brasileiras, visto que com falta de recursos tecnológicos modernos, ela se torna uma saída para garantir a durabilidade dos alimentos e o auto abastecimento, assim como pode ser realizada por hábitos culturais de consumo ou para obter outros produtos como as farinhas ou os derivados do leite como queijos, nata e manteiga (SANTOS, 2007).

Desse modo, cresce a política de agregação de valor na agricultura familiar, tendo o processo de transformação dos alimentos *in natura* em produtos distintos, um momento

de beneficiamento desses alimentos, que cresce por meio da agroindustrialização. Essa atividade passou a ser vista por muitos agricultores como uma alternativa de melhoria de vida, sendo uma opção adotada para alcançar mercados, tendo uma complementação das atividades da propriedade (PASQUALOTTO et al. 2019^a).

Temos observado que os agricultores que estão nesse nicho de mercado¹² estão conseguindo ganhar uma certa renda pelo processamento desses produtos agrícolas, além de poder garantir o armazenamento e, assim, fornecer ao mercado por um período maior, sendo comercializados em maiores distâncias e outras localidades.

Diante disso, a crescente agroindustrialização em unidades de produção familiar está fomentando o processamento de produtos de base agroecológica, ganhando cada vez mais espaço, sendo que neste setor o processamento desses produtos está evoluindo em relação aos mercados, visto que o número de agricultores agroecológicos está aumentando, assim como o mercado consumidor está ganhando mais adeptos. E, através dessa iniciativa, estão incentivando uma cadeia produtiva com apoio de tecnologias e incentivos governamentais, promovendo o desenvolvimento rural sustentável¹³.

Assim, Grisa e Schneider (2015) corroboram no sentido de que este caminho mostra aos agricultores políticas públicas que colaboram nesta situação, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, assim como o Mais Alimentos, além de duas linhas de crédito como: o Pronaf Agroindústria e o Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares. Então, o que se tem visto nas últimas décadas, é um crescente apoio do Estado em relação à promoção das unidades rurais para ganhar mercado, em termos de infraestrutura e de aprimoramento nos instrumentos de fiscalização.

No desenho atual, as políticas públicas voltadas à agroindústria da agricultura familiar têm um importante papel como forma de intervir no meio rural, na qual deveriam atuar de maneira diversificada, ao mesmo tempo em que se limitam a aplicabilidade de distintas ferramentas de apoio de caráter multissetorial, quando não contém a sua atuação em favorecimento a apenas um eixo. O que vemos nesse sentido, é a aplicação dessas

¹² Nicho de mercado caracteriza-se por ser uma parcela de um segmento, no qual os sujeitos têm suas necessidades específicas, visto que, são poucas exploradas, não existem ou mesmo possuem alguma carência no atendimento de algum serviço.

¹³ Desenvolvimento rural sustentável tem por objetivo a aplicação de práticas e uso da terra, com tecnologias voltadas ao meio agrário que possibilitem o equilíbrio e o manejo dos recursos naturais, sendo necessário aliar de forma interdependente o âmbito econômico, ecológico e sociocultural.

políticas a um grupo majoritário desse empreendimento, cobertos por esses incentivos, com possíveis direcionamentos e privilégios assumidos por essas políticas ao longo do tempo.

Ainda assim, nos reforçam que a participação e a articulação desses atores enquanto público alvo dessas intervenções, tem associado uma contribuição na expansão e consolidação de novas políticas ao meio rural. Assim, os programas citados, indicam um cenário distinto quando as devolutivas estatais, mesmo sendo mínimas, voltam a esse público, como estrutura governamental, meio de articulação dos mecanismos de crédito rural, legislação, capacitação, tecnologia, infraestrutura e comercialização (WESZ, 2009).

Ao mesmo tempo em que, o instrumento de intervenção dos programas deve ponderar a heterogeneidade de aspectos e traços existentes em cada local, fazendo com que estas características sejam consideradas nas avaliações das políticas públicas, rompendo, dessa maneira, com a ideia de ruptura do termo "agroindústria familiar" e pequeno e atrasado, com o reconhecimento das distintas especialidades em cada unidade produtiva (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Por outro lado, é fundamental considerarmos esse aspecto para entender algumas escolhas que são reconhecidas pelos programas, embora não fiquem explícitas, mas as unidades produtivas destacadas pelo desempenho de seus trabalhos, como exemplo, as unidades de produção mais consolidadas, ganham uma maior notoriedade por essas políticas devido seu desenvolvimento dentro do campo agrário. Contudo, essas organizações são vistas como determinantes para alcançar os resultados que essas ações institucionais oferecem.

O reflexo desses Programas e suas propostas deram um referencial e resultados em âmbito nacional, cabendo ressaltar a alteração em relação ao público beneficiário. Visto a concentração de agricultores com rendas maiores e agroindústrias mais estáveis, sendo uma escolha não assumida primeiramente, mas um retrato da acomodação da política à realidade. Assim, esse contexto pode ser apontado como uma vulnerabilidade do programa, sendo uma conjuntura não reconhecida na construção da política pública (WESZ, 2009^a).

Nesse desenho, o engajamento e as tendências do sistema agroalimentar impulsionam esse segmento, caracterizado pela existência de processos de padronização e de diferenciação sobre os alimentos e sendo uma face concentrada no processamento agroindustrial para atender os requisitos do processo produtivo em grande escala. Embora as novas tecnologias permitam que a maior parte da produção siga a diferenciação dos

produtos finais. Paralelo a isso, a valorização de produtos diversificados e de qualidade, oportuniza novos mercados, sendo, muitas vezes, favoráveis aos produtores de pequeno e médio porte (MALUF, 2004).

Essa condição de ser visto como “pequeno” abre possibilidades, na medida em que é relacionado à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local, um misto de preceitos atualmente valorizados pelo consumidor. Dessa maneira, estamos percebendo a oportunidade de novos padrões de qualidade, vinculados ao artesanal, à resiliência ambiental e à certificação desses valores por meio de selos de garantias, sucedendo uma via para a construção social da expansão de novos mercados para a agricultura familiar. Sendo assim, esses sujeitos devem considerar os padrões de qualidade que desejam garantir com seus produtos, bem como, se apresentar para atrair o consumidor.

A partir dessas nuances, vemos que através da criação de selos de diferenciação e as articulações de certificação, na qual a certificação orgânica pode ser viabilizada através de sistemas participativos de garantia, caracterizados pelo controle social e a responsabilidade solidária, sendo que para seu adequado funcionamento possibilita a garantia do fornecimento da credibilidade a distintas realidades sociais, culturais, organizacionais, econômicas, políticas e institucionais. Esse organismo se dá participativamente, através de uma avaliação coletiva na fase da aplicabilidade de uma norma, ligada à produção orgânica no Brasil, que se caracteriza em termos de controle com o envolvimento direto dos atores analisados neste procedimento para um parecer final da certificação.

O cenário atual, conforme Strate e Conterato (2019), é de novos padrões de relações de consumo, construídos e amparados em distintas formas de políticas públicas, que vêm sendo incentivadas com programas de articulação da gastronomia local, com produtos diferenciados. As compras institucionais de produtos locais são as novas faces em produção e consumo. À medida que esse contexto se transforma, as cadeias curtas de comercialização têm incentivado a uma nova formulação e valorização dessas relações.

Desse modo, compreendemos que a atividade agroindustrial segue buscando maneiras de fazer e de produzir que atingem a agroindustrialização. A crescente busca por alimentos saudáveis e amparados na herança cultural, assim como, o contato com a natureza e o meio rural de uma sociedade cada vez mais urbanizada, fazem crescer a visibilidade de produtos diferenciados de qualidade, ampliando novas oportunidades de mercado, sendo, muitas vezes, acessíveis a esses sujeitos.

Portanto consideramos estes pontos, na qual a agricultura vista como sustentável, está sendo desenvolvida por muitos agricultores com diferentes técnicas de produção, ao alcance daqueles que podem valorizar essas vias, garantindo a sustentabilidade dos agroecossistemas e considerando a diversidade dos mesmos, visto que não existe nenhum manual para seguir rumo à sustentabilidade e, posteriormente, ao desenvolvimento rural. Os agricultores que seguem esse caminho precisam adaptar esses conhecimentos à sua realidade, na qual, algumas práticas desenvolvidas precisam estar adequadas ao local, decorrente das características físicas e culturais que se apresentam distintas.

6.6 A CONTRIBUIÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO MEIO RURAL

A condução da reforma agrária no Brasil atualmente está voltada aos debates da insuficiência deste processo e a maneira como foi implementada no país nas últimas décadas. Estudantes, instituições e movimentos socioterritoriais defendem a questão de acordo com os paradigmas aos quais são integrados.

Dessa forma, Fernandes, Welch e Gonçalves (2012, p.29) exemplificam que:

Os paradigmas representam as visões de mundo, que contêm interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Através do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-la.

No território brasileiro temos dois fluxos paradigmáticos predominantes: o Paradigma da Questão Agrária (PQA), tendo “como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem autonomia dos camponeses” (Fernandes, Welch e Gonçalves, 2012, p.29^a) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), que exclui a existência da questão agrária.

Nesse paradigma a interpretação dominante é que “as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista” (Fernandes, Welch e Gonçalves, 2012, p. 29-30^b).

Conforme Rocha (2013) nas duas primeiras décadas do século XXI, o debate em torno da Reforma Agrária tem sido centrado por essas duas discussões principais. A primeira aponta a existência ou não de uma questão agrária, que apresenta as razões da

realização da Reforma Agrária. A segunda diz respeito ao aumento da regularização fundiária em detrimento das desocupações de terras na implementação da Reforma Agrária pelo Estado pós ditadura militar.

Podemos compreender que a questão agrária trata de um movimento dos agrupamentos de problemas relacionados ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, sendo relativos à atuação desigual e contraditória dos elos capitalistas de produção, implicando também no desenvolvimento agrário. Em distintos momentos da história esse debate apresenta-se com diversas características no que se refere aos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo.

Também notamos que a realização teórica, gradativamente, sofre alterações em razão de novas referências, construídas pelas mudanças da sociedade. Essa questão explicita as adversidades praticadas pelo modo de produção capitalista e a capacidade de mudança para essa situação, sendo que estas possibilidades giram em torno da agricultura de base familiar e suas políticas públicas emancipatórias.

Diante desse cenário, Sampaio (2012, p.1) aponta a necessidade da Reforma Agrária sendo que “a presença de um grande contingente populacional vivendo no campo em condições de grande precariedade revela a persistência e gravidade da questão agrária na sociedade brasileira”. Para o autor “não obstante as evidências de uma grave crise social no campo, o pensamento conservador insiste em desconstruir a questão agrária. Nos teóricos mais apaixonados do novo ruralismo, tal esforço assume forma caricatural” (Sampaio, 2012, p. 2). Ele ainda acrescenta:

A questão agrária constitui um problema que não pode ser desvinculado dos obstáculos que impedem a formação de estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais de um Estado nacional autodeterminado. Por essa razão, a reforma agrária constitui elemento estratégico da luta do povo brasileiro para superar as relações internas e externas responsáveis pela dupla articulação que perpetua o regime burguês. Nessa perspectiva, a tarefa primordial da reforma agrária consiste em criar as condições objetivas e subjetivas para que todos os brasileiros que vivem no campo possam participar em condições de relativa igualdade dos frutos do progresso propiciado pelo desenvolvimento das forças produtivas (Sampaio, 2012, p. 7).

Esse novo ruralismo salienta os avanços e desafios que transitam entre o caminho da velha pobreza e a nova classe média que surge no campo. Logo, a ascensão de indivíduos que alcançaram essa circunstância evidenciou no ano de 2003 que 20,6% da população rural estavam integrados nesse cenário e, por conseguinte, no ano de 2009 foi para 35,4% (NERI et al.; 2012).

É interessante frisarmos que as mudanças significativas que ocorreram correspondem a vários aspectos. Dentre eles estão os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família¹⁴, benefícios da previdência social e o aumento do salário mínimo. As políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural e voltadas à agricultura familiar tem função primordial na redução da pobreza no meio rural, bem como na formação e qualificação das atividades produtivas. Essas políticas têm enfoque na estruturação econômica e sustentabilidade. Entre elas estão: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outras disposições apresentadas no Plano Safra da Agricultura Familiar a cada ano (NERI et al.; 2012^a).

Neri et al. (2012^b) aponta a relação com os serviços básicos para o meio rural, estando entre as medidas que melhoram a vivência no campo: o acesso de energia elétrica através do Programa Luz para Todos, que auxilia a complementação das iniciativas públicas, os programas sociais e a realização de atendimento de serviços como educação, saúde, abastecimento de água, assim como outras políticas que fomentam a agricultura familiar.

Percebemos então, que essas políticas direcionadas ao agricultor visam aumentar a produção desses sujeitos, com orientação e acompanhamento técnico, oferta de insumos e água. Para expandir a renda das unidades produtivas rurais a estratégia é possibilitar a integração produtiva dos agricultores em situação de vulnerabilidade através de ações que compreendem assistência técnica, incentivo para compra de insumos e ferramentas, oferta de sementes, edificação de cisternas e sistemas de água direcionadas para o processo produtivo de diversas famílias.

Evidenciamos claramente que é a inclusão de programas e a execução articulada das ferramentas construídas e obtidas pela agricultura familiar, que possibilitam que esse contexto produtivo brasileiro se desenvolva cada vez mais na produção de alimentos, colaborando no equilíbrio econômico e social do país.

Diante disso, o desempenho para a construção e inserção de um agrupamento de políticas públicas é propício para incentivar ainda mais um novo modelo de desenvolvimento rural, o qual impulse a sustentabilidade, respeitando as distintas culturas, formas de organização e populações que o integram, sobretudo os pequenos

¹⁴ Bolsa Família é uma das políticas assistenciais do governo federal, na qual é realizado diretamente a transferência de renda a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de maneira que, os superem. O programa visa garantir a essas famílias o direito à alimentação, acesso à educação e a saúde.

agricultores e assentados, como forma de impulsionar a Reforma Agrária e o progresso, no sentido de adequar a identificação e compreensão das diferentes e diversas dinâmicas rurais no Brasil. Dessa forma, o novo ruralismo expande o enfoque sobre o rural e vem qualificando as reflexões sobre esse contexto.

Contudo, os conflitos existentes entre os modelos de desenvolvimento e a carência para que se tenha a reforma agrária se contextualizam:

A realização da reforma agrária pressupõe a presença de forças sociais capazes de mobilizar força suficiente para vencer a resistência dos grupos econômicos e sociais que resistem à mudança do status quo. Sob a liderança do latifúndio e das grandes empresas agroindustriais, a reforma agrária é combatida de maneira sistemática e implacável pelos segmentos da sociedade que dependem da super exploração do trabalho no campo e na cidade (Sampaio, 2012, p. 7).

A definição, a carência da Reforma Agrária nos dias atuais e a ideia da questão agrária estão atreladas. Logo, um país em que o capital possui a terra, a ideia clássica da questão agrária e das mudanças que ela pede, fica consideravelmente alterada. Essas modificações sugerem as circunstâncias e as limitações da Reforma Agrária no país. Esse desenho é a representação da conjuntura e da relação de impulso da sociedade, que mostra que o poder do capital, fixado na concentração de terras, inibe a realização da Reforma Agrária.

Dessa maneira, a Reforma Agrária viria para soltar o laço que impossibilita o desenvolvimento sustentável e a reprodução expansiva do capital. Porém, no Brasil, esta situação se baseia na concentração de terra. Logo, necessita-se de uma reforma que se contraponha a esta concentração, sendo uma reforma contrariando o capital.

Nesse sentido, Martins (2000, p.109) complementa:

A reforma agrária é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriações ou o número de assentamentos em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não. O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram.

Sendo assim, Rocha (2013^a) ressalta que essas características da Reforma Agrária mostram que ela pode ser, em âmbito nacional, uma solução aos entraves de desenvolvimento sustentável, como exemplo dos posseiros e povos tradicionais da região norte, os quais, vieram como resposta às implicações ambientais acarretadas pelo

desenvolvimento capitalista. Logo, se expandem pelas Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Assentamentos e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, dentre outras possibilidades construídas para se unir ao desenvolvimento das famílias, que dependem dos recursos naturais, conciliando a preservação do meio natural.

Em vista disso, Sachs (2010) afirma que o país possui as condições de evoluir em direção a uma sociedade moderna, que visa incluir socialmente e ser ecologicamente viável, pois uma das formas será por meio da Reforma Agrária, termo empregado para caracterizar a distribuição de terras em um local, visto a concentração dessas em mãos de poucas pessoas, ou seja, a configuração de latifúndios, os quais, detêm grande parte dessas posses.

Apontamos nesse sentido, que esses latifúndios promovem a desigualdade social ao estabelecerem a terra apenas como fonte de capital, deixando os pequenos agricultores ou os menos capitalizados sem a democratização da terra, fazendo com que sua função social não seja cumprida. Além disso, a Reforma Agrária estabelece medidas por meio do poder público, visando a distribuição de terras para trabalhadores rurais para atender e promover a justiça social, a produção de alimentos, a produtividade, a implementação dos serviços públicos, a redução do êxodo rural e a variedade na comercialização e serviços no meio agrário, gerando renda no contexto rural.

O desenho atual nos mostra um processo político contraditório e conturbado que se relaciona com conflitos e crises sociais no país, nas condições de desenvolvimento agrário brasileiro. Em aspectos gerais, aponta-se que o governo atual fez uma escolha por um projeto de desenvolvimento agrário que não abrange a grande maioria da comunidade rural, representada por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, quilombolas, povos indígenas, entre outros, na tentativa de excluir os benefícios das políticas públicas destinadas à população rural.

Isso é demonstrado pelas diferentes medidas adotadas, nas quais a agricultura familiar, os assentados rurais e outros segmentos sociais, não estão recebendo a importância estatal devida. Como exemplo, nos anos de 2016 e 2017 nenhuma família foi assentada, como também nenhum projeto de assentamento agrário foi implementado, visto que houveram também 21 decretos de desapropriações de terras com finalidade social (MATTEI, 2018).

Conforme o mesmo autor, no contexto orçamentário agrário de 2016, evidenciam-se problemas, visto que dos R\$ 96 milhões previstos para crédito-instalação de famílias assentadas, nada foi implementado. Assim como do total de dotações liberadas para o

INCRA em 2016, num valor de R\$ 2.7 bilhões, cerca de 15% foi para fins da Reforma Agrária, sendo que o remanescente foi gasto para o pagamento de precatórios e atividades da autarquia. Em contrapartida, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos, como exemplo, deixaram de executar 50% dos recursos. Além disso, o programa Reforma Agrária e Governança Fundiária deixou de executar 62% dos recursos aprovados.

Mattei (2018^a) aponta, ainda, que no ano de 2017 a verba orçamentária total do INCRA foi de R\$ 2,9 bilhões. Outra vez se constatou que, desse total, aproximadamente R\$ 2,3 bilhões foram designados para atividades de manutenção da autarquia. Nesse cenário, ocorreram cortes orçamentários de altas proporções em relação às ações e políticas agrárias, sobretudo na assistência técnica e extensão rural para a Reforma Agrária com (-48%), reconhecimento e indenizações de terras quilombolas com (-49%), ampliação da educação no campo com (-45%), aquisição de imóveis rurais (-35%) e estruturação fundiária com (-63%).

A ausência de uma ação mais concreta da política agrária pode estar favorecendo a violência no meio rural, visto que no ano de 2016 foram evidenciados 59 assassinatos na luta pela Reforma Agrária, uma realidade que não ocorria desde 2003, quando 71 pessoas foram vítimas de violência. Esses crimes ocorreram em um contexto nacional. Dessa maneira, as desigualdades socioeconômicas ainda são atuais no meio rural e as carências de atendimento de necessidades dos espaços sociais que em circunstâncias históricas foram excluídos das políticas públicas. Na prática, essa exclusão ou redução da estrutura institucional, simboliza a mínima prioridade aos espaços sociais que ainda são predominantemente no meio rural brasileiro (MATTEI, 2018^b).

Por isso, reconhecemos que a Reforma Agrária deve ser enfrentada como uma questão fundamental para o desenvolvimento sustentável do país, pois é um modelo produtor de alimentos e que gera emprego, incrementando a renda da população no meio rural, devendo ser entendida e refletida a partir dos contextos nacionais e da relação das forças existentes, tendo em vista os objetivos estratégicos de desenvolvimento que englobam a multidimensionalidade territorial, embora o contexto atual seja voltado ao modelo de desenvolvimento capitalista agrário. E, com isso, podem proporcionar a criação de novos empregos, sejam rurais ou não.

Mediante essas ações ela pode promover a valorização da agricultura familiar, dando possibilidades para práticas agrícolas que realmente possam conciliar as carências

ambientais, sociais e econômicas dos agroecossistemas, promovendo, assim, a sustentabilidade e o desenvolvimento.

As recentes experiências de estruturação de políticas públicas têm constatado que a participação popular é essencial para o desenlace dessas políticas, evidenciando que a questão agrária pode ser atenuada e moldada em política de desenvolvimento, contanto que sejam considerados os conjuntos dessas políticas que priorizem as relações sociais em seus territórios. Esse entendimento é fundamental para transformar o caminho do desenvolvimento desigual. Transpor o olhar do paradigma do capitalismo agrário de submeter a agricultura ao sentido do agronegócio, é circunstância imprescindível para essa superação.

A Reforma Agrária no Brasil é um tema polêmico, com intenso debate ideológico e discussões inflamadas em distintos aspectos, estando presente no contexto político nacional e com atuação midiática na construção da posição político-social da população.

O cooperativismo tornou-se fundamental para promover o desenvolvimento rural sustentável em diferentes esferas, impulsionando esse segmento por meio de agricultores familiares assentados, sobretudo no sentido de organizar a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos provenientes dos assentamentos.

Conforme Sandri (2019), é essencial uma política pública que promova o desenvolvimento dos assentamentos, através do fomento à constituição de associações e cooperativas, além de contar com assistência técnica, que disponha ao assentado oportunidade de optar pela produção orgânica ou de base ecológica frente a produção convencional, na demanda por alimentos saudáveis e qualidade de vida.

Por essa razão, repensar uma produção de base agroecológica em assentamentos, viabiliza as famílias melhorias de qualidade de vida, minimizando a subordinação de agentes externos e a preservação dos recursos naturais. Além de possibilitar a inclusão do cooperativismo no intuito de organização da produção e a potencialidade de comercializar os produtos.

Assim, o objetivo primordial nesse contexto é ampliar a segurança do cooperado contra os possíveis momentos de incerteza que acontecem no mercado, assim como auxiliar os associados. Dessa forma, a qualificação dos associados através de cooperativas é uma via para melhorar a geração de renda e a constituição de postos de trabalho em pequenas cidades, impulsionando o desenvolvimento rural local sustentável.

Os impactos da atuação cooperativista podem ser mais notórios em municípios pequenos, sendo a geração de emprego e renda no âmbito agroindustrial considerável para

aquelas condições de menor rendimento, visto o complexo econômico do local ser pequeno. É nesses locais, afastados dos grandes centros consumidores, em municípios menores e com pouca infraestrutura, que a grande maioria dos assentamentos de Reforma Agrária no estado do Paraná estão localizados (MOJIMA, 2016).

Logo, podemos perceber que as cooperativas rendem efeitos positivos em níveis locais e regionais e formam um arranjo propício à transferência de tecnologias inovadoras e à comercialização coletiva de produtos, visto o emprego de instrumentos participativos, priorizando o potencial endógeno das comunidades, sendo capaz de exercer um papel imprescindível no desenvolvimento rural sustentável.

Para isso, são necessárias à execução e a avaliação de políticas públicas que apoiem o processo de gestão, considerando o fortalecimento das cooperativas da Reforma Agrária. A falta ou negligência dessas políticas pode implicar na viabilização e/ou descontinuação dessas organizações, dificultando o desenvolvimento econômico e social dos produtores assentados e, conseqüentemente, o desenvolvimento local sustentável.

Portanto, é necessário propagar políticas públicas de incentivo aos agricultores assentados da Reforma Agrária e suas organizações (associações e cooperativas), bem como, os resultados dessas políticas, no que diz respeito à identidade social, sistema produtivo, comercialização através de circuitos de comercialização. O seu papel e sua responsabilidade social também são relevantes para o desenvolvimento de agricultores assentados.

6.7 COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO (COPERJUNHO): UMA REFLEXÃO ENTRE COOPERATIVISMO E REFORMA AGRÁRIA

Os movimentos sociais no Brasil representam, em dias atuais, as centrais vias de pressão da sociedade civil organizada junto ao Estado. O MST como movimento demonstra essa face com cunho organizativo e formação de lideranças populares. Contudo, além da questão da luta política, outro desafio constante foi o aspecto produtivo. Afinal, a luta pela Reforma Agrária alcança um significativo impulso quando fica evidenciado que a agricultura familiar, mesmo com uma fração pequena das terras agricultáveis do país, pouco acesso a linhas de crédito e outros recursos, é responsável pela grande parte do abastecimento alimentar da população (EID et al.,2015).

A partir desses aspectos, vemos que um dos pilares para esse avanço desdobra-se na atuação dos movimentos sociais através do cooperativismo. Contrastando com a ideia

empreendedora individualista de benefícios pessoais que fomenta o desenvolvimento econômico capitalista. Dessa forma, reconhecemos que esses movimentos procuram o fortalecimento do trabalho coletivo com a divisão dos ganhos, assim como praticam decisões horizontais para o bem comum.

Normalmente organizados em cooperativas, esses indivíduos empregam a economia solidária, demonstrando que as práticas coletivas e solidárias asseguram um avanço mais concreto e duradouro do conjunto como um todo. Nessa percepção podemos observar que o cooperativismo é instrumento facilitador das condições de vida dos associados, auxiliando na superação dos entraves de sobrevivência e competição no mercado, por meio das atividades desempenhadas em seus lotes com predomínio do trabalho familiar.

Diante disso, notamos que essas características moldadas ao cooperativismo, e executadas pelos assentados, são integradas aos modos de utilização da terra e das formas de produção, além do cunho organizativo do trabalho e planejamento do processo produtivo.

Nessa lógica, podemos considerar que a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho-COPERJUNHO em seu pleno funcionamento demonstrou essas prerrogativas com ampla atuação no contexto local. Apostando em um cooperativismo embasado na cooperação de propósitos comuns como a venda de alimentos e produtos agroecológicos que beneficiaram os associados, bem como os sujeitos que adquiriram esses produtos livres de agrotóxicos. Fortalecendo as dimensões envolvidas nos processos de desenvolvimento rural sustentável.

Esse movimento realizado através desses assentados priorizou o trabalho coletivo no assentamento e, a partir da organização colaborou no desenvolvimento de maneira exemplar com sua atuação no contexto local. Ela protagonizou uma ampla articulação de princípios entre processo produtivo e aspectos político-ideológicos, enquanto organização cooperativista localizada em assentamento da Reforma Agrária.

Temos observado que a luta do MST pela terra e pela permanência na mesma transita por muitas vias, dentre elas a questão da cooperação, sendo necessário, através das cooperativas fazer a inserção para depois se beneficiar do mercado. A vista disso, vemos que o movimento social dos assentados da COPERJUNHO, promoveu no assentamento um trabalho coletivo, a partir da racionalização do sistema produtivo, através da repartição das atividades e especialização do trabalho, além de que, fomentou o desenvolvimento de uma agroindústria para beneficiamento dos produtos *in natura*.

Contudo, devemos considerar que a viabilidade do sistema produtivo na cooperativa dos assentados não foi realizada apenas sob o aspecto econômico, mas também sob o viés político que essa representa, na qual abriga sua maior força. Conforme Fernandes (2000) a cooperação nos assentamentos não deve enfrentar dissociação entre as questões econômicas e políticas, sendo ambas indispensáveis para a promoção da luta pela terra e sua consolidação. Servindo ainda, como uma forma de resistência ao sistema hegemônico de produção atual.

Como evidenciamos, a organização ao escolher e se identificar com uma produção de base agroecológica, dispõe também de aspectos sustentáveis ao orientar esses indivíduos para a utilização dos princípios ecológicos de produção. Como exemplo, podemos citar algumas escolhas da cooperativa nesse aspecto, como a produção orgânica em oposição aos insumos dos monocultivos industriais. A partir desse cenário, os assentados da organização acreditaram na possibilidade de o cooperado não se deter, a uma dependência aos pacotes tecnológico convencionais das grandes empresas agroquímicas.

Conforme Sander e Cunha (2013), as cooperativas de Reforma Agrária visam a buscar um nicho de mercado na comercialização dos seus produtos, com um olhar diferenciado às expectativas do consumidor. Contudo, o âmbito do mercado contemporâneo apresenta alta concorrência entre as organizações, causando, nas entidades, uma necessidade de aperfeiçoamento constante para que possam se manter no aspecto competitivo.

Assim, contudo haja críticas desses sujeitos ao atual modelo agrícola, a cooperativa até seu funcionamento, mostrou uma boa organização entre seus cooperados, com eficiência no modo de produção orgânica empregado, com as inovações que foram cabíveis e alcançadas ao contexto local. Logicamente, para se manterem competitivas nas inúmeras etapas da cadeia produtiva, eles tiveram que se adequar às demandas que o mercado estabelece. Foi necessário além da incorporação da agroindústria, o processo de certificação orgânica, articuladas através do alcance de políticas públicas.

As cooperativas localizadas em assentamento da Reforma Agrária que dispõem de agroindústria, tornam-se distintas de outras organizações convencionais na esfera produtiva, pois a matéria-prima obtida são dos próprios cooperados. Enquanto, as cooperativas convencionais compram a matéria-prima de outros produtores (FABRINI, 2000^a). O autor ainda salienta essa afirmação em que:

Nas agroindústrias desenvolvidas em assentamentos, a renda é gerada na produção de bens agroindustrializados e apropriada pelos próprios trabalhadores”. A renda obtida pelas cooperativas agroindustriais que atuam na transformação de produtos agrícolas é resultado da apropriação de renda obtida pela circulação dos produtos agrícolas e pela exploração do lucro de trabalhadores assalariados (FABRINI, 2000, p. 76).

As estratégias da organização não priorizaram apenas o aspecto de disputa de mercado com as empresas do complexo agroindustrial hegemônico, mas sobretudo, apresentou o modo de produção diferenciado e alternativo, girando em torno da agregação de valor dos produtos de maneira distinta do tradicional. Para tanto, a organização fez a opção pelos canais curtos de comercialização com venda direta ao consumidor, e direcionados ao mercado local, com marketing embasado na sustentabilidade social e ambiental, evidenciados nos rótulos dos seus produtos.

Logo, percebemos que uma das formas de promoção de desenvolvimento sustentável na agricultura é o fomento à produção de alimentos de base agroecológica. Não é habitual ao assentado agregar valor aos seus produtos, quando não há uma mínima estrutura para transformar sua produção. Nesse aspecto, esses indivíduos encontraram inúmeras dificuldades que afetaram o funcionamento da organização até sua paralisação.

Desde que as famílias assentadas decidiram produzir de forma sustentável considerando a base agroecológica, o contexto da comercialização desses produtos e quem opta por esse consumo é configurado por desafios conforme diálogo no início da pesquisa de campo com os produtores assentados.

Vemos que, é vantajoso em questão de viabilidade, quando o assentado da Reforma Agrária ao se integrar a forma cooperativista de comercialização, e insere ao modo de agregação de valor aos produtos. Segundo Vilkas e Nantes (2006) apontaram quatro formas de agregação de valor aos produtos agrícolas: i) classificação conforme normas estabelecidas; ii) uso adequado de embalagem; iii) industrialização da cadeia produtiva; iv) promoção de uma marca própria.

Assim, a organização conseguiu atingir a comercialização dentro desses pilares, embasada na transformação da produção através do cunho cooperativista, alicerçadas com políticas públicas, ainda que de forma insuficiente, deram a possibilidade de alcançar mercados. Constatamos nessas nuances, que a produção de base agroecológica possibilitou uma vantagem em relação ao sistema produtivo convencional, na qual está representada pelo simbolismo e percepção dos produtos orgânicos, com produtos saudáveis e saborosos.

Nessa ideia, temos a consciência de que, ao consumir um alimento sem agrotóxico, está colaborando na sustentabilidade dos recursos naturais, além de que, evita-se os riscos de intoxicação do próprio agricultor, bem como de quem está consumindo. Conforme Sandri (2019^a) outra vantagem da produção orgânica está na possibilidade de um prêmio de até trinta por cento no valor de venda em relação à produção convencional, este percentual é normalmente praticado em feiras e mercados. Esse percentual para aquisição de produtos orgânicos, tem se tornado referência para as compras institucionais como PAA através da Resolução nº 12/2004 sob a gestão da Conab.

Com isso, devemos reconhecer que as políticas públicas devem incentivar a estruturação das organizações e de produção de base agroecológica. Nesse sentido, percebemos que é indispensável a promoção de outras ações por parte do poder público, tendendo ao fortalecimento e expansão cada vez mais das políticas existentes, voltadas às entidades que representam a agricultura familiar e a Reforma Agrária.

Portanto, o momento atual é marcado por grandes desafios e oportunidades. Os desafios estão na esfera da inovação, competitividade, qualidade, rapidez, sustentabilidade, dentre outros. As oportunidades se relacionam com a agregação de valor, distinção, tecnologias, sustentabilidade, entidades justas e responsáveis, entre outros. Esses aspectos demandam das organizações novos modos e estratégias quanto às formas de ação e simultaneamente adaptações, ou seja, exige mudanças nas dinâmicas das organizações, e sobretudo, que elas sejam apoiadas com os subsídios estatais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs-se a apresentar uma análise da agricultura familiar como protagonista do cooperativismo em tempos de pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Além disso, relacionou-se também à outros temas relevantes e intrínsecos que se cruzam ao ponto principal do trabalho. Como contribuição, a dissertação apresenta os resultados da pesquisa realizada junto aos agricultores familiares assentados da Reforma Agrária, enfatizando o grupo de orgânicos da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO), localizada no Assentamento 8 de Junho, município de Laranjeiras do Sul - PR.

O desenvolvimento endógeno, enquanto teoria, pondera a existência de agentes determinantes no contexto local ou territorial em três principais cenários: o econômico, o sociocultural e o político, que coletivamente explanam os aspectos pelos quais ou sobre quais especificidades regionais, sob as mesmas circunstâncias, possuem desempenhos e processos de desenvolvimento distintos.

Baseados nesses pressupostos teóricos, buscou-se primeiramente identificar a presença de uma produção de base agroecológica no referido assentamento, através de produtores rurais assentados e a sua contribuição quanto à organização socioeconômica e política para o desenvolvimento local, considerando ser este o principal ente combinado de agricultores familiares assentados e seus descendentes com reconhecida atuação na região.

Os resultados da pesquisa apontaram que a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO) contribuiu efetivamente para o desenvolvimento local, considerando as fundamentais dimensões do desenvolvimento endógeno. A organização social e a produção agrícola de base agroecológica, ou seja, a produção orgânica certificada observada no assentamento, comprova que o acesso à terra por estes agricultores possibilita o desenvolvimento social desses assentados, bem como, gera renda e trabalho para as famílias protagonistas desse contexto.

No momento em que o agricultor se reconhece na perspectiva agroecológica através de um meio educativo, ele passa a ter à percepção de pertencimento a algo que lhe traz sentido como agricultor, enquanto avista uma forma de trabalho e renda. Para validar esse sentido, o mesmo faz isso através de símbolos específicos, como forma de se

diferenciar. Logo, essa simbolização reflete a escolha desses agricultores por uma produção mais saudável através da produção orgânica baseada nos princípios agroecológicos.

A escolha pela produção de forma orgânica não atingiu a abrangência desejada no início da ocupação, visto que ocorreram dificuldades quanto à adequação dos lotes e ao aprimoramento das técnicas agroecológicas pelos agricultores. Contudo, espera-se que no futuro as suas bases produtivas e a construção de mercados sejam fortalecidas, levando em consideração os elos de associação e cooperação entre esses indivíduos que habitam no local.

Além de todos os impasses da produção agroecológica de pequena escala e do acesso a mercados da agricultura familiar, as políticas públicas direcionadas à esses sujeitos ainda é negligente. O alcance de crédito e outras políticas foram essenciais para conseguir produzir alimentos de qualidade, assim como comercializar o excedente em feiras da cidade e no próprio assentamento. A constituição de uma cooperativa no assentamento contribuiu para a organização desses produtores e para a busca de circuitos de comercialização. A organização proporcionou a geração de renda por meio da venda em cadeias curtas, bem como o acesso ao mercado institucional, através da entrega de alimentos para merenda escolar via PNAE, além do PAA, bem como, a distribuição em outras entidades do município. Porém, a forma de gestão da organização, atuando principalmente somente em programas institucionais, causou alguns “percalços”, como atraso do pagamento por parte do Estado e, como consequência, o repasse do valor devido aos agricultores.

No entanto, para concretização dos preceitos que representam as bases agroecológicas, surgem alguns limites e desafios à serem analisados, como por exemplo, a dependência da organização ao mercado institucional e o pouco investimento em políticas públicas, sobretudo, em relação à assistência técnica. Esses são alguns aspectos que dificultam a continuidade de produtores na perspectiva agroecológica. Além disso, os entraves das cadeias curtas e impasses em atingir mercados mais promissores limitaram a atuação da organização, visto que em dias atuais ela se encontra paralisada.

Diante do exposto, confirma-se que o incentivo estatal através de políticas públicas como PAA e PNAE é importante para o fortalecimento das cooperativas da Reforma Agrária. A falta ou negligência intensiva dessas políticas atinge a viabilidade dessas organizações, pois elas, em sua maioria, contêm frágeis problemas estruturais de gestão, bem como, limitação de recursos nos eixos administrativos e técnicos e, como

consequência, geram graves prejuízos ao desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas.

Desse modo, a conjuntura agroecológica requer características próprias à produção orgânica, de maneira que preserve os seus princípios propostos. Nesse contexto, ocorre uma tendência em moldar os produtos de verde, com selos e propagandas de alimentos orgânicos. Porém, tais estratégias não condizem com os fundamentos agroecológicos e dos agricultores analisados.

Em relação às estratégias que culminam em melhorias das condições de vida dos agricultores assentados, constata-se o intuito de manter a produção orgânica nos fundamentos da Agroecologia, sem permitir-se dominar pelos grandes mercados. Logo, identificou-se a preocupação em critérios adotados quanto ao mercado, baseados na constituição de uma relação de confiança com os consumidores, embasados na economia solidária e a ideia de comércio comum e justo (produtos de qualidade e preços acessíveis), na agroindustrialização dos alimentos *in natura*, na comercialização da produção em cadeias curtas e na proximidade com os consumidores.

Os empenhos do grupo certificado de produção orgânica da COPERJUNHO apontaram, através de expressões simbólicas e nas entrevistas uma possibilidade animadora, no sentido de assegurar uma sucessão familiar que ocasione a continuação das famílias nos lotes de maneira integral. Além do mais, o assentamento está localizado próximo ao centro urbano de Laranjeiras do Sul - PR, o que engrandece essa perspectiva. Assim, esses agricultores podem ter a concretização disso, através de seus métodos de trabalho, com a produção certificada e com a base agroecológica.

São oportunidades de assegurar essa forma de produção num desenho distinto ao do mercado competitivo e estimulador do consumo que através da mídia acaba banalizando esse tipo de produção e deixando o consumidor confuso, além de causar contradição ao ideal de sustentabilidade. Isso gera perspectiva de mudanças, promovendo um produto novo, que não modifique os aspectos estruturais, como a concentração de terras e riquezas e outras formas de produção, a exclusão social e a fome.

As demonstrações materiais através dos rótulos e discussões reconhecidos nos agricultores, salientam a percepção da Agroecologia pelos assentados como uma esfera de conhecimento derivado da integração das ciências e outros meios de construção social, pois se apresenta para além da lógica da troca de insumos ou da execução das normas de produção orgânica.

Nesse cenário, na construção do conhecimento agroecológico, evidencia-se o papel essencial da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que de maneira representativa, localiza-se fisicamente dentro da área coletiva do Projeto de Assentamento 8 de Junho. Logo, é de máxima importância a consolidação de políticas públicas de assistência técnica e educação, como por exemplo, o Pronera para os assentados da Reforma Agrária, principalmente para que sejam voltadas para os jovens no campo, pois o aspecto da sucessão familiar é uma articulação para a permanência das famílias no meio rural, assim como em todos os processos de produção, na possibilidade de estruturação social do conhecimento. O conhecimento tradicional que se concretiza na construção do conhecimento agroecológico depende da discussão constante entre a academia e agricultores rurais familiares, assim como os povos tradicionais.

Além disso, observa-se que a cooperação e o cooperativismo, bem como os processos de autogestão, englobam suas contradições dentro das relações de autonomia no que se refere ao alcance das políticas públicas, visto essas circunstâncias causarem a percepção de dependência e submissão aos trâmites estatais. Contudo, essas relações também levam a uma esfera de solidariedade entre esses sujeitos, em prol de políticas para suavizar seus entraves no meio rural, causadas de forma histórica e que são perpetuadas até os dias atuais.

Salienta-se também o papel do cooperativismo como viabilizador de interesses da agricultura familiar, levando em consideração as particularidades e carências de produtores rurais em seus distintos contextos locais, bem como suas implicações nas relações de organização quanto ao momento de inserção em cooperativas, que se materializa como um ato político frente aos desmontes governamentais.

Outro aspecto imprescindível abordado nesta pesquisa trata da atual crise decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), onde aponta-se a questão da agricultura familiar no que se refere as suas estratégias e a importância das políticas públicas voltadas ao setor agrícola familiar para assegurar o abastecimento alimentar da sociedade e a segurança alimentar. Em síntese, apontam-se os seguintes aspectos: a seguridade socioeconômica da agricultura familiar, passando pelo contexto nacional e, sobretudo, em fatos locais, no caso do grupo de orgânicos da COPERJUNHO.

Os eixos salientados nesta conjuntura delicada passam pelo alcance das compras públicas e a distribuição de alimentos produzidos pelos agricultores através de políticas e canais institucionais já existentes, subsídios de crédito e a suspensão de cobrança e prorrogação de prazos de financiamento com intuito de deter o endividamento dos

agricultores familiares. Assegurar o acesso a alimentação à população em situação de vulnerabilidade, no que se refere a distribuição de cestas, o que acarretou em redes de solidariedade por parte dos agricultores assentados, visto a articulação desses indivíduos com parcerias institucionais com outras entidades do município de Laranjeiras do Sul - PR.

Assim como a transferência em caráter emergencial de canais curtos de comercialização para “feiras virtuais”, sendo realizadas compras virtuais de forma *online* por meio de aplicativos, plataformas e redes sociais, como forma de escoar a produção sem muitas perdas, visto a paralisação das cadeias tradicionais de comercialização (feiras e mercados), que aos poucos estão retomando o seu funcionamento e com adaptações de logísticas para evitar aglomerações. Além disso, apontou-se a oferta e o preço dos alimentos quanto a obtenção de alimento saudável e acessível à população, ressaltando que a pandemia evidenciou crise de abastecimento e aumento de preço na cadeia alimentícia em distintos contextos pelo Brasil.

Contudo, nesta pesquisa os agricultores analisados apontaram essa preocupação e mostraram um significativo aumento na escoação da produção nesse momento de crise, salientando que conseguiram manter-se relevantes nesse processo, baseando-se na relação de confiabilidade entre agricultor e consumidor, visto a busca dos consumidores por alimentos de procedência agroecológica.

Destacam-se também os entraves de habitação, infraestrutura hídrica e saneamento básico, além de distanciamento geográfico, no qual muitos tiveram o impasse em questão de acessibilidade desses aspectos supracitados. Além de colocar a Agroecologia em pauta nas discussões para um novo contexto alimentar, como forma de promover um sistema de abastecimento alimentar seguro e sustentável, bem como as ações de Reforma Agrária com fins de reestruturação fundiária no país.

Assim, pondera-se que o país já possui mecanismos programáticos consideráveis que foram construídos ao longo de duas décadas. Apesar de alguns terem sido sujeitos a reduções extremas de recursos orçamentários nos últimos anos, essas políticas se constituem como vias importantes de incentivo econômico do cenário agrícola e seguridade do abastecimento alimentar. Além de propiciarem ao poder público uma significativa competência institucional de responder as demandas sociais de forma pertinente, visando assegurar a estabilidade da renda de uma gama populacional envolvida na atividade agrícola e também diminuir os riscos de desabastecimento ou oscilações abruptas no preço dos alimentos no cenário de crise.

Essa questão também apontou que tal conjunto de políticas está bem consistente na agenda mobilizatória de organizações, representando a agricultura familiar e em defesa da segurança alimentar e nutricional, sendo esclarecido pelos planos apresentados pelas mesmas. Por essa razão, a retomada de investimentos nessas políticas surge como um viés possível e esperado por esses sujeitos que estão diretamente envolvidos para enfrentar os riscos atuais e, com isso, continuar mantendo a oferta necessária de bens alimentícios para a sociedade.

Outra observação importante é que o atual contexto de crise deixa claro os riscos inerentes à dependência de canais longos de produção e distribuição de alimentos, configuradas por um amplo contingente de intermediários entre agricultor e o consumidor final, pois o aspecto geográfico entre os espaços de produção e os de consumo requer uma complexa logística. A eventualidade de uma crise em uma ou mais ligações dessa cadeia tem grande possibilidade de condicionar cidades inteiras ao desabastecimento.

O que se constata nesse contexto é que a mobilização de políticas públicas que auxiliam circuitos curtos de produção e comercialização, embasado no consumo de alimentos produzidos localmente, tem sido importantes estratégias para assegurar a oferta de alimentos nas cidades, principalmente, para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, essas ações anunciadas devem estar estrategicamente consorciadas com outras medidas, assim como o acesso à água e a moradia, formando uma autêntica política de desenvolvimento rural.

Assim como a carência dessas medidas está associada com a conservação dos recursos naturais e o fomento de meios produtivos sustentáveis. Pois existe uma estreita relação entre o advento de epidemias, desmatamento e degradação do ambiente, como evidenciam estudos sobre novas doenças infecciosas originadas desde a última metade do século XX. Nesse âmbito, o incentivo a uma forma alternativa de produção de alimentos, que esteja englobado aos processos de base agroecológica, é uma forma de manter o equilíbrio dos ecossistemas e que assegure a produção local de alimentos saudáveis, compreendendo-se como uma estratégia viável e fundamental para impedir colapsos vindouros.

As políticas públicas que mediam e apoiam as iniciativas da Agroecologia demonstram um essencial avanço no desenvolvimento rural sustentável e precisam ser mantidas, fortalecidas e expandidas. Elas estabelecem perspectivas determinantes na superação dos problemas que a sociedade vem passando em razão dos grandes retrocessos atuais no país, no que diz respeito às políticas estatais. Conforme foi salientado no texto,

ainda são muitas as demandas no contexto das políticas públicas, visto as reduções significativas nos orçamentos governamentais, sendo uma demonstração fatídica dos enormes desafios a serem encarados, sob pena de ocorrer desfechos desfavoráveis, caso essa política de desmonte estatal e de suas entidades de desenvolvimento agrário não seja desconstruída em um período curto.

Dessa forma, a temática mostrou que a participação social dos agricultores e a dedicação por uma agricultura de base agroecológica colaboram para o fomento de um desenvolvimento rural sustentável, que integre o desenvolvimento das dimensões econômica, social e ambiental, sendo possível afirmar por meio da observação de um contexto de agricultores assentados, que outros sujeitos da categoria podem promover o desenvolvimento sustentável. Contudo, na presente pesquisa existe um longo caminho a ser percorrido, bem como maiores persistências para que os assentamentos e suas organizações representativas possam atingir o pleno desenvolvimento, contando com as políticas sociais direcionadas a elas em investimento absoluto.

Diante disso, busca-se, a partir do estudo realizado, apresentar aos agricultores assentados e as suas representações, contribuições para que possam ter uma percepção mais detalhada no que se refere aos canais de comercialização empregados, assim como, apontar um perfil dos produtores quanto a um sistema produtivo orgânico considerando o grande potencial de expansão no mercado. Logo, percebe-se que os resultados da presente dissertação auxiliam para as discussões nas instâncias de interesse, visto a relevante temática com um amplo campo de estudo, direcionadas às questões de políticas públicas voltadas a entidades organizativas da agricultura familiar e de assentamentos de Reforma Agrária.

Por fim, levando em consideração as limitações da pesquisa, o delineamento metodológico e o redimensionamento que foram empregados, as informações desenvolvidas podem servir de embasamento à outros estudos, sobretudo, voltados ao contexto das políticas públicas referentes ao fortalecimento da agricultura familiar, assentados da Reforma Agrária e suas organizações representativas envolvidas no âmbito agrícola.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs, 1992.
- ABRAMOVAY, R. (2000). **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Revista Economia Aplicada, 4(2), abr./jun., 273-289.
- ABREU, L. S. de. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2005. 176 p.
- ALMEIDA S. G. **Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro**. In: PETERSON, P. (Orgs). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p.67-83.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4^a ed. – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture**. Agric Hum Values (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10460-020-10043-7>> Acesso em 24 ago. 2020.
- AMORIN, J. **Assentamento 8 de Junho: 20 anos de lutas, resistência e produção de alimentos**. MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). 2017.
- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. **Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso**. RAIMED - Revista de Administração IMED, 3(3), p. 194-208, 2013.
- ANDRADE NETO, J. A. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 18, nº. 27 pp. 159-182, 2015.
- ARAÚJO, A. L. de O.; GUIMARÃES, D.; TABOAS, P. D. M. Z. **Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária que logram a regularização como produtores orgânicos: uma estratégia de monitoramento ao Planapo**. In: SAMBUICHI et al. (org.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.
- ARAÚJO, L. R. S. et al. **Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos**. Cadernos de Saúde Pública. 2019; 35(11):e00004819, 2019.
- ASSIS, R. L. **Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: Perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na Agroecologia**. Econ. Aplic., 10(1): 75-89, 2006.
- ASTURIAN, R.; MARTINS, S. R. **Produção sýgnica no contexto da prática agroecológica: estudo de caso da produção orgânica na Cooperativa Agroindustrial**

Oito de Junho (Coperjunho). Cadernos de Agroecologia. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018.

ASTURIAN, R.; MARTINS, S. R. **Reflexões sobre a produção orgânica, organização familiar, juventude na perspectiva agroecológica da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (Laranjeiras do Sul/PR).** In: ZONIN, V. J e KROTH, D. C (Orgs). Juventude rural e sucessão familiar. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021. 365 p.

AQUINO, J. R. e SCHNEIDER, S. **O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro.** In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira.** RESR, Piracicaba - SP, Vol. 56, Nº 01, p. 123-142, 2018

BASSAN, D. S.; MORAES, J. L. M. **A cadeia produtiva do leite e o cooperativismo nos assentamentos de reforma agrária da fronteira sul do Rio Grande do Sul.** Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat – Taquara - RS - v. 10, n. 2, 2013.

BENECKE, D. W. **Coopera e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de terceiro mundo.** Recife: Assocene, 1980.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. **A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade.** Organizações & Sociedade, Salvador, 22 (74), 325-344, 2015.

BRASIL. **Cartilha de orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19).** Brasília – DF, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável território Noroeste Paulista (SP)** (versão preliminar) São Paulo: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio151.pdf>. Acesso em: 21 ago de 2020.

BRASIL. Secretaria de desenvolvimento territorial –SDT, Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/Gestaosocial>. Acesso: 17 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimentosustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/control-social-rpo>. Acesso em: 23 de abr. de 2021.

BRASIL. **MAIS ORGÂNICOS na mesa do brasileiro em 2017.** Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), [s. 1.], 2017. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais-orgânicos-na-mesa-do-brasileiro-em-2017>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRESSAN, V. G. F.; BRESSAN, A. A.; OLIVEIRA, P. H. M.; BRAGA, M. J. Quais indicadores contábeis financeiros do sistema pearls são relevantes para análise de insolvência das cooperativas centrais de crédito no Brasil. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 74-98, 2014.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 312-347, 2003.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDAS, N. V. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola**. 2011. 208f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas - RS.

CAMARGO, L. C. **Cooperação e cooperativismo**: Vol. 4. Ca-deira 20. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1960.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. Agroecologia, [s. l.], v. 6, p. 63-74, 2011.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa Financeira**. Brasília: Sebrae, 2014.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. **Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS**. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.) Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

CASTRO, L. F. P. **Agricultura Familiar: perspectivas e desafios para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Revista Espaço Acadêmico. n.192, 2017.

CAZELLA, A. A. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. O caso do assentamento 30 de outubro – S.C**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 1992.

CHRISTOFFOLI, P. I. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Mestrado em Administração, Curitiba - PR, 2000.

CHRISTOFFOLI, P. I. **“Cooperação Agrícola”**. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2012, pp. 157-163.

CHRISTOFFOLI, P. I.; AZERÊDO, R. F. **A relação cooperação-autogestão. Aspectos históricos de uma difícil e necessária construção dialética.** In: MAZIN, A. D.; NOVAES, H.; PIRES, J. H.; LOPES, J. A (Orgs). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1 ed., São Paulo: Outras expressões, v.2, p.61-77, 2016.

CIDADE BRASIL, 2018 Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-laranjeiras-do-sul.html> Acesso 04 de março 2020.

CLAUDINO, L. S. D. **Impactos da pandemia de Covid-19 para a agricultura familiar paraense e a Agroecologia como um caminho para a superação,** UNIFESSPA - unidos contra a covid-19, 2020.

COCA, E. L de F. **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas unidades de produção camponesa do assentamento “8 de Junho”,** em Laranjeiras do Sul - PR. *Revista IDeAS*, v. 9, n. 1, 2015.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá.** 2016b. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

CONTERATO, M. A. et al. **Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea.** Os atores do desenvolvimento rural: práticas produtivas e processos sociais emergentes. Porto Alegre: UFRGS, p. 67-90, 2011.

COSTA, B. A. L.; JUNIOR, P. C. G. A.; SILVA, M. G. **As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais.** *RESR*, Piracicaba - SP, Vol. 53, Nº 01, p. 109-126, 2015.

DALLANÔRA, I. B. **Modernização do espaço rural brasileiro: “novo” olhar para a agricultura familiar.** *Caderno de Geografia*, v.30, Número Especial 2,2020.

DAROLT, M. R. **As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba,** Paraná. 2000. 310p. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná (UFPR): Université Paris 7.

DE PAULA, R. P. et al. **Educação e direitos humanos: a participação do Pronera na construção da educação do campo.** *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 15-41, 2015.

DIAS, V. V.; RÉVILLION, J. P.; TALAMINI, E. **Cadeias curtas de alimentos orgânicos: aspectos das relações de proximidade entre consumidores e agricultores no Brasil.** In M. Gazolla & S. Schneider (Orgs.), *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

EID, F.; ADDOR, F.; CHIARIELLO, C. L.; LARICCHIA, C. R.; KAWAKAMI, A. **Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais.** *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 11, n. 22, 2015.

ELIAS, D. **Globalização, agricultura e urbanização no Brasil**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 13-32, 2013.

ENGEL, V.; ALMEIDA, G. G. F.; DEPONTI, C. M. **Agricultura familiar no contexto das cooperativas rurais: o caso da ecocitrus**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 34, n. 1, p. 59-81, 2017.

ESMERALDO, G. G. S. L.; MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **O fortalecimento da identidade camponesa: repercussões do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nos estados do Ceará, Minas Gerais e Paraná (1998-2011)**. Educação & Sociedade, [s. l.], v. 38, n. 140, p. 569-585, 2017.

FABRINI, J. E. **A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política**. Geografia, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, 2000.

FABRINI, J. E. **Concepções e práticas coletivas entre os camponeses**. Geografia (Rio Claro), v. 32, p. 571-585, 2007.

FERNANDES, B. M. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente: UNESP, 1998.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST**. 1979-1999. Tese Doutorado; Presidente Prudente; UNESP; 1999.

FERNANDES, M. B. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas Fundiárias no Brasil. Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: Framingthe Debate Series, 2012, nº 2.

FIRMIANO, F. D. **O Padrão de desenvolvimento dos agronegócios e a atualidade histórica da reforma agrária**. Tese de Doutorado Não- Publicada, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2014.

FRANTZ, W. **Educação e cooperação: práticas que se relacionam**. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, p. 242-264, 2001.

FUTEMMA, C.; TOURNE, D. C. M.; ANDRADE, F. A. V.; SANTOS, N. M dos.; MACEDO, G. S. S. R.; PEREIRA, M. E. **A pandemia do Covid-19 e os pequenos agricultores rurais: superar ou sucumbir?**. 2020.

GALANAKIS, C. M. **The foods systems in the era of the Coronavirus (COVID-19) Pandemic Crisis**. Foods. 9(523). doi: 10.3390/foods9040523, 2020.

GODOY, C. M.T.; WIZNIEWSKY, J. G. **O Papel da Pluriatividade no Fortalecimento da Agricultura Familiar no Município de Santa Rosa/RS.** Desafio Online, Campo Grande - MT, v. 1, n. 3, p. 1-16, 2016.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.** In: STEDILE, J. P. (org.) A questão agrária hoje, Porto Alegre: Editora da UFRGS. v. 2, p.16-45, 1994.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil.** In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19- 50.

GRISA, C. **Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais.** Raízes - revista de ciências sociais e econômicas, Florianópolis - SC, v. 38, p. 36-50, 2018.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. **É urgente inovar nas políticas alimentares fortalecendo a agricultura familiar.** Ed. Opinião pública, maio 2020. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/05/e-urgente-inovar-nas-politicas-alietares-fortalecendo-a--familiar-por-catia-grisa-e-paulo-niederle/>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A. **Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao “family farming” americano?.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 85-104, 2014.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. **Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerência das políticas públicas.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7. 2007, Fortaleza - CE. Anais... Fortaleza, CE: 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 29 nov. 2021.

IDEC. **Idec cria plataforma para divulgar iniciativas que comercializam alimentos saudáveis durante a pandemia do Covid-19.** Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 14 abr. 2020. Disponível em: < <https://idec.org.br/release/idec-cria-plataforma-para-divulgar-iniciativas-que-comercializam-alimentos-saudaveis-durante>>Acesso em: 07 set. 2020.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos. Painel dos Assentados.** Incra nos Estados- Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2016. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 23 abr. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **II Pnera: relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2015. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.

INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO (IPD). 2011. Disponível em: https://www.organicnet.com.br/site/wpcontent/uploads/Pesquisa_de_Mercado_Interno_de_Produtos_Organicos.pdf. Acesso em: 23 de abr. de 2021.

IPEA. II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária: pesquisa qualitativa no estado do Paraná. Relatório de Pesquisa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2016.

IPEA. Agricultura Familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: Uma abordagem das ações públicas emergenciais. Nota Técnica nº 69. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

ISA - Instituto Socioambiental. **Observatório da Covid-19 nos Quilombos.** Disponível em <https://quilombosemcovid19.org/>. Disponível em [LASKIO, E. L. S. **A economia solidária diante da concorrência capitalista: os limites econômicos da autogestão.** *Emancipação*, 6\(1\): 119-143, 2006.](https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/quilombolas-e-caiçaras-distribuem-15-toneladas-de-alimentos-para-comunidades-vulneraveis(Quilombolas e caiçaras distribuem alimentos para comunidades vulneráveis. Acesso em 20 de ago 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

LEAL, A. D. **De la invisibilidad histórica, al elogio y el aplauso para el campesino.** Corporación Universitaria Minuto de Dios- UNIMINUTO, Cundinamarca, Colombia, p.1-3,2020. Disponível em: <https://repository.uniminuto.edu/jspui/bitstream/10656/10098/1/Documento_Invisibilidad%20del%20campesinado.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRAO, R. (Eds.). **Impacto dos assentamentos.** Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2004.

LOEBLEIN, G. **Como ficaram as exportações do agronegócio brasileiro no primeiro trimestre.** S.I. Jonal GauchaZH. Publicado 08 de abr. 2020. Disponível em:<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/gisele-loeblein/noticia/2020/04/como-ficaram-as-exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-no-primeiro-trimestre-ck8rxl0vy017d01ntignui2e.html>> Acesso em 24 ago. 2020.

LUCENA, C. C.; HOLANDA-FILHO, Z. F.; BOMFIM, M. A. D. **Atuais e potenciais impactos do coronavírus (Covid-19) na caprinocultura e ovinocultura.** Embrapa Caprinos e Ovinos-Nota Técnica/Nota Científica (ALICE), 2020.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução.** Marxists.org: 2002. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/reformaourevolucao/index.htm>> Acesso em 21 jun 2021.

MALUF, R. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MALUF, R. S. **Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável.** In: MIRANDA, C; TIBURCIO, B. (org.). Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil. Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável, v.19).

MARQUES, F. C.. **Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura.** Em Schneider S. & Gazolla, M.(Orgs.), Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais (pp. 189-204). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária, o impossível diálogo sobre a História possível.** São Paulo: Revista Tempo Social, vol. 11, nº 2, p. 97-128, 2000.

MARTINS, J. **A modernidade do passado no meio rural.** BUAINAN, AM et al. O mundo rural no Brasil do século 21. 2014

MATTEI, L. **A política agrária e os retrocessos do governo Temer.** Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 293-307, 2018.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, R. M. V.; FIORENTIN, M. **Desenvolvimento rural transformações sócioespeciais e assentamento no Rio Grande do Sul.** In: DAVID, C. de; WIZNIEWSKY, C. R. F. (orgs). Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, p. 145– 157, 2015.

MEDEIROS, L. S. de. **“Sem terra”, "assentados", “agricultores familiares”:** **considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros.** In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. **Participação em cooperativas de assentamentos rurais: estudo sobre os sentidos do trabalho.** Psicologia em Estudo, Maringá - PR, v.20, n.4, p.529-541, 2015.

MENEZES, R.; MORAES, M. S.; NAVARRO, Z. **“Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento”.** In: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS/CPDA, 1999, pp. 19-68.

MOJIMA, D. As Cooperativas Agrícolas e o Desenvolvimento Econômico dos Municípios Paranaenses: conjecturas a partir do IDHM, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba - PR, v.37, n.130, p.45-62, jan./jun. 2016.

MOREIRA, J. G.; BECKER, C. **Implantação de um sistema participativo de certificação orgânica pelos assentados da reforma agrária: o caso da OCS cerro do Munhoz em Santana do Livramento (RS)**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.12, n.28, p. 1-16, 2018.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **A cooperação Agrícolas nos Assentamentos Rurais**. Caderno de Formação nº 20. p.56, 1993.

MST. **Sistema cooperativista dos assentados**. Caderno de cooperação agrícola n.º5. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/Secretaria de Desenvolvimento Rural – Ministério da Agricultura, 1997.

MUNIZ, A. M. V. O desenvolvimento capitalista e a agricultura familiar no espaço cearense. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral - CE, v. 21, n. 1, p. 132-145, 2019.

MUTERLLE, J. C.; CUNHA, L. A. G. **A territorialização da Agroecologia no território rural do Vale do Ribeira**, Paraná, Brasil. Revista Geográfica de América Central. vol. 2, p.1-17, 2011.

NASCIMENTO, W. M.; CARVALHO, H. M. G.; SIQUEIRA, K. B. **O consumo de hortaliças na pandemia**. Embrapa Hortaliças. Recuperado de: Disponível em: <<https://www.embrapa.br/hortalicas>>. Acesso em 07 set. 2020.

NERI, M. C.; MELO, L. C. C.; MONTE, S. R.S. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 312 p.

PAIXÃO, M. V. **Sentido e participação na atividade de panificação das mulheres do empreendimento econômico solidário 8 de Junho sob a ótica da Teoria Social da Aprendizagem** (Tese de doutorado). Universidade Positivo, Curitiba - PR, 2014.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável**. 1. ed. UAB/NTE/UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria - RS, 2019.

PETERSEN, P.; GOMES DE ALMEIDA, S. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA** (versão preliminar). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004.

PLOEG, Jan Douwe Van Der (Org). **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PREISS, P. **Challenges facing the Covid-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems**. Agric Hum Values, Agriculture, Food & Covid-19, May 2020.
PREZOTTO, L. L. **A sustentabilidade da agricultura familiar: implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

RIBAS, A. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP):** uma "leitura" a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). FCT - Unesp, 2002.

RIBAS, A. D. **MST: Reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação dos sistema cooperativista dos assentados**, 2012.

RIBEIRO, F, et al. **Cenários para o Comércio Exterior Brasileiro (2020-2021): Estimativas dos Impactos da Crise da COVID-19.** IPEA: Nota técnica 17. Abril, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200428_nt_dinte_17.pdf>. Acesso em 24 ago. 2020.

RIOS, G. S. L. **Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social.** Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós - Graduação em Economia Rural, Universidade de São Paulo, Piracicaba - SP, 1976.

ROCHA, H. F. **Disputa territorial, conceitualização e atualidade da Reforma Agrária no Brasil.** Ge Graphos [en línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, vol. 4, nº 50, p. 433-462, 2013.

RODRIGUES, F. C. **Educação e luta pela terra no Brasil: a formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.27-44, 2017.

ROMEIRO, A. R. **Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural.** Agricultura Sustentável. Jaguariúna, v. 3, n. 1/2, p. 34-42, 1996.

SABOURIN, E. **Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária** [Suplemento especial]. Revista Econômica do Nordeste, (45), 18-30, 2014.

SACCO DOS ANJOS, F.; BECKER, C. **Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade** [Suplemento especial]. Revista Econômica do Nordeste, (45), 92-101, 2014.

SACHS, I. **In search of three-win solutions: the challenges of the 2012 Conference on Environment and Sustainable Development.** 2a International Conference on Climate, Sustainability and Development in Semi-arid Regions (ICID 2010). Fortaleza - Ceará, August 16-20, 2010.

SAMPAIO, P. de A. **Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária -ABRA, 2005, vol. 32, nº 1.

SANDER, A, J; CUNHA da R.; C. **Atores sociais e campo organizacional: estratégias discursivas e de mobilização de recursos na construção do complexo avícola na Cooperativa Agroindustrial Copagril.** RAM, **Revista de Administração Machenzie**, v.14, nº4, p.189 - 221, 2013.

SANDRI, A. M. **Produção e comercialização de produtos de base ecológica: políticas públicas e atuação das cooperativas de assentados da Reforma Agrária.** 2019, 158f. (Mestrado em Planejamento e Governança Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Curitiba - PR, 2019.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho e Desenvolvimento: a realidade rural e a questão social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 723-745, 2014.

SANTOS, R. F. dos; RIBEIRO, A. C. Aspectos fundamentais do sistema de operação das cooperativas leiteiras do noroeste fluminense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté - SP, v. 7, n. 2, p. 230- 255, 2011.

SANTOS, R. C. **Manual para aplicação das boas práticas agropecuárias e de fabricação na agroindústria.** Porto Alegre: emater/ rs-ascar, 2007.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. **Sustentabilidade e Agricultura familiar: Um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais.** **Revista de Gestão Social e Ambiental** - RGSA, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 70-86, 2013.

SANTOS, E. J. **O Capitalismo e a questão ambiental: reflexões teóricas sobre a economia do meio ambiente.** Universidade Federal do Maranhão. São Luiz - MA, 2017.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUZA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular. 2010.

SCHNEIDER, J. E. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro.** In M. R. Loureiro (Ed.), **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil** (pp. 11-40). São Paulo - SP: Cortez, 1981.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 250p.

SCHNEIDER, S. **La agricultura familiar en América Latina.** In: Abel Cassol. (Org.). **La agricultura familiar en América Latina.** 1 ed. Roma: FIDA, 2014.

SCHNEIDER, S. **A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe.** **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 11-33, 2016.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; LEONARDI, A.; MARINHO, M de M. **Os efeitos da Pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação.** **Estudos Avançados**, 34 (100), p. 167-188, 2020.

SCHORNADIE, P. A. **A Agricultura familiar (re) construída numa relação entre seres humanos, educação, cooperação e tecnologia.** In: ANDRIOLI, Antônio Inácio

(Org.). Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de educação. Injuí: ed. Injuí, 2009, p. 115-136.

SCHULTZ, G.; SILVA, C. M. V. **Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil**. Revista Espacios, vol. 38, nº 44, p.1-17, 2017.

SCOPINHO, R. A. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. Psicologia & Sociedade, 19, Edição Especial 1: 84-94, 2007.

SCOPINHO, R. A. **Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades**. São Paulo: Annablume, 2012.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. **Termo de Referência Sebrae para o Comércio Justo**. Sebrae, Brasília, 64p., 2005.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. **Cooperativismo de Crédito: boas práticas no Brasil e no Mundo**. Brasília: Farol Estratégicas em Comunicação, 2016. 204 p.

SILVA, J. G. da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, M. O. da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2011.

SOUZA MARTINS de, M. C. **Produtos orgânicos**. In: Zylbersztajn, D., Neves, M. F. (Orgs). Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira. 2000.

SOUZA, K. G. M. **Os processos de modificações no sistema cooperativista dos assentados (SCA) do MST**. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, 2017.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2008.

STRATE, M. F. D.; CONTERATO, M. A. **Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, p. 227 - 245, 2019.

VERANO. T. C.; FIGUEIREDO, R. S.; MEDINA, G. S. **Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 59(3): e228830, 2021.

VILKAS, M.; NANTES, J. F. D.; **Planejamento e Agregação de Valor nos Empreendimentos Rurais**. In: ZUIN, L. S.; QUEIROZ, T. R. Agronegócios: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.

VILPOUX, O. F. Sustentabilidade e Agricultura Familiar. Curitiba: CRV, 2011.

XAVIER, J. H. V.; MOLINA, M. C.; ZOPY, J. L. F; TORRES, A. L.; GASTAL, M. L. **Antecedentes e articulação entre as instituições participantes.** Em Oliveira, M. N. de, Xavier, J. H. V., Almeida, S. C. R. de & Scopel, E. (Orgs.), **Projeto Unai:** pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária (pp. 23-52). Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

WESZ, W. J. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira.** 218f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 218f., 2009.